

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

EMANUELLE CHAVES PINTO

**A MULHER COMO SUJEITO DA CIDADE: UMA HISTÓRIA DE VIDA NAS LUTAS
PELO VIVER E PRODUZIR O URBANO NO IBURA**

**RECIFE
2011**

EMANUELLE CHAVES PINTO

A MULHER COMO SUJEITO DA CIDADE: UMA HISTÓRIA DE VIDA NAS LUTAS
PELO VIVER E PRODUZIR O URBANO NO IBURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Gomes De Lucena

RECIFE

2011

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

P659m Pinto, Emanuelle Chaves

A mulher como sujeito da cidade: uma história de vida nas lutas pelo viver e produzir o urbano no Ibura / Emanuelle Chaves Pinto. - Recife : O Autor, 2011.
108 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Gomes de Lucena e co-orientador Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria Cortez de Lima.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) ó Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.

Inclui referências.

1. Mulheres da cidade 2. Liderança em mulheres. 3. Educação urbana. 4. Identidade de gênero. I. Lucena, Maria de Fátima Gomes de (Orientador). II. Lima, Rosa Maria Cortez de (Co-orientador). III. Título.

362.83 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2014 6162)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Ata da Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às quatorze horas do dia quinze de setembro do ano de dois mil e onze, na Sala C-6 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Dissertação intitulada: ***“A MULHER COMO SUJEITO DA CIDADE: uma história de vida nas lutas pelo viver e produzir o urbano no Iburá”***, de autoria da Mestranda, **Emanuelle Chaves Pinto** a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Mestre em Serviço Social**. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.034922/2011-01**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Maria de Fátima Gomes de Lucena, Doutora em Ciências Sociológicas, Orientadora e Examinadora Externa; Rosa Maria Cortês de Lima, Doutora em Planejamento Urbano e Regional, Co-Orientadora e Examinadora Externa; Ana Cristina de Souza Vieira, Doutora em Serviço Social, Examinadora Interna; Maria do Socorro de Abreu e Lima, Doutora em História, Examinadora Externa; Zélia Maria Pereira da Silva, Doutora em Serviço Social, Suplente Interna; Helena Lúcia Augusto Chaves, Doutora em Sociologia, Suplente Externa.** Na qualidade de Orientadora, a **Dr.^a Maria de Fátima Gomes de Lucena** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu **APROVAR** a Dissertação com as seguintes menções: **Dr.^a Maria de Fátima Gomes de Lucena:..... APROVADA.....**; **Dr.^a Rosa Maria Cortês de Lima: APROVADA.....**; **Dr.^a Ana Cristina de Souza Vieira: APROVADA.....**; **Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima: APROVADA.....** E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 15 de setembro de 2011.

BANCA:

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Gomes de Lucena

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Cortês de Lima

✓ _____
Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Souza Vieira

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima

MESTRE:

Emanuelle Chaves Pinto

AGRADECIMENTOS

Nos últimos dois anos, estive dedicada a este trabalho, que não imaginei o quanto seria árduo e, por muitas vezes, doloroso. Doação, suor, solidão e superação são substantivos comuns a todos (as) que se atrevem às formulações acadêmicas. Além de tudo, o período do curso coincidiu com um processo pessoal de renovações profundas. Parece que todas as dimensões da minha vida . afetiva, ideológica, profissional, familiar . resolveram se reacomodar ao mesmo tempo. Várias foram as perdas, as separações, as mudanças e as decisões que mudaram completamente a direção da minha caminhada. Então eu, que desde menina me acostumei a ser sempre forte, determinada e corajosa; me descobri uma mulher frágil, indecisa, medrosa e vacilante. Apesar de não gostar dessa descoberta, foi através dela que me tornei mais complexa. Ainda vive em mim uma alegre menina. Porém, o que vejo hoje ao me olhar no espelho, irrevogavelmente, é uma mulher. Tornar-se mulher é duro, mas também deliciosamente intenso, sobretudo, para as que carregam consigo um conceito radical de liberdade. Em meio a tantos desafios, não tenho dúvidas que esta dissertação não teria sido possível sem a ajuda de várias pessoas, especialmente:

Mauricéa Dias, Céa, uma admirável guerreira, que nos presenteou com os ricos relatos da sua história de vida, fundamental para esta dissertação, desde a ideia da temática até a última linha. Sempre aprendo algo precioso com esta mulher forte, inteligente, contundente e tão sensível;

Severina da Veiga, Biuzinha, uma lutadora incansável, pela sua disponibilidade em dividir suas ricas experiências e também a Alessandra, brava guerreira, por nos ceder seu arquivo pessoal de imagens e pelos seus relatos;

A Professora Ros Cortês, que apenas formalmente foi minha co-orientadora, pois me acompanhou em modo firme e doce, incentivou-me a não desistir e me abriu portas . teóricas e objetivas . para a concretização deste projeto. O seu nome traduz muito bem - uma Rosa Cortês;

A Professora Ana Vieira, atual coordenadora da Pós-Graduação em Serviço Social, que, com sua competência e solidariedade, possibilitou caminhos para que eu não me desvinculasse do Programa e fosse até o final;

A Professora Fátima Lucena, uma feminista brilhante, minha orientadora neste trabalho. Suas formulações sempre me serão inspiradoras;

Neide Azevedo, com sua competência e sensibilidade, me aponta as forças que eu mesma carrego e não enxergo.

Lucide Chaves, minha mãe/amiga/irmã, que me ensinou a sempre buscar aprender mais, a me superar, a lutar sem perder a humanidade. Até hoje, eu nasço e me alimento do que há no peito desta forte mulher;

O meu pai, Antônio Barbosa, que me ensinou o valor de ser honesta, questionadora e imaginativa e, sobretudo, a ter coragem de encarar os monstros que não existem embaixo da minha cama;

O meu irmão Carlos Pinto, por ser meu técnico em informática, meu consultor de financiamentos e meu amigo, em horário integral;

Adili e Jujuba, com quem mais vivi aventuras e repartir o pão - material e espiritual - durante este Mestrado. Nada permanece igual, nossos dias, nossa amizade, nós... Mas elas estarão sempre presentes quando eu rememorar os momentos mais ousados, rebeldes e intensos da minha juventude;

Os meus companheiros de luta, Celso e Nathália, por não deixar curar o nosso vício de lutar por dias radicalmente diferentes;

O meu tão querido Eraldo, que chegou ao finalzinho desta empreitada, que cozinhou enquanto eu estudava, que me deu forças e suportou nos dias de chororô; mas, sobretudo, renovou meu ânimo e a minha fé na construção do amor com liberdade;

Sou muito grata a todas essas pessoas que aqui citei, que apresentam algo em comum: não perderam a condição de se reconhecer no(a) seu(a) semelhante. Sem este atributo não há consciência de classe/gênero/identidade racial, não há revolução, não há terreno fértil para que floresça o amor.

[...] E diz o Vigário ao Poeta:
"Escreva-me aquela letra
do versinho de Vergílio..."
E dá-lhe o papel e a pena.
E diz o Poeta ao Vigário,
com dramática prudência:
"Tenha meus dedos cortados
antes que tal verso escrevam..."
LIBERDADE, AINDA QUE TARDE,
ouve-se em redor da mesa.
E a bandeira já está viva,
e sobe, na noite imensa.
E os seus tristes inventores
já são réus - pois se atreveram
a falar em Liberdade
(que ninguém sabe o que seja) [...].

**Cecília Meireles Romance
da Bandeira da Inconfidência**

RESUMO

A presente pesquisa constitui-se numa Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Analisamos o processo de construção das lutas e estratégias da mulher trabalhadora enquanto sujeito da cidade, a partir da história de vida de uma mulher de forte atuação política nas lutas sociais urbanas no bairro do Ibura, Recife. As contradições que a sociedade capitalista inaugura, aprofundam a subjugação da mulher e também possibilitam as condições materiais para o questionamento da sua condição de oprimida. Neste modo de produção também possibilita a universalização do fenômeno urbano e, conseqüentemente, das lutas sociais urbanas. Assim sendo, contraditoriamente, a cidade torna-se um espaço privilegiado para a contestação desta sociedade, possibilitando variadas formas de lutas sociais. As cidades, até a atualidade, tem se constituído tendo por pressuposto a desvalorização das mulheres. Esta desvalorização refere-se essencialmente à invisibilidade do valor social do seu trabalho, mas se espalha para os outros âmbitos do exercício do poder na sociedade. Deste modo, torna-se mais difícil o uso, por parte delas, dos equipamentos e direitos sociais urbanos já existentes e a criação de outros também fundamentais, inclusive os que atendam às suas necessidades específicas. Em razão da sua particularidade enquanto sujeitos da cidade, as mulheres têm estado presentes massivamente nas lutas sociais urbanas, apesar de estar em minoria nos postos políticos representativos da cidade como um todo. No que se refere ao contexto urbano recifense, pode-se afirmar que a história da cidade liga-se intimamente com a história das lutas no/do espaço urbano, mais especificamente pelo acesso à moradia, que surgem nos anos 1930. O bairro do Ibura surge num contexto que os movimentos sociais urbanos na cidade já estão consolidados. Atualmente o bairro conta com uma diversidade de manifestações culturais e também de grupos de atuação política. A história de vida que abordamos tem sua militância política nas organizações de bairro do Ibura. No entanto, a sua atuação extrapolou os limites do bairro, interferindo nos rumos da constituição do urbano do Recife. Deste modo, ao mesmo tempo esta militante se inseriu num processo de mudança da história da cidade do Recife, também transformou a si mesma, o que reverbera no processo coletivo do interminável tornar-se mulher. Destarte, nos debruçamos sobre as dimensões históricas das ocupações urbanas que a citada militante participou, analisando a desigualdade de sexo/gênero nos movimentos sociais, assim como aspectos da sua vida privada que se associam à questão. A passagem da limitação da mulher ao espaço doméstico, com o seu estabelecimento no espaço público significou um difícil processo de lutas, mas implicou no reconhecimento social da necessidade de se promover a igualdade de gênero, na diferença.

Palavras-chave: Relações de gênero. Mulheres na cidade. Lutas sociais urbanas. Movimento popular.

ABSTRACT

This study constitutes a dissertation under the Master's Degree of Social Work at the Universidade Federal de Pernambuco. We analyze the process of building the struggles and strategies of working women as subjects of the city, from the life story of a woman of strong political involvement in social struggles in the urban district of Ibura. The contradictions that capitalist society opens, get the subjugation of women deeper also enable the material conditions for their insurrection. It is the universal urban phenomenon, and therefore the social struggles of urban areas. Thus, paradoxically, the city becomes a privileged space for the contestation of this society, enabling various forms of social struggle. Cities, until today, have been made with the assumption by the devaluation of women. This devaluation essentially refers to the invisibility of the social value of their work, but spreads to other areas of the exercise of power in society. Thus, it becomes more difficult to use, on their part, equipment and existing urban social rights and the creation of too fundamental, including those that meet their specific needs. Because of its peculiarity as subjects of the city, women have been present in the massive urban social struggles, despite being a minority in political representative positions the city as a whole. With regard to the urban context of Recife, one can say that the history of the city connects closely with the history of struggles in / of urban space, more especially in the access to housing, which arise in the year 1930. The neighborhood of Ibura arises in a context that urban social movements in the city are already consolidated. Currently the district has a diversity of cultural and also political action groups. The life story that has touched, have his political activism in the Ibura neighborhood organizations. However, their action went beyond the boundaries of the neighborhood, interfering in the course of the constitution of the city of Recife. Thus, while this is a militant entered a process of changing the city's history, has also transformed itself, which reverberates in the endless collective process of becoming a woman. Thus, we took a nearer view of the historical dimensions of urban occupations who attended the aforementioned militant participated, analyzing the sex / gender inequality in social movements, as well as aspects of his private life that are associated with the issue.

The passage of the limitation of women to the domestic space, with its establishment in the public space meant a difficult process of fights, but implicated in social recognition of the need to promote gender equality in difference.

Keywords: Gender Relations. Women in the city. Urban Social Struggles. Popular movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do Bairro do Ibura	53
Figura 2	Academia das Cidades na Praça João Pernambuco, a %Braça da Vitória+.....	55
Figura 3	Cadastramento da População Ocupante do CAIC	69
Figura 4	Ponto de Pregação Assembléia de Deus . Cadastramento da População	70
Figura 5	Barracos de Ocupação do CAIC	77
Figura 6	Vista de Cima da Ocupação do CAIC	77
Figura 7	Criança em Meio aos Barracos Ocupação do CAIC	78
Figura 8	Fachada Frontal do Prédio do CAIC	79
Figura 9	Fachada Frontal do Prédio do CAIC II	80
Figura 10	Parte Interna do Prédio do CAIC em Ruínas	80
Figura 11	Parte Interna do CAIC em Ruínas	81
Figura 12	Fachada Frontal do Bloco do Residencial 1º de Maio	82
Figura 13	Relocação dos Moradores para o Residencial 1º de Maio	83
Figura 14	Vista de Cima dos Blocos do Residencial 1º de Maio	84
Figura 15	Crianças Empinando Pipa na Barreira e Vista da UR-2	84
Figura 16	Mauricéia Dias Proferindo Discurso no Conjunto 1º de Maio	89
Figura 17	Moradoras Assistindo ao Discurso de Mauricéia	89
Figura 18	Moradoras Assistindo ao Discurso de MauricéiaII	90
Figura 19	Mauricéia na Entrega das Chaves do Residencial 1º de Maio	90
Figura 20	Moradora na Entrega das Chaves do Residencial 1º de Maio	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIC - Centro Integral de Apoio à Criança e o Adolescente

COMPESA-Companhia Pernambucana de Saneamento

ETAPAS -Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social

FEMEB -Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife

FEMOCO HAB - Federação das Associações de Moradores de Núcleos de Cohab

FUNASE -Fundação de Atendimento Socioeducativo

GLOS- Gerência da Livre Orientação Sexual

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTST-Movimento dos Trabalhadores sem Teto

PREZEIS-Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social

PCB-Partido Comunista Brasileiro

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PT -Partido dos Trabalhadores

PTB-Partido Trabalhista Brasileiro

PSB-Partido Socialista Brasileiro

RPA-Região Político Administrativa

SDHSC-Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã

UDN-União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ESPAÇO URBANO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO/GÊNERO: A CIDADE ENQUANTO CAMPO DE LUTAS PARA AS MULHERES...	20
1.1 Urbano, cidade, trabalho e relações sociais de sexo/gênero: uma articulação conceitual necessária.....	21
1.2 Expressões contemporâneas da questão urbana e de gênero.....	27
1.3 Lutas e resistências no Brasil urbano: a atuação das mulheres no movimento popular	39
2 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO RECIFE: AS LUTAS DO BAIRRO DO IBURA.....	43
2.1 Espaço urbano e surgimento do movimento popular no Recife....	44
2.2 A efervescência política nos anos 1970/1980 e o surgimento do movimento popular no Ibura	51
2.3 Atuação da mulher no movimento popular: depoimentos sobre a construção da visibilidade feminina no bairro do Ibura.....	56
3 HISTÓRIAS DAS LUTAS URBANAS DA CIDADE DO RECIFE NO FEMININO	64
3.1 Ocupações no Bairro do Ibura e a atuação da mulher nos rumos da configuração urbana do Recife.....	65
3.1.1 Lutas pelo solo urbano recifense: o caso do Conjunto Residencial 27 de Novembro no Ibura.....	71
3.1.2 A Área do Parque dos Milagres no bairro do Ibura e suas dimensões históricas	74
3.1.3 A Ocupação da Avenida Recife e Coliseu: a atuação de Mauricéa extrapola os limites do bairro do Ibura	75
3.1.4 A ocupação do CAIC e o surgimento do Conjunto Residencial 1º de Maio	76
3.2 Movimento popular urbano e relações de gênero: depoimentos sobre ser mulher militante	85
3.2.1 O movimento Popular enquanto Espaço de Encontro e Reconhecimento entre as Mulheres.....	93
3.3 Aspectos da vida privada de uma mulher militante	96

4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS.....	104

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa constitui-se uma Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, inscrita na área de concentração Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais, desenvolvida pela discente Emanuelle Chaves Pinto, tendo por orientadora a Prof^ª. Dra. Maria de Fátima Gomes de Lucena e por co-orientadora a Prof^ª. Dra. Rosa Maria Cortês de Lima. Pretendemos analisar o processo de construção das lutas e estratégias da mulher trabalhadora enquanto sujeito da cidade, a partir da história de vida de uma mulher de forte atuação política nas lutas sociais urbanas no bairro do Ibura, situado na Zona Sudoeste da Cidade do Recife.

O interesse pela temática do urbano iniciou-se ainda na graduação em Serviço Social, na ocasião do cumprimento das disciplinas obrigatórias de Pesquisa em Serviço Social I e II, através das quais participei da formulação e implementação de um estudo sobre os impactos da realocação dos moradores de Brasília Teimosa para o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. Posteriormente, para aprofundar os conteúdos sobre o referido tema, cursei a disciplina de Habitação e Saneamento Urbano, disciplina optativa integrante da grade curricular do referido curso. Além destas experiências enquanto estudante de graduação, atuei como Assistente Social (mobilização social e levantamento de história oral) na formulação do Programa de Trabalho Social dos Projetos Executivos do Projeto Capibaribe Melhor¹. Essa experiência estimulou-me, ainda mais, a pesquisar sobre o urbano, em especial, na ótica do Serviço Social.

Quanto aos estudos referentes à questão da mulher, a primeira aproximação ocorreu com a disciplina Família e Relações de Gênero, na graduação em Serviço Social, conhecimento aprofundado através da vivência política no movimento estudantil.

A idéia de realizar esta pesquisa surgiu após ser convidada, enquanto Assistente Social, para realizar uma atividade com as mulheres do Conjunto

¹O Projeto Capibaribe Melhor, elaborado pela Prefeitura do Recife, tem como objetivo geral proporcionar condições para a dinamização urbana e socioeconômica dos habitantes do trecho da bacia do rio Capibaribe, situado à jusante da BR -101 até a Avenida Agamenon Magalhães.

Habitacional 1º de Maio, conhecido como Conjunto Habitacional do CAIC², no Bairro do Ibura, na cidade do Recife. Na ocasião, comemoravam-se oito anos de ocupação da área, bem como o mês das mães.

Essa experiência foi marcante, por me apresentar, de maneira enfática, uma realidade que já observava empiricamente no trabalho com o urbano, na qual as mulheres apresentam grande participação política, fato que se contrasta com a realidade da participação política feminina em outros âmbitos.

A atividade que havia planejado (dinâmicas de grupo, atividades lúdico-educativas para as mulheres) não pôde ser executada, pois a festividade não apenas envolvia as mulheres do lugar, mas todos os moradores, incluindo muitas crianças. O evento contava com um palco no qual se revezavam apresentações culturais da população local e falas bastante politizadas de algumas moradoras. Reiterando, das moradoras! A partir de então, coloquei-me a observar os moradores do local, suas interações, o caráter político de suas falas, bem como o posicionamento de algumas mulheres que exercem uma função de referência política na localidade.

Após este episódio, tive outras oportunidades de me aproximar do cotidiano dos habitantes do Conjunto e estreitei as relações com as mulheres que representam os moradores politicamente. A partir desta vivência, identifiquei que no lugar habitam muitas mulheres responsáveis por suas famílias³, que nas atividades políticas predominava o que podemos chamar de um *proceder feminino*+e também que a agenda de lutas dos referidos moradores está estreitamente vinculada com a condição da mulher e da sobrevivência familiar. Optamos por colocar os termos *procederfeminino*+entre aspas para destacar a contradição do termo aqui utilizado. O mesmo refere-se à maneira como as representantes comunitárias relacionam-se com o conjunto da população, as quais, não raro, adotam uma postura maternal, característica freqüentemente atribuída como natural à mulher. As concepções teórico-metodológicas nas quais se aportam este estudo reforçam a crítica do *atrelamento* direto e naturalizado do ser mulher com o ser mãe. No entanto, destacamos que esta ideologia por ser também reproduzida pelas mulheres

²O Conjunto Habitacional é conhecido como Conjunto do CAIC porque em seu terreno existia um Centro de Apoio Integral à Criança e o Adolescente, antigo programa do Governo Federal. O prédio estava em ruínas e o local foi ocupado pelas famílias.

³O termo mais utilizado era Mulher Chefe de Família, o qual caiu em desuso, por reforçar um padrão autoritário para relações familiares. Atualmente o IBGE faz uso da nomenclatura Mulher Responsável pelo Domicílio.

acaba por influenciar a postura das mesmas em atividades que desempenham em vários âmbitos, inclusive o político.

A partir de então, nos surgiram diversas indagações referentes à mulher no espaço urbano. Quais seriam as contradições que permeiam a vivência e construção do espaço urbano do ponto de vista da mulher? Há um fazer político diferenciado por parte das mulheres ou isso seria o reforço da naturalização das atividades que lhes são tradicionalmente atribuídas? As lutas urbanas e o viver urbano representam para as mulheres uma oportunidade da sua afirmação enquanto sujeito coletivo? E o que isso representa no processo mais amplo de superação das desigualdades de gênero?

Em busca de responder as questões acima, procuramos articular a produção do espaço urbano com as desigualdades de gênero, questões que não se apartam no real, podendo apenas ser diferenciadas no plano da reflexão para melhor serem compreendidas. Intenta-se problematizar tanto o cotidiano da mulher de origem pobre na cidade quanto a sua atuação nas lutas sociais urbanas.

Entendemos que tanto na vida pública quanto nas suas relações privadas, a mulher depara-se com relações de poder, estabelecendo resistências e estratégias, ora menos ou mais explícitas, na perspectiva de superação das desigualdades de gênero.

A relevância da realização deste estudo está na necessidade de se ampliar o conhecimento sobre a produção da cidade e o acesso à mesma, por parte das mulheres, na ordem capitalista. As cidades têm sido construídas coletivamente, pelo trabalho de homens e mulheres. No entanto, a importância do trabalho das mulheres neste processo é ocultada; bem como o espaço urbano tem se constituído corroborando com a lógica de que a mulher não tem o direito de se autodeterminar e de ocupar a vida pública.

Além da importância de se reconhecer a questão da invisibilidade do trabalho da mulher, é mister ampliar esta discussão para a vivência do espaço urbano como um todo. Uma das principais lutas que permeiam o direito das mulheres à cidade se refere ao acesso à moradia, diante da histórica responsabilização das mulheres pela família. Em razão do acesso a este direito reger-se, majoritariamente, no âmbito do mercado, o mesmo se torna ainda mais difícil às mulheres pobres.

Atualmente, as políticas públicas urbanas até reconhecem as desigualdades de gênero, mas não negam e até mesmo reforçam a dicotomia na qual o homem

responsabiliza-se pela produção (atua na vida pública) e a mulher incumbe-se da reprodução social (da vida privada).

Um exemplo desta noção é a ênfase dada à titularidade preferencial em nome das mulheres nas ações políticas de habitação. Apesar de esta medida ser uma reivindicação das mulheres, quando ela é empregada como principal ou única resposta para a igualdade de gênero, apenas reforça a responsabilidade da mulher pela família. A lógica que prevalece busca a redução dos índices de evasão dos programas habitacionais (pois a mulher está mais vinculada à unidade familiar) e ainda pode se prestar de argumento para justificar a alta seletividade dos sujeitos contemplados, diante da discrepância entre a demanda por habitação e a oferta através das políticas públicas.

Deste modo, não são formuladas políticas que ofereçam as condições para que a mulher tenha acesso à habitabilidade, principalmente que considerem as especificidades do trabalho da mulher. Muitas mulheres são submetidas a situações desgastantes, como a longa distância da moradia em relação ao local de trabalho, inadequação da atividade econômica que exercia com o novo local de moradia (mulheres comerciantes, pescadoras, cabeleireiras), deixar os filhos aos cuidados de outras mulheres, estas geralmente adolescentes ou jovens dependentes da família familiares e vizinhas pagas por valores irrisórios.

Ressaltamos que tratar a moradia, do ponto de vista do gênero, reduzindo-a ao direito de ter uma casa, deslocado-a de um contexto de oferta universal dos direitos, contribui para a condição de subalternidade da mulher.

No entanto, a cidade não se constrói a partir de relações harmônicas. Ao contrário, o espaço urbano torna-se um campo muito favorável às lutas sociais. Do ponto de vista do gênero, vemos que muitas das lutas urbanas contam amplamente com a presença das mulheres, o que não significa que as mulheres se constituem a parcela mais influente nos processos de constituição do espaço urbano e nas instâncias decisórias na cidade.

Deste modo, salientamos a importância de se registrar, analisar e dar visibilidade aos processos através dos quais as mulheres estão empreendendo as lutas urbanas, exigindo da sociedade seu reconhecimento enquanto sujeitos.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, coletamos dados de origem secundária e primária. Os dados secundários são quantitativos e qualitativos, provenientes de pesquisas do IBGE, PNUD, ETAPAS e notícias de jornais locais. Os

dados primários são qualitativos, mais especificamente coletados a partir de duas entrevistas semi-estruturadas realizadas com duas mulheres de forte atuação nas lutas socioespaciais no bairro do Ibura. A primeira entrevista serviu de base para a caracterização da participação da mulher desde os primeiros anos da organização popular de bairro no Ibura e a segunda destinou-se à construção da história de vida que elegemos para o nosso estudo.

No primeiro capítulo do nosso trabalho, buscamos articular conceitualmente espaço urbano, cidade e relações de sexo/gênero, demonstrando em dados secundários quantitativos a realidade feminina nas cidades. Em seguida, situamos a atuação das mulheres nas lutas populares urbanas no contexto nacional.

O segundo capítulo aborda o movimento popular na Cidade do Recife, especificando a realidade do bairro do Ibura. Neste contexto, identificamos aspectos referentes à participação das mulheres nas lutas urbanas empreendidas no referido bairro, inclusive elementos e fatos históricos não registrados oficialmente, através dos relatos orais de uma mulher militante. O critério para a seleção dessa entrevista relaciona-se com o período da sua militância, aproximadamente a partir do ano de 1975, que corresponde ao início da organização popular no Ibura.

É válido registrar que no momento desta primeira entrevista, quando pretendíamos coletar informações sobre o início da formação do bairro do Ibura, a entrevistada relatou questões de gênero no contexto das lutas urbanas, antes mesmo destas serem levantadas pela entrevistadora. Este fato evidencia o nível de compreensão e proximidade da entrevistada com relação à temática deste estudo, colaborando substancialmente com o processo investigativo.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos a história de vida de uma mulher representante comunitária no bairro do Ibura, a fim de identificar os desafios e as estratégias estabelecidas pelas trabalhadoras, no processo de viver e produzir a cidade. Neste objetivo, fizemos uso da entrevista semi-estruturada, a fim de construir as memórias junto à entrevistada. Consideramos, de acordo com Triviños (1992), que esta técnica possibilita maior participação do sujeito entrevistado no fazer científico. Também utilizamos a articulação das narrativas com documentos, como fotografias e notícias referentes aos fatos mencionados.

O conceito aqui utilizado é %construção de memória+ e não %recuperação de memória+. Uma vez que o relato oral do passado se faz pela interpretação instrumentalizada das condições objetivas e subjetivas do momento presente e

também dos anseios para com o futuro. (MAUAD apud MONTENEGRO, FERNANDES, 2001).

Consideramos ainda a nossa participação no processo de construção da memória, posto que as questões por nós levantadas estão vinculadas ao nosso aporte teórico-metodológico e influenciaram na delimitação/direção tomada pela narrativa da entrevistada.

Definimos história de vida, de acordo com Antonio Chizzotti, que a define como o relato de experiências marcantes vividas pelo indivíduo. Ainda de acordo com o autor, a história de vida se distingue de estória de vida porque articula os fatos narrados com outras fontes de dados, não se restringindo ao relato livre dos acontecimentos vividos (CHIZZOTTI, 2008).

A história de vida pode ser apreendida de várias maneiras. A modalidade escolhida por este estudo foi a história oral a partir da qual agrupam-se as informações orais de uma ou mais pessoas sobre eventos, seu contexto, suas causas e efeitos+ em busca de %extrair uma perspectiva não-oficial, registrar a visão de grupos humanos que não têm tradição escrita ou domínio dela+(CHIZZOTTI, 2008, 107).

Elaboramos nossas questões sobre a referida história de vida abordando a sua atuação política, mas também aspectos socioeconômicos da entrevistada. Estes dois campos . um que aborda centralmente a atuação pública e o outro a vida privada . não estarão desarticulados. Pressupomos que ambas esferas estão visceralmente imbricadas. A distinção ocorre, em alguns momentos, em face da necessidade da delimitação temática para viabilização de categorias para nossa análise.

A história de vida em questão foi eleita especialmente pela natureza das lutas que expõe. Pois além da militante atuar nas reivindicações por equipamentos e direitos sociais urbanos, também integrou ativamente diversos processos de ocupação na Cidade do Recife, em especial no Ibura. Os relatos apresentados não se referem a fatos desde o nascimento da entrevistada, mas abarcam o momento do seu ingresso nas lutas populares (ano de 1987), sendo enriquecido com alguns fatos precedentes.

Considerando-se que o espaço urbano e o tornar-se mulher são construções sociais, procuraremos tecer nossas análises abordando singularidades, particularidades e universalidade, enquanto níveis diferentes de abstrações do real. A forma como aqui serão construídas as memórias e as problematizações referentes

à vida de uma mulher pretende corroborar com a premissa de que o ser humano produz coletivamente a si mesmo e a sua existência. Seguiremos na contramão do atual modismo de se atribuir demasiada relevância às estratégias extraordinárias individuais. Porquanto, a história de vida de uma mulher pobre no Iburá expressa a história das mulheres da classe trabalhadora no Recife, mas não apenas, também expõe a condição da mulher nesta sociedade urbana capitalista.

1 ESPAÇO URBANO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO/GÊNERO: A CIDADE ENQUANTO CAMPO DE LUTAS PARA AS MULHERES

As cidades surgem enquanto espaço de afirmação da cultura, contexto no qual as atividades humanas estariam separadas em atividades do intelecto e atividades ligadas à natureza, a separação cidade/campo. Esta segregação dos seres sociais no espaço articula-se também à desigualdade social e isso repercute na visão que considera que as atividades e as relações da cidade são hierarquicamente superiores às do campo.

De outra parte, as mulheres têm sido identificadas enquanto sujeitos mais próximos à natureza, um ser subalternizado em razão do seu sexo. Deste modo, o trabalho das consideradas como menos humanas também é destituído de valor social.

De acordo com Kergoat (2009, 71), as relações sociais de sexo produzem tensão entre homens e mulheres, sendo expressões indissociáveis da divisão sexual do trabalho. Deste modo, as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica. Essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos a mudança de mentalidades jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão do trabalho concreta (KERGOAT, 2009).

Esta realidade, que se configura de diferentes modos na história da humanidade, mostra-se especialmente contraditória no capitalismo. As mulheres que estavam circunscritas às atividades da esfera doméstica passam a desempenhar também atividades diretamente ligadas à produção social econômica. Contudo, ainda realizam este trabalho em desigualdade com relação aos homens e não estão desobrigadas do trabalho doméstico, que lhe é atribuído como uma responsabilidade natural.

As contradições que a sociedade capitalista inaugura, ao passo que aprofundam a subjugação da mulher também possibilitam as condições materiais para a sua insurreição. Também é este modo de produção que universaliza o fenômeno urbano e, conseqüentemente, as lutas sociais urbanas.

As lutas sociais urbanas sempre contaram com ampla participação das mulheres, o que se contrapõe à histórica exclusão das mulheres do campo político.

Além de identificar esta presença, faz-se necessário analisar o significado desta participação e as atuais contradições urbanas que transpassam a vida das mulheres. Para o entendimento destas questões, neste capítulo articularemos conceitualmente espaço urbano, cidade e relações de gênero, assim como exporemos dados da realidade feminina nas cidades e sua participação nas lutas urbanas no país.

1.1 Urbano, cidade, trabalho e relações sociais de sexo/gênero: uma articulação conceitual necessária

A cidade é um produto social concreto e não apenas um cenário onde ocorrem determinadas relações. O surgimento da cidade (no que se refere ao contexto Ocidental) associa-se ao advento da produção de excedentes, momento no qual parte da sociedade ficou liberada das atividades agrícolas, acarretando uma divisão social do trabalho, o que gerou o apartamento espacial das atividades humanas entre cidade e campo (CARLOS, 2007a).

Esta separação entre cidade e campo funda-se concomitantemente às diversas divisões do trabalho, como a sexual, etária e técnica. A divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual e, por conseguinte, entre o natural e o espiritual+ (LEFEBVRE, 2001, p.28). Esta separação ocorre enquanto desigualdade e não apenas como diferenciação, visto que já em sua gênese a cidade sobrepuja-se em importância social, subordinando o campo. Tornando-se assim, o centro das atividades humanas significadas como mais elevadas, o lugar da supremacia da razão ou do próprio homem sobre o natural. A respeito desta significação da cidade, afirma Lefebvre:

A esta unidade primordial da forma urbana e de seu conteúdo, da forma filosófica e de seu sentido, pode se ligar a organização da própria Cidade: um centro privilegiado, núcleo de um espaço político, sede do Logos (razão) e regido pelo Logos diante do qual os cidadãos são iguais+, com as regiões e repartições do espaço tendo uma racionalidade justificada diante do logos (por e para ele) (LEFEBVRE, 2001, p. 30).

Trazendo a questão da cisão do natural e cultural para o contexto da subordinação das mulheres, verificamos que estas têm sido identificadas como mais próximas à natureza ou num patamar intermediário entre o natural e o cultural

(ORTNER, 1979). O atrelamento do ser mulher com o natural tem suas bases em como culturalmente foram concebidas as suas particularidades fisiológicas: gerar, parir, menstruar, amamentar. Com relação à significação antropológica destas características, aprofunda a autora anteriormente citada:

Em outras palavras, o corpo feminino parece condená-la a mera reprodução de vida; o homem, em contraste, não tendo funções naturais de criação deve (ou tem a oportunidade) de basear sua criatividade externamente artificialmente por meios de símbolos e tecnologia. Assim agindo, ele cria objetos relativamente duradouros, eternos e transcendentais, enquanto a mulher cria seres perecíveis . seres humanos (ORTNER, 1979, p. 104).

Para melhor entendimento desta questão, faz-se necessário invocar o conceito de divisão sexual do trabalho, o qual consiste na separação das atividades realizadas por homens e mulheres, decorrentes das relações sociais de sexo. Esta divisão pressupõe, prioritariamente, que as mulheres estejam restritas ao campo da reprodução social e os homens dominem o campo da produção (COMBES; HAICAULT, 1986).

Construiu-se socialmente que a condição biológica da mulher instituiu-lhe funções sociais diretamente ligadas ao desenvolvimento dos seres humanos. O cuidado com as crianças - especialmente as que necessitam de supervisão direta até seu amadurecimento - foi significativamente como uma extensão natural da amamentação, que é realizada pela mulher. Alia-se a isso, a possibilidade da mulher gerar outro bebê enquanto ainda cuida de crianças na primeira infância, tornando a esfera doméstica o seu principal espaço de vivência na maior parte do tempo. (ORTNER, 1979).

Comparando-se a associação cultural do urbano enquanto negação do natural e, de outra parte, das mulheres como mais ligadas à natureza, podemos concluir que o espaço urbano já em sua gênese hierarquiza as relações entre os seres humanos, e neste contexto, as mulheres são ainda mais subordinadas, por serem consideradas menos humanas ou menos culturais.

A palavra mulher, etimologicamente, tem origem latina . femina . e significa menos crente+. Homem, por sua vez, origina-se também do Latim (humus) que quer dizer o que vem da terra+. Assim sendo, a subordinação social é uma marca constante na história do feminino, do ser mulher (LUCENA, 2010).

Esta segregação social do trabalho coloca os homens no controle das atividades de maior valor social e poder (econômica, política, religião, militar), relegando as mulheres a um patamar social de subordinação (COMBES, HAICAULT, 1986).

Salientamos que não pretendemos limitar a totalidade da divisão sexual do trabalho ao binômio, mulher . trabalho doméstico . e homem . atividades econômicas, pois assim estaríamos afirmando que as esferas sociais produtiva e reprodutiva, concretamente, ocorrem de maneira desvinculada. Existe apenas uma mesma e única divisão sexual do trabalho operando na produção e reprodução, materializando sempre, em ambos os aspectos, a subordinação de um sexo a outro (COMBES; HAICAULT, 1986, p.26). Do contrário, o ingresso das mulheres na vida pública, como a sua participação direta na produção e na política significaria, imediatamente, a sua libertação.

Em relação aos papéis estabelecidos como femininos, Chauí (1985) fala da subjetividade da dependência da qual as mulheres atualmente ainda compartilham. Essa dependência explica porque as mulheres, mesmo estando no exercício das atividades da reprodução familiar, vivenciam por parte da família o reforço das relações e da cultura que as subordinam. De acordo com a referida autora, a mulher:

[...] definida como esposa, mãe e filha (ao contrário dos homens, para os quais ser marido, pai e filho é algo que acontece apenas), são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros. Se amor, abnegação, espírito de sacrifício, generosidade são construídos como qualidades do feminino, se a dependência econômica e social, e a menoridade política e cultural são postas como condição feminina, essas determinações, cremos, decorrem da posição originária das mulheres como seres para outrem. Sua condição de sujeito tem, pois, a peculiaridade de criá-las pela heteronomia⁴, pois o que são o são para outros (que determinam os seus atributos) e para os outros (aos quais os tributos são endereçados) (CHAUÍ, 1985, p. 47-48).

A partir deste raciocínio, podemos analisar o fato das próprias mulheres reproduzirem a cultura sexista. Visto que o ser mulher está constituído em função dos outros, em desfavor de si mesma. No momento em que as mulheres buscam novas formas de ser, desta vez definidas para si, toda a sociedade, inclusive suas próprias consciências (outorgadas), as denunciam como menos mulheres, menos naturais, como é comum se dizer, como *lesnaturadas*.

⁴Heteronomia, do Grego: (héteros = outro) + (nómos = lei). Fonte: Priberam: Dicionário da Língua Portuguesa on line.

Resgatando brevemente a história da opressão feminina, tomamos primeiramente como referência a obra: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*⁵, de autoria de Friedrich Engels. Esta obra articula a origem das desigualdades entre homens e mulheres com a instituição da monogamia, a qual se origina da necessidade da proteção da propriedade privada.

De acordo com a obra, fazia-se necessário reprimir a sexualidade da mulher, para que os descendentes não fossem definidos a partir da linhagem feminina e as propriedades dos homens permanecessem no mesmo grupo familiar (ENGELS, 1989). Na fala do próprio Engels, “[...] o desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 1989, p.95). O autor complementa com uma crítica à família monogâmica:

Baseia-se no predomínio do homem; a sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, a qualidade de herdeiros diretos, entrarão um dia, na posse dos bens de seu pai.

A importância da referida obra encontra-se na articulação que faz entre as construções familiares e as relações socioeconômicas. A constatação que a subjugação das mulheres associa-se ao advento da propriedade privada é de grande valia para identificar como o capitalismo se apropria das desigualdades entre homens e mulheres, contexto no qual a instituição familiar exerce um papel fundamental (TOLEDO, 2001).

Contudo, o estudo de Engels não se basta para explicar a subjugação feminina, principalmente no que tange à divisão sexual do trabalho e a restrição da mulher ao espaço doméstico, cujo cuidado direto é identificado como de responsabilidade da mulher, mas âmbito onde ela ainda encontra-se subserviente, estando tolhida da participação no espaço público (TOLEDO, 2001).

Definimos família como relações sociais que podem ocorrer de formas variadas, na qual cada unidade doméstica é responsável pela sobrevivência do grupo familiar (MARSIGLIA, 2002). Dito de outro modo, a família representa a responsabilização privatizada da manutenção da vida humana, trata-se da “[...]”

⁵ O livro *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* foi publicado pela primeira vez em 1884. A obra utiliza-se dos escritos de Marx sobre os estudos de Lewis Henry Morgan: *A sociedade Antigua (Ancient Society)*, na qual Morgan discorre sobre as construções familiares dos Iroqueses, indígenas norte-americanos.

unidade que permite a regulação do trabalho pela divisão forçada entre trabalho profissional e doméstico [...] (BARRÈRE-MAURISSON apud DEVREUX, 2009).

É importante salientar que as famílias não são um fenômeno unívoco, podendo ocorrer a partir de variados tipos de uniões, permeados pela complexidade das relações de gênero e geracionais. Esta constatação nos é de grande valia para não incorrerem no equívoco de apreender a totalidade das famílias a partir das que são compostas por casal (homem e mulher) e filhos, sendo as outras o seu desvio, sua desestruturação ou a sua mera variação.

Retornando agora à conceituação de Cidade e Urbano, observemos os dois termos, os quais não são sinônimos, tampouco possuem como seu oposto o termo rural. Convém explicitar uma diferenciação entre Cidade e Urbano. De acordo com Luciano C. G. Pinto, a palavra *Cidade* deriva de *civitas* - tradução latina do termo grego *Polis* . o qual corresponde a uma aglomeração de pessoas nascidas no mesmo solo, uma sociedade constituída por de *cives* (%cidadãos+). Já a palavra urbano seria proveniente do termo *vrbs*, cunhado a partir de *orbs* (%círculo+, %mundo+) relativo às primeiras cidades que eram construídas em círculo - remete ainda à parte da rabiça (*urbum*) do arado, utilizado para demarcar os limites das cidades, onde muros eram edificados (PINTO, 2009).

Ao discutir sobre Cidade e Urbano no Brasil, a autora Sandra Lencioni⁶ (2008), analisa, à luz da História, o uso dos referidos termos enquanto conceito e também enquanto palavra, no contexto brasileiro. De acordo com a referida autora, na Língua Portuguesa, %a palavra cidade antecede, em muito, a palavra urbano+, indicando que %a idéia cidade precede, historicamente, à idéia de urbano+ (LENCIONI, 2008, p.114). A autora avalia que %o falarmos em cidade no Brasil estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública+(LENCIONI, 2008, p.117).

No referido estudo, analisa-se que um conceito se constrói num exercício do pensamento sobre a realidade, que está em constante movimento e se refere sempre a outros conceitos. (LENCIONI, 2008). Explica a autora, definindo o termo Urbano:

%o que se procurou com essa discussão é mostrar que os conceitos se fundam em teorias e que segundo essas os conceitos se alteram. Como

⁶Vale ressaltar, que a autora faz uma análise que não se situa no campo da Linguística, sua pesquisa busca a compreensão histórica dos conceitos de Cidades e Espaço Urbano, no contexto brasileiro.

dissemos na Introdução, a pesquisa exige, permanentemente, escolhas e pesquisar significa viver opções. [...]Assim posto, embora tenhamos cidades no Brasil desde a colônia, a constituição do urbano, a partir das referências examinadas, lhe é posterior. Está se considerando que é imanente ao conceito de urbano, o de industrialização moderna e o de sociedade industrial.+(LENCIONI, 2008, p. 120).

Deste modo, o termo cidade, neste estudo, refere-se à concentração populacional, às ofertas de serviços e força de trabalho, à infraestrutura, às relações mercantis, enfim, ao que tange objetivamente e subjetivamente à vida das pessoas que vivem nas cidades.

De outra parte, o termo urbano, perpassa, mas extrapola o que é a cidade. Refere-se a um processo social que circunda (arcs+) as relações sociais com centralidade na cidade. Trata-se da constituição da sociedade urbana, na qual a cidade e o rural estão inseridos.A urbanização no capitalismo tomou proporções tais [p.a.] que se pode definir como sociedade urbana a realidade social que nasce à nossa volta+(LEFEBVRE, 2001, p. 3).

Numa sociedade dividida em classes, como a capitalista, a apropriação da riqueza socialmente produzida é desigual. A vivência da cidade como um todo . não apenas o acesso ao solo, mas aos seus equipamentos, serviços e infra-estrutura . pelos diferentes segmentos sociais também não tem sido realizada igualmente. Essa disparidade revela, no dizer de Ana Fani Carlos, que [esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória+, de modo que é [p.a.] a desigualdade espacial um produto da desigualdade social+(CARLOS, 2007^a, p.23).

Entendemos por questão social a desigualdade entre as classes na sociedade capitalista, a qual se divide essencialmente entre os que detêm os meios de produção e os que apenas possuem sua própria força de trabalho. Tal disparidade se expressa no conjunto dos problemas sociais vividos pela sociedade capitalista.

A articulação da questão social e da segregação das pessoas no espaço é preponderante, mas não pretende resumir uma problemática à outra, o que nos impossibilitaria de apreender a complexidade das situações espaciais. No dizer de Milton Santos (2007,p.108), [p.a.] as condições geográficas são indubitavelmente, condições sociais, porém de um tipo particular+.

A desigualdade de gênero é identificada em toda a sociedade, não sendo uma problemática particular ao âmbito urbano. Esse tema é tratado pela socióloga Taciana Gouveia⁷ (2005).

[...] há uma similitude no interrogar se as mulheres o são sujeitos ocultos nas cidades e afirmar que as mesmas estão em todos os lugares. Essa similitude, por sua vez, revela uma diferença: uma coisa é constatar a presença das mulheres na cidade, outra completamente distinta é pensar a produção desse espaço tendo como preocupação política e analítica a estrutura e a dinâmica das relações das desigualdades entre mulheres e homens. Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas.

No intento de abordar a questão da mulher na sociedade urbana, situaremos a nossa análise no seio das relações sociais capitalistas, com o advento da grande indústria moderna que reorganiza o sistema de produção e reprodução social.

1.2. Expressões contemporâneas da questão urbana e de gênero

A histórica desvalorização do trabalho da mulher no processo de construção social da riqueza será funcional ao modo de produção capitalista. A opressão das mulheres foi e ainda é indispensável à (re) produção do capital. Primeiramente, por determinações que antecedem o capitalismo, as mulheres constituem uma força de trabalho menos onerosa que os homens, ampliando o exército industrial de reserva. Segundo, a entrada da mulher nas fábricas não significou a sua liberação das tarefas domésticas, tendo ela, agora, de enfrentar múltiplas jornadas, o que é favorável ao processo de extração da mais valia. E ainda, a conseqüente diminuição do tempo das mulheres para as atividades domésticas demandará a compra de produtos manufaturados das indústrias (TOLEDO, 2001).

O espaço urbano, enquanto fenômeno histórico, não surge concomitante ao capitalismo, mas [...] consiste no espaço que historicamente proporcionou o desenvolvimento deste modo de produção+ (ENDLICH, 2006, p.19). Esta afirmação é coerente com a definição de sociedade urbana analisada por LEFEBVRE(2001).

⁷Taciana Gouveia é estudiosa da questão das mulheres no contexto urbano. Atualmente, ligada à instituição SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia.

A opressão da classe trabalhadora não surge de forma monolítica uma vez que, homens e mulheres desta classe são impactados diferenciadamente, estando as mulheres numa condição de dupla subjugação, a exploração de classe e a opressão de gênero. Estes processos de exploração da mulher, que envolvem classe e gênero, não se sobrepõem apenas, mas são interdependentes.

O capitalismo, desde a sua gênese, primou pela organização da produção em detrimento da reprodução social. As formas extenuantes de exploração vieram a ameaçar a reprodução da classe trabalhadora, nesse âmbito emergiram fortes embates entre as classes e, ao mesmo tempo, entre os sexos. E [na] os espaços são unidades, modalidades concretas da reprodução+ (COMBES; HAICAULT, 1986, p.27).

Contudo, é no capitalismo que as mulheres encontram as bases objetivas para construir a sua libertação (TOLEDO, 2001). Foi nos marcos desse modo de produção, que as mulheres, por intermédio de sua organização e de intrincadas lutas, lograram muitas conquistas, entre as principais: o direito ao voto e à participação política, o aumento do acesso à educação formal e à igualdade jurídico formal em relação aos homens. Destacamos, ainda, o direito ao controle da fertilidade através dos métodos contraceptivos e, em alguns países, o direito à interrupção voluntária da gravidez, conquistas fundamentais para a desnaturalização do ser mulher.

É também no Capitalismo que o modo de vida urbano em sua ampla apreensão . material e subjetiva . tem se tornado um fenômeno mundial. Esse fato tanto é resultado da produção capitalista, como se torna condição geral para o processo de produção/reprodução do capital. Interessa ao capital, primeiramente, a infra-estrutura da cidade, mas também a concentração espacial da oferta de serviços e da força de trabalho, inclusive a força de trabalho reserva. Igualmente preponderante é a sociabilidade do consumo e todo o conjunto de valores que se prestam de justificação ideológica para a preservação do sistema, inclusive a opressão de gênero⁸. A respeito da temática da urbanização, complementa Ana Fani Carlos (2007b, p.36):

A urbanização coloca, hoje, problemas atuais, produz-se em função das exigências em matéria de comunicação, de deslocamentos os mais

⁸Aqui, admitimos que a opressão de gênero ocorre no plano ideológico, mas não intentamos afirmar que a opressão da mulher está circunscrita apenas a esta dimensão. No Marco Teórico Conceitual abordaremos melhor esta questão.

variados e complexos criando uma hierarquia de lugares. Os problemas atuais postos pela urbanização ocorrem no âmbito do processo de reprodução da sociedade. Por isso mesmo a globalização também produz modelos éticos estéticos, gostos, valores, moda, constituindo-se como elemento fundamental da reprodução das relações sociais, um cotidiano, ainda em formação, onde todas as relações sociais passam a ser mediadas pela mercadoria.

O espaço urbano na contemporaneidade é, portanto, uma expressão enfática das contradições entre as classes no capitalismo:

[...] Pode-se dizer que com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana. [...] Essa repartição espacial das classes é um fato que se verifica no espaço total do país e em cada região, mas é, sobretudo, um fenômeno urbano (SANTOS, 2007,p. 110).

No que se refere à questão urbana na contemporaneidade, verificamos que em resposta à crise do sistema capitalista iniciada nos 1970, assiste-se a uma verdadeira reestruturação capitalista, que se expressa na reestruturação da produção, na mundialização da economia e nas reformas dos Estados, aportadas ideologicamente no neoliberalismo, o que promoverá um processo crescente de privatizações dos serviços públicos. Essas transformações impactaram profundamente as cidades.

Tratando, em específico, das mudanças no setor produtivo, verifica-se a descentralização do chão de fábrica, o que promoverá um largo crescimento da unificação do espaço doméstico com o espaço de trabalho. Bem como surgem novas modalidades de produção operadas virtualmente. Há o aumento do emprego de tecnologias poupadoras de força de trabalho, acompanhado de mais exigências ao trabalho intelectual e, em contradição, uma massa de trabalhadores bastante qualificados, mas sem emprego (SÁ; BARBOSA, 2002).

Salientamos que essas alterações serão impactantes para o trabalho da mulher, pois esta será o principal agente da produção que passa a ser operada no meio doméstico. As mulheres serão, ainda, a maioria da força de trabalho das modalidades produtivas virtuais, como os *call centers*, bem como irão apresentar níveis de escolaridade maiores que os dos homens, mas estando sujeitas a trabalhos mais precarizados e com menores salários.

A maneira como essas mudanças societárias se processam no Brasil, as quais terão um forte impacto sobre as condições de vida dos trabalhadores em

geral, inclusive do ponto de vista da organização política desses, são aspectos analisados por Ana E. Mota e Ângela S. do Amaral (1998, p.34-35):

[...] de fato, a reestruturação produtiva redefine socialmente o processo de produção de mercadorias. Assim, a reestruturação produtiva, não se caracteriza apenas pelas mudanças nos processos de técnicos de trabalho nas empresas, comprovadamente tímidos no Brasil, porque aqui reestruturação é abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade em 100%. [...] A marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc.

Uma das principais diferenças no que se refere ao impacto destas mudanças, observando-se o trabalho de homens e mulheres, foi o aumento da entrada da mulher no mercado de trabalho, formal e informal. Tal fato associa-se a três fenômenos: a redução das taxas de natalidade, maior acesso das mulheres à educação, mas também à precarização das condições de vida da família, requisitando o trabalho da mulher para além das atividades domésticas (ABRAMO, 2002).

O crescimento da entrada da mulher no mercado de trabalho deu-se de forma paradoxal. Aumentou-se o número de mulheres trabalhando, mas o avanço veio acompanhado de empregos vulneráveis, precarizados e instáveis. Notadamente marcados por jornadas parciais, informalidade, trabalhos antes realizados nas fábricas que passam a ser realizados no espaço doméstico, acompanhados da ausência de garantias trabalhistas (HIRATA, 2002). Também apontamos a acentuação dos níveis de desemprego e da brecha⁹ do desemprego em relação aos homens (ABRAMO, 2002).

A requisição das mulheres para estas condições de trabalho procurará justificar-se nas chamadas "qualidades femininas", palavras que aqui encontram-se entre aspas para referendar a nossa ironia no seu uso. Dentre estes predicados atribuídos às mulheres, apontamos: a sua posição de maior comprometimento com a manutenção da família, concorrendo para que as mulheres valorizem mais o emprego do que os homens; a maior submissão e docilidade feminina, facilitando sua adaptação a condições adversas de trabalho, inclusive de relacionamento; a

⁹Diferenciação, adotadas pela OIT - Organização Internacional do Trabalho - para diferenciar os níveis de desemprego entre homens e mulheres.

facilidade em aceitar flexibilidades de contratação, como jornadas parciais ou instáveis, para conciliar o trabalho remunerado com as atividades domésticas (TOLEDO, 2001).

Desse modo, [a] cidade contemporânea é engendrada pelo trabalho flexibilizado. A gravidade dessas transformações se torna visível [pela] agudeza dos níveis de miséria, destacando-se pequenas ilhas de progresso em meio à segregação social prevalente em grandes extensões territoriais (SÁ; BARBOSA, 2002, p.19-20).

Abordamos, então, o lugar e o valor das mulheres nas cidades, em particular das mulheres pobres. Fazemos o uso de lugar e valor do indivíduo com a conotação dada por Milton Santos, o qual afirma que o [valor] do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está (SANTOS, 2007, p. 139). De acordo com Rossana Brandão Tavares (2008):

Para as mulheres, a escassez territorializada . traduzida na precariedade da infra-estrutura urbana, nos contrastes espaciais e na opressão social . se manifesta em violência, distinções no acesso aos recursos públicos, aos serviços urbanos, ao trabalho, entre outros (TAVARES, 2008, p. 2).

Neste contexto, abordamos uma problemática a qual, diante da gravidade que se progressivamente se apresenta, é apontada como preocupação de variados sujeitos, a violência vivida no espaço urbano. Atualmente, a violência urbana (ocorrida tanto no espaço doméstico, como público) contra as mulheres tem crescido. Como exemplo, tomamos os dados de Pernambuco, que está entre os estados brasileiros onde há maior crescimento desta problemática. Nos últimos anos, a ocorrência de homicídios de mulheres tem aumentado significativamente, inclusive, este índice apresenta um crescimento maior que o aumento dos homicídios masculinos.

Convém destacar o conceito de violência e, em especial, a de gênero. De acordo com Lucena (2010), violência é uma palavra latina (vis) (violentia) que significa veemência e impetuosidade/força. Expressa-se através de sua natureza físico-psicológica e sexual, englobando atos de privação/negligência. Esse múltiplo uso da força, de forma intencional, representa também o exercício de poder. Assim sendo, pode resultar em adoecimento e morte. As violências . no plural . têm sua origem nas relações sociais estranhadas, desumanizadas, em especial, quando

analisamos a perversa relação capital/trabalho na contemporaneidade na qual o trabalho morto se amplia, em detrimento do trabalho vivo.

Quando buscamos compreender as violências em sua complexidade e em busca da visão de totalidade - de forma sempre aproximativa - faz-se necessária a articulação de classe social, raça/etnia, geração e gênero, em termos de transversalidade, integralidade e interdisciplinaridade (LUCENA, 2010).

A violência de gênero, por sua vez, abrange comportamentos e atitudes que possam gerar dano e sofrimento (físico-psicológico-sexual) no contexto da relação homem-mulher e que envolve também toda a família. No Brasil, desde 2006, a chamada Lei Maria da Penha é um dos marcos jurídicos no enfrentamento à violência familiar, apesar do longo caminho que ainda se faz necessário ser percorrido no que se refere à efetivação da Lei e ao enfrentamento dessa violência (LUCENA, 2010).

De acordo com dados do Observatório da Violência Contra a Mulher em Pernambuco, no período de 1983 a 1986, houve um crescimento maior dos homicídios masculinos do que de homicídios de mulheres. Porém nos períodos de 1991 a 1994 e de 1999 a 2002 a situação se inverte em desfavor das mulheres. Este dado se contrapõe ao argumento de que a violência urbana não está associada à desigualdade de gênero.

Ainda com relação à violência contra mulher em Pernambuco, referimo-nos ao estudo¹⁰ do SOS-Corpo (2005), que se debruça em 528 casos de homicídios praticados contra mulheres no Estado. A caracterização dos crimes, noticiados pela imprensa no período de 2002 a 2004, demonstra que 17% dos agressores eram desconhecidos das vítimas, 37% não se relacionavam amorosamente com elas, 55% dos casos aconteceram no espaço público e 46,4% foram cometidos por mais de um homem.

Podemos observar através destes percentuais que os atos violentos contra as mulheres nas cidades não se limitam ao âmbito doméstico e não se associam unicamente à tentativa de dominação da mulher pelo seu companheiro. Cresce a violência urbana contra as mulheres e esse aumento é uma expressão da própria constituição do urbano na contemporaneidade. Dito de outro modo, o problema da

¹⁰Apesar do estudo se basear em material jornalístico que, de sua parte, enfatizam o que mais se afasta do comum, a pesquisa do SOS Corpo nos oferece dados relevantes que demonstram novos elementos da violência contra a mulher, especialmente, no que se refere especificamente às áreas urbanas.

violência urbana contra as mulheres não se resume, meramente, à localização geográfica do seu crescimento.

Apontamos, ainda, outro fenômeno que se apresenta como eminentemente urbano. Trata-se do considerável aumento do número de mulheres responsáveis por suas famílias¹¹. No Brasil, o percentual de famílias nessa condição passou de 19,7% em 1993 para 28,8% em 2006 (IPEA, 2008). As primeiras análises do mesmo instituto de pesquisa sobre dados mais recentes evidenciam que este percentual continua crescendo, registrando-se no ano de 2009 uma porcentagem de 35,2% de famílias que indicam uma mulher como sua principal responsável (IPEA, 2010).

Este crescimento é registrado em todas as regiões, mas é expressamente mais notável no âmbito urbano. Destacamos que no início dos anos 2000, estudos registraram que 91,4% das mulheres responsáveis por sua família viviam no âmbito urbano (IBGE, 2002).

Ainda não dispomos de dados mais recentes no que se refere à região onde vivem as famílias chefiadas por mulheres, a fim de relacionarmos a produção do espaço urbano com as possíveis mudanças ocorridas nos últimos dez anos quanto às contradições que circundam este tipo de arranjo familiar. No entanto, podemos concluir que estas famílias ainda vivem, majoritariamente, nas cidades, visto que o país não apresentou migrações ou transformações das relações familiares a um patamar que inverta o percentual apresentado no início dos anos 2000, que sobrepuja os noventa por cento, como demonstramos anteriormente.

Faz-se relevante analisarmos a responsabilidade feminina pelas famílias, porquanto além de ser um fenômeno em crescimento e tipicamente urbano é bastante demonstrativo das mudanças das relações de gênero na sociedade.

Uma das principais características das famílias regidas por mulheres é que a maior parte delas (49,3%) é monoparental, ou seja, composta por mãe e filho(s) apenas, contra 26,1% de famílias com chefe¹² feminina cuja mulher apresenta cônjuge¹³. Dentre as famílias coordenadas por homens, 85,5% tem a presença de casais e apenas 3,3% destas famílias são monoparentais (IPEA, 2010).

¹¹O termo trata das pessoas identificadas pela própria família como a principal referência para sua sobrevivência. Atualmente, utiliza-se a nomenclatura *responsáveis pelo domicílio* ou *responsáveis pela família*. Outrora já se utilizou o termo *chefe de família* do qual ainda se busca não fazer uso ou fazê-lo com ressalvas, por ser comumente associado ao exercício do poder masculino na família.

¹²As aspas significam a nossa concordância com o que diz a nota n. 8.

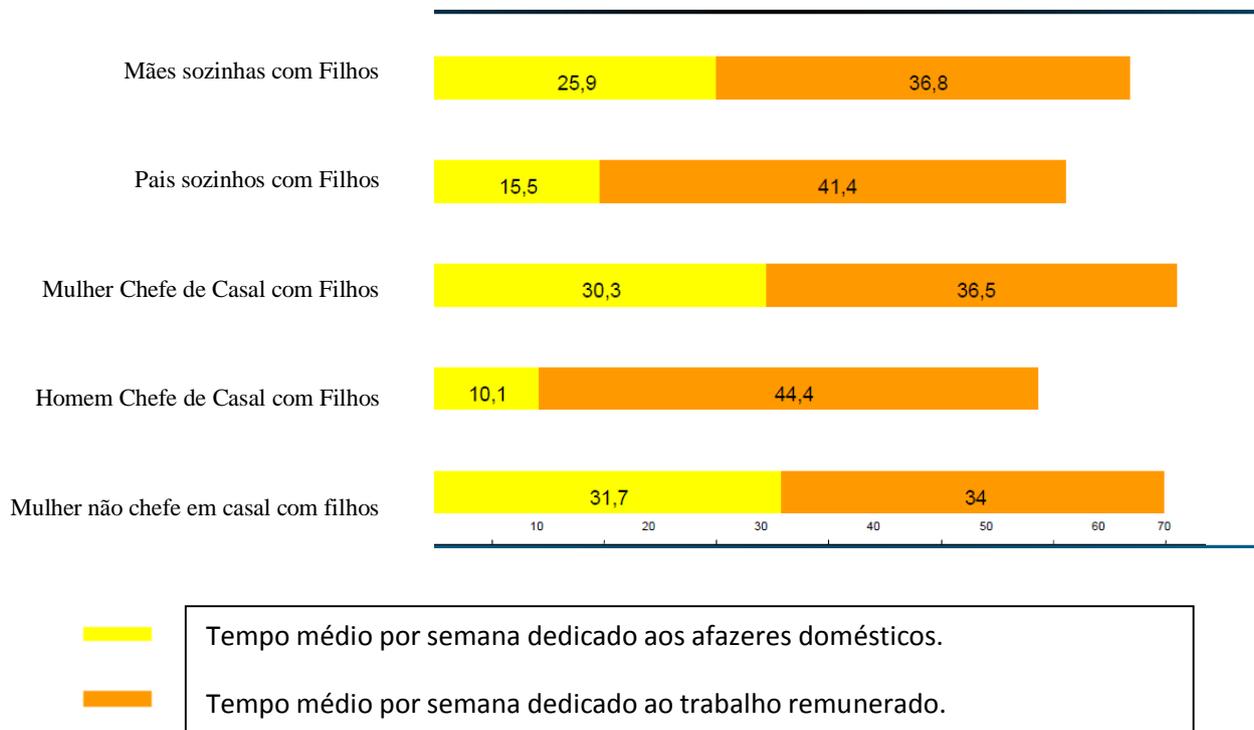
¹³Cônjuge aqui se refere a qualquer forma de união entre casais, formalizada legalmente ou não.

No Brasil, até o ano de 2009, registrou-se que a maior tipologia familiar - no que se refere ao sexo da pessoa de referência - ainda é a composta por casais com filhos tendo o homem por responsável 40,58%, seguido das famílias monoparentais femininas com filhos, representando 17,34% e casais sem filhos com chefia masculina que são 14,88 % do total (IPEA, 2010).

Os dados apontam que a presença das mulheres como principal referência na família, apesar de se inscrever num contexto de maior valorização da representação da mulher para a família, significa um fardo maior para essas do que para os homens.

A maior parcela das famílias chefiadas pelos homens conta com a presença das mulheres na divisão das responsabilidades que este posto venha a acarretar, o que não é observado na maioria dos casos da chefia feminina. Isso pode ser confirmado através da comparação das informações quanto ao número de horas dedicadas ao trabalho - tanto o doméstico como o remunerado - realizados por homens e mulheres responsáveis pelo domicílio. Estes dados podem ser observados no quadro a seguir:

Tabela 1 - Jornada média total de trabalho por semana segundo sexo e posição na família Brasil, 2009 (em horas).



Fonte: IPEA, 2010.

O quadro anterior demonstra que totalizando o tempo dedicado ao trabalho dentro e fora de casa, as mulheres sempre trabalham mais que os homens. As mulheres continuam, majoritariamente, desempenhando o trabalho doméstico, o que lhes custa boa parte das suas horas semanais. Registram-se, nas modalidades familiares compostas por casais, os maiores números de horas dedicadas a esse trabalho. Em outros termos, as mulheres casadas com filhos, identificadas ou não como principais responsáveis pela família, estão entre as pessoas que mais dedicaram tempo ao trabalho doméstico.

Mulheres casadas com filhos, numa composição familiar onde há a chefia masculina, declaram dedicar cerca de 31,7 horas semanais ao trabalho doméstico. Em seguida, mulheres chefes com companheiro e filhos afirmam trabalhar 30,3 horas. Curiosamente, estes dois últimos percentuais superam o número de horas que as mulheres que vivem sozinhas com seus filhos dedicam às atividades domésticas, em média 25,9 horas semanais. Ou seja, a presença do marido nas famílias, na média geral, não significa a diminuição do peso das tarefas domésticas para as mulheres, ao contrário, representa tarefas a mais e/ou uma maior cobrança na realização destas.

O número de horas correspondente às atividades domiciliares desempenhadas pelos homens é inferior em todos os arranjos familiares apresentados, quando se compara com as mulheres, mesmo quando o homem educa os filhos sem cônjuge para partilhar essa atividade educacional.

Observamos também que os homens, em média, dedicam mais horas que as mulheres quando isolamos o tempo para o desempenho das atividades remuneradas, o que pode vir a servir de argumento para a sua dispensa das atividades domésticas, e que é demonstrativo da desvalorização da importância deste tipo de tarefa.

Pesquisas do início dos anos 2000 evidenciam que grande parte das crianças na primeira infância (faixa etária de 0 a 6 anos), cerca 18%, viviam em lares chefiados por mulheres. Nos Municípios de Salvador, Recife e Belém, esse percentual se eleva para perto de um terço das crianças na primeira infância (IBGE, 2002).

Deste modo, no atual contexto de insuficiência generalizada de números de creches nas cidades, podemos concluir que o cuidado com essas crianças,

atividades que demandam maior atenção da família, constituem-se mais um fator para a sobrecarga feminina.

As informações apresentadas são demonstrativas das relações desiguais de gênero na família. A responsabilidade feminina e masculina pela família ocorre de maneira diferenciada e, neste contexto, a mulher é mais sobrecarregada ao ocupar a função. Esta opressão pode ser explicada pela naturalização das atividades domésticas enquanto femininas, que foi abordada na primeira parte deste capítulo.

Além destas responsabilidades familiares serem mais freqüentes e trazerem sobrecarga para as mulheres, elas ainda as realizam em condições econômicas mais desvantajosas que os homens.

As mulheres responsáveis pela família seguem o padrão geral da sociedade, no qual mesmo elas atingindo mais anos de estudo que os homens apresentam menores rendimentos. Em média as mulheres nesta função estudaram 7,1 anos e os homens 6,9, no entanto, a renda mensal média da maioria destas mulheres é de R\$ 882,68 e os ganhos dos responsáveis masculinos são de R\$ 1307,9. Esta realidade se agrava quando se trata de mulheres responsáveis por famílias monoparentais, quando a renda mensal média é de R\$ 763,68 (IPEA, 2010).

Quando comparamos as diferenças de salários entre homens e mulheres em geral, vemos que a condição das responsáveis pela família é ainda mais injusta. De acordo com o IBGE (2010), na sociedade brasileira, em geral, as mulheres ocupadas ganham em média 70,7% do que recebem os homens. Pelos dados do IPEA observados, as mulheres que são responsáveis pelo sustento familiar auferem aproximadamente 67,7% do que os homens com a mesma referência familiar recebem.

Um dado muito importante para observarmos é a renda das mulheres responsáveis pelo domicílio. De acordo com o Censo 2000, o rendimento mensal de mais de 50% dessas mulheres não ultrapassava 1,8 salário¹⁴mínimo daquele ano. No Recife, no ano 2000, dividindo-se as mulheres responsáveis por sua família em dois grupos quanto à renda . as de maiores e as de menores rendimentos . as caracterizadas pelas maiores rendas auferiam em média R\$ 744,25. Entre as mulheres responsáveis pela manutenção da família que recebiam os menores salários, a média dos ganhos era de R\$ 251,00 (IBGE, 2002).

¹⁴ O salário mínimo do ano 2000 totalizava R\$ 151,00.

As mulheres responsáveis pela família apresentam baixos rendimentos e estão desempenhando diversas tarefas para a sobrevivência das mesmas, como o trabalho remunerado, cuidados com a própria casa, criação dos filhos - entre eles as crianças mais novas. As desigualdades apresentadas pelos dados quantitativos acima, nos levam a associar a condição da responsabilidade da mulher pela família à feminização da pobreza¹⁵. No Brasil, a pobreza tem cor e sexo. Ela é essencialmente negra e feminina.

Os dados apresentados mostram que a cidade é produzida e vivida numa lógica machista, calcada na divisão sexual do trabalho. Mesmo quando a mulher desempenha trabalho remunerado, ela não está menos responsabilizada pelos serviços domésticos e/ou pelo zelo com a família.

Evidencia-se que as transformações referentes ao mundo do trabalho, as quais se apresentam com a aparência de igualdade entre homens e mulheres (ou ainda de avanço rumo a esta igualdade), em sua essência representam a acentuação . contraditória . da histórica opressão das mulheres. Tal realidade traz em seu bojo o não reconhecimento/desvalorização do trabalho feminino, o que irá se expressar na sua desvalorização enquanto sujeito em todas as outras esferas sociais.

Os dados apresentados nos levam a concluir que, mesmo com a possibilidade de arranjos familiares diferentes do tradicional e com a maior valorização da responsabilidade da mulher pela família, as famílias, em geral, continuam a reproduzir a lógica da opressão sexista.

Portanto, faz-se necessário a instituição e garantia de direitos externos às relações familiares para o fortalecimento da autonomia das mulheres, posto que as negociações e resistências cotidianas travadas em família não bastam para a superação da opressão vivida neste âmbito. Daí a importância da consideração das relações sociais de gênero no direito à cidade.

Conforme já demonstrado anteriormente, as mulheres são sujeitos socialmente desvalorizados nas cidades. Há uma recusa em identificá-las enquanto produtoras deste espaço. Conseqüentemente, torna-se mais difícil o uso, por parte delas, dos equipamentos e direitos sociais urbanos já existentes e a criação de

¹⁵ A associação da chefia feminina das famílias e da feminização da pobreza foi avaliada também no estudo de SCOTT, P. Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas (2002).

outros também fundamentais, inclusive os que atendam às suas necessidades específicas.

No entanto, a cidade não é produzida de maneira linear, onde as desigualdades se processam sem resistência, posto que a sociedade é composta de diversos sujeitos de natureza e interesses diferenciados. A pluralidade dos sujeitos e das relações existentes na cidade fará dela um campo privilegiado de lutas (CARLOS, 2007a).

Em razão da sua particularidade enquanto sujeitos da cidade, as mulheres têm estado presentes massivamente nas lutas sociais urbanas, apesar de estar em minoria nos postos políticos representativos da cidade como um todo. Essa participação nas lutas socioespaciais está relacionada com a identificação da mulher com a casa, com a família e a manutenção desta. Trata-se de mais um processo contraditório, visto que reafirma a identificação da mulher com a esfera da reprodução social, mas confere-lhe a oportunidade de adentrar a arena pública, enquanto sujeito político.

As mulheres apesar da sua condição subjetiva/objetiva também reproduzir a sua subalternidade, como já nos referimos, são sujeitos que vivem, pensam e sentem a sua realidade. Deste modo, explicar a presença das mulheres nas lutas sociais urbanas apenas pela sua identificação maternal seria uma simplificação. O espaço urbano também é marcado pela luta das mulheres pelo seu reconhecimento enquanto ser social, no forjar de novas formas de ser mulher. Esta perspectiva perpassa, e também extrapola a dimensão familiar.

As mulheres puseram na arena pública que ser mulher não é algo que se resume em pré-definições, é um eterno vir a ser que implica em inúmeras possibilidades. Esta idéia ilustra-se na mais citada frase de Simone Beauvoir: "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher"¹⁶.

As resistências cotidianas e as lutas políticas no espaço público das mulheres rebatem em todas as outras dimensões sociais, num horizonte do questionamento da desigualdade de sexo. Esse aspecto não pode deixar de ser considerado no exame das lutas socioespaciais, apesar das dificuldades quanto à participação da mulher e da instituição de pautas e garantias específicas não estar sequer minimamente superadas.

¹⁶ A frase foi proferida no ensaio crítico *O Segundo Sexo*, publicado na França em 1949.

1.3 Lutas e resistências no Brasil urbano: a atuação das mulheres no movimento popular

A década de 1930 é um marco para a urbanização no Brasil. É neste momento que o país vive um amplo processo de industrialização, aprimorando-se as relações sociais capitalistas no país. Aprofunda-se a divisão social do trabalho, ocorrem, amplamente, migrações dos trabalhadores do campo às cidades, num curto período de tempo, fazendo despontar cidades inchadas.

Neste momento histórico, a cidade industrial demanda numerosa força de trabalho, mas não atende satisfatoriamente as necessidades urbanas. Do ponto de vista da classe trabalhadora é muito grave a insuficiência de garantias como moradia, saneamento, lazer, serviços de saúde, educação. Isso não implica dizer que o problema da insuficiência/ausência da oferta dos direitos sociais urbanos é uma mera consequência das migrações ou uma falha do planejamento desta urbanização. Mas, sobretudo, essa negação/escassez de direitos é um pressuposto para a constituição de um proletariado que ofereça largamente a força de trabalho reserva.

O período histórico se configura como propício a acirrados conflitos de classe. E, como resposta, o Estado assume um papel de *compromisso* com os mais pobres, personificado na figura de Getúlio Vargas, *o pai dos pobres*. Este momento é marcado pelo surgimento das políticas sociais no país, bem como da afirmação de um sentimento nacionalista, notadamente uma estratégia da emergente classe industrial. Fazia-se necessário a participação/aceitação por parte da classe trabalhadora para a perfeita instauração deste processo (OLIVEIRA, 1978). No dizer do referido autor:

O que é o urbano no populismo? O urbano é principalmente o *laissez-faire* da classe operária e das outras classes trabalhadoras urbanas e simultaneamente a constituição da própria burguesia industrial. O urbano é principalmente o movimento de migração campo-cidade e a desarticulação das *economias regionais*; o urbano é uma poderosa acumulação de capital, fundada simultaneamente no confisco de uma mais valia em expansão, na abertura de fronteiras agrícolas que propiciavam a alimentação das cidades sem pôr em xeque a estrutura fundiária, isto é, na manutenção do status quo no campo e no confisco de parte da riqueza das antigas classes latifundiárias oligárquicas que será passada à burguesia industrial. O urbano nesse período é a afirmação da sede urbana da produção e do controle político-social: é a negação do campo. (OLIVEIRA, 1978, p. 85).

Outro momento importante para a constituição do urbano no Brasil trata-se do período da %restauração Kubitscheck+, o que Francisco de Oliveira denominou de um urbano antipovo ou antinação. Posto que o Estado Brasileiro abre-se ao capital estrangeiro, aprofundando-se as contradições de classe, expressas no fosso entre os interesses do Estado aliado à burguesia internacional e, na outra face, o restante da nação(OLIVEIRA, 1978).

Enquanto expressão dos conflitos de classe no âmbito urbano brasileiro surgem os movimentos reivindicatórios. A classe trabalhadora passa a exigir do Estado respostas às suas necessidades de sobrevivência, a partir do conflito(OLIVEIRA, 1978).

O movimento popular, que neste estudo poderá ser definido como movimentos socioespaciais ou lutas sociais urbanas, designa um movimento social que reivindica a satisfação das necessidades urbanas - habitação, saneamento, eletrificação, calçamento de ruas, entre outras. Os sujeitos desse movimento, apesar de não se restringirem a apenas um segmento socioeconômico, em geral, pertencem às camadas mais empobrecidas da sociedade e reportam-se ao Estado.

Movimentos sociais designam ações de sujeitos coletivos que visam mudanças na sociedade. Estes se diferenciam de meras movimentações ou reivindicações pela sua continuidade no tempo, não sendo uma simples reação a um fato ou conjuntura isolados. Distinguem-se também dos partidos políticos, porque não se responsabilizam por elaborar um projeto de nação, tampouco pretendem assumir a gestão do Estado(JACOBI, 1989).

Apesar do surgimento dos movimentos sociais urbanos está diretamente ligado aos conflitos gerados pela urbanização, podemos associá-los também ao modo como o Estado optou por mediar este conflito. Apesar de o populismo significar uma estratégia de controle da constituição da classe trabalhadora urbana, ele não o faz por meio da força policial, inaugurando um período de garantias de direitos, que abre a possibilidade para o surgimento de mais demandas sociais (JACOBI, 1989).

Contraditoriamente, as lutas sociais urbanas pressupõem o diálogo com o Estado, pois se exige do mesmo a satisfação das suas demandas, mesmo que de maneira conflitiva e até se colocando contra este. É válida a compreensão dessa contradição para o reconhecimento dos limites vivenciados por estas lutas num horizonte de uma transformação social mais profunda (JACOBI, 1989).

O recorte temporal de 1970 até meados de 1980 é marcado como uma fase em que os movimentos sociais no Brasil ressurgem e passam a atuar de maneira mais organizada, após um período de desarticulação em função da violenta repressão que lhes fora dirigida pelo regime militar. Além das lutas referentes à exploração dos trabalhadores em geral e dos populares urbanos, que tinham maior expressão na sociedade, emergem também o movimento de mulheres, de negros e negras, as lutas pela livre orientação sexual, dentre outros.

As lutas do movimento sindical e do popular não estavam desarticuladas. De acordo com Regina Bega dos Santos (2008), os bairros, até 1978, eram os principais âmbitos de articulação do movimento operário. Somam-se a isso as estruturas das Comunidades Eclesiais de Base, iniciativa de setores progressistas da Igreja Católica que fomentavam a organização comunitária, com base na Teologia da Libertação. Configuraram-se como estratégia de resistência das lutas sociais, durante o período no qual o país estava tolhido quanto aos direitos políticos, face à repressão do regime militar.

Destacamos, naquele momento, a atuação dos partidos políticos, alguns deles, como o Partido dos Trabalhadores - PT e o Partido Comunista Brasileiro - PCB, este último que inclusive atuava na ilegalidade, os quais contribuíam com a problematização política não só da limitação das liberdades, mas também dos problemas urbanos, vividos no cotidiano.

Na década de 1970, também, com apoio do Lions Club, surgem os Clubes de Mães. Estes eram organizações que reuniam mulheres para aulas de corte e costura, bordado, higiene pessoal, como diz a autora Regina Bega dos Santos (2008). Os Clubes de mães também surgiram por iniciativa de grupos sociais católicos. (SANTOS, 2008).

É válido ressaltar a importância do apoio dos setores progressistas da Igreja Católica que contribuiu para uma maior adesão das mulheres ao movimento popular, posto que estas, historicamente, têm sido maior parte dos fiéis da Igreja Católica. A associação da participação política com a atividade religiosa se constituiu num argumento para a legitimidade da participação das mulheres, diante da proibição social das mulheres de família ocuparem espaços públicos. O que se estabelece como mais uma contradição, visto que as mulheres nas religiões cristãs até hoje estão num patamar de submissão aos homens.

A própria natureza das reivindicações do movimento popular, que se referem à reprodução social, expressa a relação das mulheres com as lutas sociais urbanas. Contudo, vários outros fatores podem ser também associados, dentre eles, destacamos a entrada mais ampla das mulheres no mercado de trabalho, no âmbito urbano.

O trabalho remunerado fora do lar para as mulheres tornou a desvalorização do seu trabalho mais explícita, conseqüentemente, revelando o conjunto de desigualdades com relação aos homens. Também propiciou a vivência de novas relações sociais, como os conflitos com o patronato e a identificação e associação com outras mulheres na sua mesma condição de classe.

O aumento do número de mulheres exercendo atividade remunerada também proporcionou uma maior autonomia às mesmas, incidindo no questionamento das opressões no âmbito doméstico e na possibilidade de novos arranjos familiares, que também são frutos do direito ao divórcio e ao controle da fertilidade com os métodos anticoncepcionais.

A maior abertura social às novas composições das famílias, diferentes das tradicionais, não exclui a preservação do sexismo nas relações familiares, mas amplia as maneiras de vivê-las, abrindo flancos de resistência, pelas quais as mulheres possam interferir com mais autonomia nas relações que as oprimem.

Como nos referimos anteriormente, o momento de ebulição das lutas sociais urbanas também é assinalado pela atuação de outros sujeitos sociais coletivos. Aliam-se a todas estas mudanças sociais que impactam profundamente a vida das mulheres a sua organização política específica. Estas formas de atuação são bastante significativas no Brasil desde o final da década de 1960, como os grupos de consciência ou grupos de reflexão de mulheres. Influência trazida do exterior, especialmente da França e dos Estados Unidos, através das que lá se refugiaram em razão do regime ditatorial militar. Apesar da adesão às organizações de mulheres ou feministas não ter sido ampla, o que até hoje não se realiza, não se pode desconsiderar que a sua contribuição, até mesmo no momento de maior repressão autoritária, incorreu em impactos no cotidiano da sociedade brasileira. (PEDRO, 2007).

2 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO RECIFE: AS LUTAS DO BAIRRO DO IBURA

A Cidade do Recife surgiu no contexto da Cultura da Cana de Açúcar em Pernambuco, o que demarca um forte caráter rural da constituição desta cidade. O espaço urbano no Recife desde os primórdios já apresenta o acesso à habitação como problema. As lutas pelo território recifense e pelo direito à habitação estão ligadas umbilicalmente à história da Cidade (LIMA, 2005).

Os movimentos socioespaciais no Recife se iniciam na década de 1930 e se consolidaram nas décadas de 1950 e 1960 com o incentivo da Frente do Recife. A Frente, liderada por Miguel Arraes, assumiu algumas gestões dos governos estadual e municipal, abrindo um diálogo próximo com os movimentos de bairro e incorporando muitas das suas reivindicações (ETAPAS, 1989).

O Ibura, por sua vez, localiza-se na região sudoeste do Recife e é notadamente um bairro ocupado pela população mais empobrecida da cidade. Inicialmente passou a ser ocupado em razão da política habitacional empreendida pelo Estado e, depois, foi ocupado por diversas iniciativas da população sem acesso à habitação e ao solo urbano.

O bairro, apesar de estar entre os que mais registram a violência urbana em todo o país, também conta com variadas manifestações culturais populares e com um movimento popular que ainda tem significativa atuação na cidade, apesar do momento atual de arrefecimento dos movimentos socioespaciais como um todo. O movimento popular no Ibura despontou no momento de reabertura política do final do regime militar e as lutas urbanas do bairro apresentam muitas mulheres como representantes comunitárias.

O segundo capítulo do nosso estudo situa o movimento popular no bairro do Ibura no contexto urbano recifense, identificando especialmente a atuação das mulheres. Para tanto, nos valeremos, privilegiadamente, dos relatos orais de uma representante comunitária, cuja atuação política coincide com a constituição das lutas sociais urbanas no Ibura.

2.1 Espaço urbano e surgimento do movimento popular no Recife

A Cidade do Recife surge, como definiu Denis Bernardes (1996) como povoação portuária, estreitamente ligada à economia rural voltada para o mercado externo. O referido autor destaca, ainda, sobre a formação da Cidade, que durante muito tempo foram terras de engenho e esta forte vinculação com a economia rural alimentou o seu próprio crescimento e muitos dos limites de ordem social e política decorrentes desta projeção, no espaço urbano, da estrutura agrária com sua correspondente organização social, concentração de renda e de poder (BERNARDES, 1996, p. 11).

No presente estudo, essa referência à gênese da constituição do espaço urbano do Recife pretende apenas apontar elementos que irão atravessar toda história da constituição urbana da cidade. Damos destaque, especialmente, a dois aspectos: a grande concentração de terras nas mãos de poucas pessoas e o escravismo, que promoveu o mais cruel processo de subordinação de pessoas, ao ponto de delimitar as consideradas não humanas em função da cor da pele negra. Em outras palavras, a concentração de terras, o autoritarismo, a discriminação intensa e a exclusão da população pobre e negra são marcas do processo de urbanização do Recife.

O crescimento do Recife, tanto referente à produção de riquezas quanto ao adensamento populacional, ou seja, o seu processo de urbanização foi marcado por vários processos de espoliação urbana. Permitindo uma expansão urbana, apoiada em um acesso à habitação notadamente perverso e progressivamente desigual (LIMA, 2005, p.49-50).

A Cidade do Recife, que foi denominada por Lima (2005) de Cidade Autoconstruída, apresenta em sua história a autoconstrução como uma estratégia amplamente utilizada pela população na busca pelo acesso à moradia. Esta alternativa também foi promovida pelo Estado na provisão habitacional. As políticas de habitação, especialmente as destinadas aos segmentos mais pobres da sociedade, não acompanharam o movimento desta população na luta pelo direito de morar. Ainda de acordo com a autora (LIMA, 2005, p.19) podemos afirmar que a problemática da habitação faz parte da história do Recife.

A ocupação do território do Recife é marcada pela divisão socioespacial, na qual os terrenos planos e livres de alagamentos são ocupados primordialmente

pelos segmentos abastados, restando aos pobres os alagados, alagáveis e morros da cidade (LIMA, 2005).

Num primeiro momento, os pobres não enfrentam resistência na ocupação de áreas planas e alagadas localizadas em áreas mais centrais da cidade. Mas, na transição para o século XX, com a crescente urbanização do Recife, quando a sua população cresce de 26 mil para 200 mil habitantes, ocorre mais um processo de expulsão dos pobres, em razão da valorização econômica de tais áreas. Vê-se, então, a expulsão dos mocambeiros, para áreas de morro, as quais também já estavam sendo ocupadas pela população migrante das áreas rurais do Estado (LIMA, 2005).

No final do século XIX, a sociedade urbana do Recife, quanto as suas estratificações, poderia ser descrita rapidamente como nos diz Bernardes (1996):

%.] as linhas demarcatórias são as seguintes: pessoal administrativo, comerciantes . nacionais e estrangeiros -, caixeiros (os atuais comerciários), trabalhadores (livres e escravos), artesãos, proprietários rurais com a casa na cidade, ou nela habitando em caráter permanente a partir das usinas, biscateiros, profissionais liberais, clérigos . tanto seculares como regulares . e aquela parte da sociedade que preconceituosamente foi chamada de %marginal+ (o lumpemproletariado, num sentido mais preciso) e já habitantes dos alagados e mucambos+ (BERNARDES, 1996, p.54).

Esta população, no que se refere à divisão social no espaço urbano, também em linhas breves, distribuiu-se no território da cidade desigualmente. Ainda com uso das palavras de Denis Bernardes:

%.] bairros aristocráticosq com suas amplas residências, construídas em grandes terrenos que reproduzem ainda as relações da gente do campo, com sua senzala urbana, com os sobrados ocupados pelos comerciantes mais abastados, misto de habitação, depósito e loja. Bairros de uma incipiente classe média, conservando o quanto possível o quintal e o terreno lateral, ou oitões. Bairros de casa de parede-e-meia, dos pequenos funcionários, dos artesões, de trabalhadores livres. E, por fim, o já tão falado mucambo, quando não simplesmente as portas das igrejas, as pontes, um abrigo fortuito qualquer para aqueles que, nesta cidade de terra molhada em demasia, nem sequer mais um lugar encontravam+ (BERNARDES, 1996, p. 54).

A questão habitacional é um determinante central na história do Recife. Já no final dos anos 1930, a cidade, cujo quadro social era composto pelo desemprego e pobreza de 1/6 da sua população, contabilizava também um grande quantitativo de mocambos, mais de 45 mil unidades (ETAPAS, 1989).

A expulsão dos mocambeiros das áreas alagadas, para atender os interesses do mercado imobiliário - que se apropriou dessas áreas aterradas por autoconstrução - para além da questão habitacional, também interferia na sobrevivência imediata da população mais empobrecida da então sociedade urbana do Recife. Nas áreas alagadiças, se construíam as habitações precárias e também se retirava um alimento abundante e gratuito, permitindo grande parte da população subsistir imune às famosas leis do mercado capitalista (BERNARDES, 1996, p. 53).

A exclusão de grande parte da população trabalhadora quanto ao direito à cidade - em especial as dificuldades no acesso à habitação digna - é uma das principais razões de reação das camadas populares. No Recife, o movimento popular surge para organizar as reivindicações por melhores condições de habitabilidade.

As lutas socioespaciais urbanas no Recife iniciam-se nos fins dos anos 1920. Registra-se que, em 1929, a Liga dos Proprietários da Vila São Miguel já atuava nas lutas socioespaciais, no bairro de Afogados. Esta organização que foi registrada em cartório no ano de 1931, não surge isoladamente, mas num momento em quem despontam associações de moradores em várias áreas pobres da Cidade para defesa dos mocambeiros, garantido a posse dos terrenos ocupados. No final dos anos 1940, podemos identificar a Sociedade Mista Largo do Viveiro (Bairro de Afogados), a Sociedade Mista 30 de Setembro (Bairro da Mustardinha) e a Sociedade dos Proprietários do Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios (ETAPAS, 1989).

As organizações surgiram espontaneamente, em meio à população sem acesso à moradia, mas também por motivação de grupos anteriormente organizados como, por exemplo, os Comitês Populares e Democráticos de Bairros. Estes comitês eram impulsionados pelo Partido Comunista, recém-saído da ilegalidade. A pauta política em discussão abarcava tanto a problemática mais genérica da propriedade privada do solo, como reivindicações mais pontuais, por exemplo, o calçamento das ruas (ETAPAS, 1989).

Entre as décadas de 1950 e 1960, o Brasil já dispunha de um cenário urbano mais estabelecido. A economia brasileira atravessa para o estágio capitalista dos monopólios. Num contexto de reestruturação da divisão sociotécnica internacional, o Brasil abre-se para o capital das grandes empresas dos países centrais, que passam a produzir bens industriais (OLIVEIRA, 1978).

Dados do Censo Demográfico dos anos 1950 e 1960 demonstram como o acesso ao solo urbano é difícil e excludente, em especial aos mais pobres. De acordo com o IPEA, em 1950, 52,81% das habitações eram ofertadas através do aluguel e 42,81% eram habitadas por proprietários. De acordo com o IPEA, na Série Gestão do uso do solo, em 1960, esta realidade demonstrou-se sutilmente agravada, 53,36% dos domicílios eram alugados e 41,28% eram de posse do morador. Vale salientar que os dados referentes aos que tinham a posse da habitação incluem residências edificadas em terrenos invadidos ou em solos alugados (IPEA, 2000).

Esta conjuntura político-econômica notadamente desenvolvimentista é marcada pelo acirramento da luta de classes. As frações da burguesia brasileira encontravam-se em disputa por um projeto nacional e, de outra parte, a classe trabalhadora crescia numericamente, face à expansão urbana, estando mais consolidada quanto à sua organização política (OLIVEIRA, 1978).

Naquele período, no cenário recifense vivenciava-se o protagonismo dos movimentos populares, despontando a Frente do Recife, união de diferentes partidos comprometidos com pautas sociais. Compunham a frente o Partido Socialista Brasileiro - PSB, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Comunista do Brasil - PCB. A coligação era fortemente apoiada pelos movimentos populares e também por alguns membros da União Democrática Nacional - UDN, um partido de direita (ETAPAS, 1989).

A Frente do Recife foi vitoriosa em várias eleições tanto para o governo municipal quanto estadual. Quanto aos mandatos municipais, foram eleitos: Pelópidas da Silveira . 1955; Miguel Arraes . 1959 e, em 1963, Pelópidas foi reeleito. No que se refere ao Governo do Estado, elegeram-se: Cid Sampaio, tendo Pelópidas da Silveira por vice, no ano de 1958 e mais adiante, em 1962, Miguel Arraes assumiu o posto máximo estadual (ETAPAS, 1989).

O terreno político do Recife tornou-se fértil para a participação popular. Os governos estavam abertos ao diálogo com a população e incentivavam a sua organização. Vale salientar, como nos informa a ETAPAS (1989), que a Frente do Recife contava com a participação do PCB, que já fomentava a organização popular desde meados de 1940.

No primeiro mandato de Pelópidas da Silveira, na segunda metade da década de 1950, inaugura-se um dos primeiros instrumentos de participação popular na

gestão municipal: as audiências populares nos bairros, uma iniciativa da Prefeitura para a escuta das reivindicações dos movimentos de bairro (ETAPAS, 1989). O instrumento foi uma importante conquista democrática, posto que as audiências eram realizadas no lugar de onde advinham as demandas.

Esta ampliação da participação popular possibilitava a participação de novos sujeitos. Destacamos que neste momento há uma consolidação do movimento popular da cidade, tendo por um dos determinantes a formatação do diálogo da população com o poder público, na qual os sujeitos não se resumiam aos indivíduos, mas, especialmente, estavam em cena os conselhos e associações de moradores.

O momento político populista, vivenciado tanto no plano nacional quanto no plano local, foi propício à organização popular na Cidade do Recife. No início do ano de 1964, durante o I Encontro de Associações de Bairro, a população conseguiu que houvesse um representante da Federação das Associações de Bairro no Conselho de Planejamento do Município (ETAPAS, 1989).

Este momento, resguardadas as suas contradições, implicou numa ampliação democrática e na inserção das pautas populares na agenda do Estado, processo interrompido com o Golpe Militar. Muitos movimentos se desfizeram ou reduziram drasticamente a sua atuação pública, em consequência da violenta pressão do regime militar instalado. O regime militar não foi capaz de acabar por completo com os movimentos sociais e neste sentido, a ala da Teologia da Libertação da Igreja Católica cumpriu um papel fundamental para a sobrevivência destes movimentos no período autoritário.

No entanto, o período da ditadura militar não foi um processo unívoco. O historiador Denis Bernardes analisa o período, na ótica da dinâmica urbana do Recife, e faz uma subdivisão em duas partes, a primeira corresponde ao período de 1964 a 1975 e a segunda do ano de 1975 a 1985 (BERNARDES, 1996).

No primeiro período, em Recife os gestores municipais foram Augusto Lucena, que cumpriu duas administrações (1964-1969) e (1971 a 1975) e Geraldo de Magalhães Melo (1969 a 1971). Este período, que também apresenta diferenças nas administrações, foi marcado pela implantação da escolha indireta dos Prefeitos, com a cassação de alguns mandatos, controle extremamente autoritário das representações políticas. Nacionalmente, em 1968 se decretou o Ato Institucional N. 5, que marcou o endurecimento do Regime. Na cidade Recife contou com algumas obras urbanísticas, como a urbanização do Cais da Aurora (1969), a construção do

Ginásio Poliesportivo Geraldo Magalhães - o Geraldão (1969/1970), incentivos à construção de edifícios garagem, a construção da Avenida Agamenon Magalhães (a Via Canal) - empreendimento que demoliu 109 mocambos (BERNARDES, 1996).

A parte mais empobrecida da sociedade foi a mais impactada por esta nova ótica de urbano, além da demolição dos mocambos, os ambulantes também foram fortemente perseguidos, no objetivo de se %limpar+ o centro da cidade (BERNARDES, 1996).

O momento era de busca da %modernização da cidade+, com construção de monumentos e obras urbanísticas, busca de estabelecer o Recife como cidade turística, inclusive com associação do turismo ao que se chamava de %folclore+, uma visão da elite sobre as manifestações culturais populares. Inclusive, praticou-se a distribuição de verbas municipais para entidades sociais e pessoas físicas (BERNARDES, 1996).

Numa segunda fase deste mesmo período, viveu-se um dos momentos mais autoritários do Regime, então é lançado o Plano de Desenvolvimento da Cidade, constrói-se uma nova sede para a Prefeitura¹⁷, criou-se a abertura para a Avenida Dantas Barreto, nos subúrbios foram construídas algumas escadarias apenas. Para a realização de tantas obras urbanas, foram realizados empréstimos tanto ao Governo Federal quanto ao capital externo e também se criou a URB- Recife, uma empresa que serviria para agilizar o planejamento da cidade (BERNARDES, 1996).

Um dos projetos da URB- Recife, que merece destaque, tinha por alvo a área de Brasília Teimosa que era abrigava, na época, 3200 habitações precárias e era considerada pela administração como %uma área problema+. Pretendia-se a construção de um moderno centro de convenções, com hotelaria, áreas de lazer, calçadão, restaurantes e habitações destinadas às classes média e alta.

Esse projeto foi intitulado de %Revolução do Mangue+ e demonstrava o cariz elitista e racista da administração municipal e o desconforto com a presença da população pobre e negra nas áreas planas e mais centrais. Na revista A CONSTRUÇÃO Norte e Nordeste do ano de 1974, exaltou-se a importância do referido projeto afirmando que %A urbanização da infecta ilha terá por outro lado repercussões sobre áreas vizinhas igualmente deterioradas, como os Coelhos e o

¹⁷ O autor faz uma comparação da política do Regime Militar com a lógica arquitetônica do prédio da Prefeitura do Recife - que é verticalizado, longínquo e de difícil acesso aos pedestres.

Coque, que constituem, em conjunto, uma macha negra a dois passos do centro do Recife+(BERNARDES, 1996, p. 90-91).

O segundo momento do Regime Militar no Recife, ainda de acordo com Bernardes (1996), marca o esgotamento de um período de acumulação, havendo graves problemas do ponto de vista social, ocorrendo gradualmente o reconhecimento da sociedade civil organizada enquanto interlocutora perante o poder. No período que pode ser avaliado em duas fases, a de Transição e a de Prioridade Social, o Recife teve como prefeitos Antônio Farias (1975/1979), Gustavo Krause (1979-1983), Jorge Cavalcante (1982/1983) e Joaquim Francisco (1983 e 1986). Os dois últimos com uma intervenção meramente de continuidade de alguns projetos dos anteriores (BERNARDES, 1996).

Nesta fase chamada Transição, as associações populares começam a dialogar com o poder, mas de modo muito limitado, como exemplo tomamos o Sindicato dos Ambulantes que era a favor da "Operação Ambulante", pela qual se realizaram várias iniciativas de resolver o "problema dos ambulantes". fonte de preocupação dos comerciantes locais estabelecidos -que eram acusados de deixar a cidade feia, insegura. Crescem também as obras assistencialistas da Prefeitura, como a distribuição de leite, merenda escolar e auxílio aos atingidos pela Cheia de 1975 (BERNARDES, 1996).

Na fase de Prioridade Social, ocorreu o que se chamava de "desenvolvimento com participação", os gestores caminhavam pela cidade, construíram-se os Barracões da Prefeitura e os Centros Sociais Urbanos. Houve uma busca de valorização da Cultura por parte da prefeitura, que divulgava e patrocinava alguns eventos, em especial o carnaval. O autor faz um destaque que a adesão da população ao carnaval, que havia esfriado, toma novo fôlego, "que está indissociável da gradativa redemocratização do país" (BERNARDES, 1996).

Com o declínio do ciclo de governos repressores, são acirrados os conflitos de classe e há uma reorganização dos movimentos sociais, incluindo-se os socioespaciais urbanos. No cenário recifense, em 1985, Jarbas Vasconcelos é eleito, momento no qual "parecem então alguns elementos novos . não isentos de problemas e contradições- na administração municipal" (BERNARDES, 1996, p.105). As organizações populares discutiam princípios para um novo projeto de governo municipal, que em linhas gerais engloba transparência nas decisões

governamentais, maior aproximação da população e participação da mesma no cotidiano da administração. (BERNARDES, 1996).

Neste contexto de redemocratização aqui avaliado, se expressa a particularidade da ocupação do território e do surgimento das lutas socioespaciais urbanas no bairro do Ibura, sobre a qual nos debruçaremos a seguir.

2.2 A efervescência política nos anos 1970/1980 e o surgimento do movimento popular no Ibura

O Ibura é um bairro popular do Recife, de terreno bastante acidentado e, por esta razão somada aos diferentes e complexos processos de ocupação do local, seus moradores enfrentam muitos problemas. O nome do bairro remonta o século XIX, pois onde hoje se localiza o bairro havia o Engenho Ibura. O significado da palavra Ibura é água que arrebenta, provavelmente em razão das fontes de água mineral que a localidade dispõe (RECIFE, 2011).

Trata-se de um dos bairros mais populosos da Cidade, segundo o Censo de 2000 (IBGE), o Ibura possui 43.681 habitantes com extensão territorial de 1005,7 ha, apresentando uma densidade demográfica de 43,4 hab./ha. Atualmente, o Ibura contabiliza cerca de 21 sub-áreas e integra a Região Político-Administrativa (RPA) 6. Sul do Recife. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento¹⁸, este bairro apresenta também, o menor Índice de Desenvolvimento Humano da Cidade do Recife. Em 2000, o seu IDH era de apenas 0,643.

De acordo com Parry Scott e Marion Teodósio Quadros (2008), na ótica dos moradores do Ibura o bairro subdivide-se nas URs que compõem o que é chamado pelo IBGE de COHAB e o Ibura de Baixo, denominado Ibura pelo IBGE. O Ibura das URs também é composto por outras comunidades cujo processo de ocupação se deu por iniciativa dos próprios moradores, aproveitando as áreas não ocupadas entre as URs (SCOTT; QUADROS, 2008).

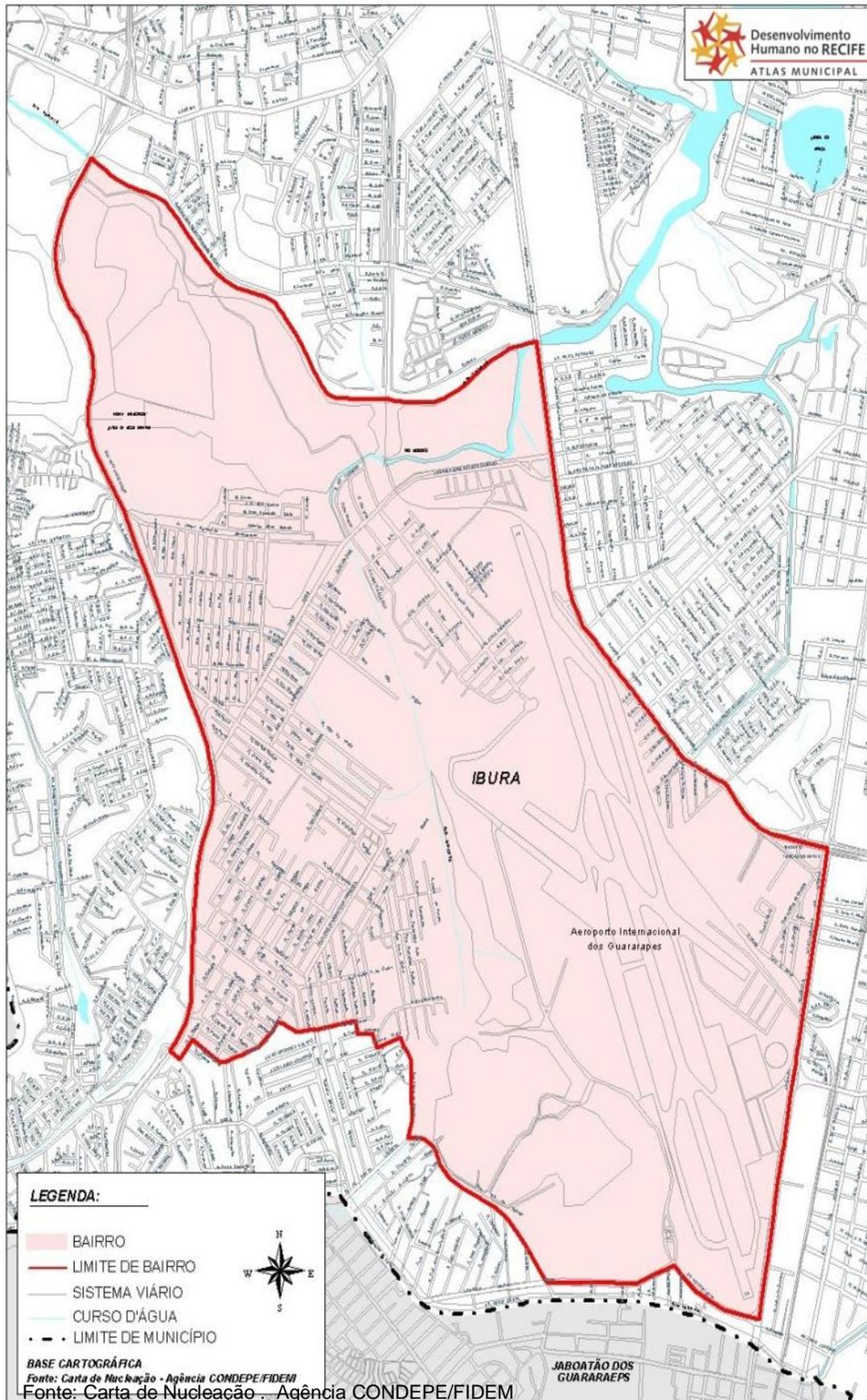
Uma das características mais associadas ao Ibura pelos autores é a Diversidade, demonstrando que a localidade é composta por diversas comunidades não homogêneas em suas histórias (SCOTT; QUADROS, 2008, p. 17).

¹⁸http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_recife/index.php

A área se estruturou a partir ao menos três processos de ocupação: a partir da iniciativa do Estado na promoção de Políticas de habitação Popular (área das URQ); através da concessão e venda de terrenos pelos proprietários abastados (Três Carneiros, Dois Carneiros, Zumbi do Pacheco, Deus é Amor, Moxotó, Vila do Sesi e boa parte do Ibura de Baixo) e por meio das ocupações autônomas dos moradores, que estabeleceram moradias nas áreas que sobravam entre as comunidade (Pantanal, Asa Branca, Vila dos Milagres, Alto dos Milagres, 27 de Novembro, Minha Deusa, Betel, Vila das Aeromoças, etc) (SCOTT; QUADROS, 2008, p. 17-18). Acrescentamos o Conjunto 1° de Maio, sobre o qual nos debruçaremos a seguir.

Através do mapa a seguir, extraído do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, podemos visualizar os limites espaciais do bairro do Ibura na Cidade do Recife.

Figura 1 - Mapa do Bairro do Iburá.



A ocupação do território do Ibura iniciou-se a partir da Avenida Dois Rios e, com a fundação da UR. 01, no ano de 1966 (RECIFE, 2011). Verifica-se que a área contou com forte investimento do poder público para fins de habitação popular, por meio de conjuntos habitacionais, nas décadas de 1960 e 1970. E as sobras dos terrenos resultantes desses investimentos foram utilizadas para moradia por populações ainda mais pobres (LIMA, 2005). Recentemente, ocorreram outras ocupações no bairro, as quais examinaremos mais adiante.

De acordo com dados da Prefeitura do Recife, o bairro é um celeiro de manifestações culturais, centros educativos - a localidade tem em torno de 135 grupos artísticos (RECIFE, 2011). A área também dispõe de diversos grupos de atuação política, os quais problematizam o cotidiano, reivindicam equipamentos urbanos e direitos sociais, dentre os outros frutos heterogêneos do fazer político, inclusive, contabilizam em sua história muitas vitórias. Algumas delas serão relatadas em nosso estudo.

De acordo com relatos de moradores antigos do Ibura, o movimento popular no bairro surge entre as décadas de 1970 e 1980, reivindicando moradia, transporte, contenção de barreiras, água encanada, entre outras necessidades urbanas. Uma luta marcante que unificou os diversos grupos do local foi contra a instalação de um lixão na região da UR - 10, ocorrida em 1985. De acordo com relatos de uma militante e antiga moradora do bairro, a Senhora Severina da Veiga (Bilzinha)¹⁹, neste confronto a Comissão de Luta do Ibura teve forte atuação, uma das principais organizações populares do Ibura.

A Comissão de Luta do Ibura surgiu em 1982, através da união dos moradores em torno de reivindicações pontuais. De acordo com relatos dos moradores, a organização não dispunha de estatuto, nem elegia diretoria e contava com diversos representantes das várias áreas do bairro.

Ainda de acordo com relatos da Senhora Severina da Veiga, outra manifestação importante da referida época se deu contra o chamado %uro da vergonha+, o qual foi erguido em redor de um terreno público por um habitante abastado do lugar, chamado João Eráclito. Nestas duas últimas principais lutas, os manifestantes foram vitoriosos, o que fortaleceu o vínculo entre os moradores. Atualmente, o local abriga a Praça João Pernambuco, conhecida como a Praça da

¹⁹ Mais detalhes sobre a história de vida da Sra. Bilzinha e sobre suas memórias das lutas no Ibura serão examinadas no ponto 2.3 deste Capítulo.

Vitória, onde recentemente foi construída uma Academia²⁰ das Cidades, como podemos visualizar a seguir.

Figura 2 - Academia das Cidades na Praça João Pernambuco, a %Braça da Vitória+



É importante ressaltar que, na conjuntura sociopolítica de surgimento de movimentos populares urbanos no Ibura, vivia-se o regime autoritário militar no seu momento de reabertura ao diálogo com a população. Em todo o país, emergiam no cenário político variadas lutas sociais urbanas. Alguns autores associam a esta efervescência o paradoxo dado pela conjuntura política e econômica na qual havia uma modernização do espaço urbano, ao mesmo tempo em que ocorria a recusa do Estado ao atendimento das reivindicações de certos setores da população trabalhadora. Contudo, Jacobi (1989) alerta para o estabelecimento desta associação . necessidades x negativas do Estado . de forma linear, sem as devidas mediações. Assim elucida a influência de outros sujeitos de origens diferentes, como os provenientes das camadas médias, os quais também se opunham ao regime autoritário, interferindo na formulação das reivindicações, nas organizações e no horizonte de sociedade almejado.

No Recife, as mudanças no espaço urbano evidenciavam a nova conjuntura da luta de classes. De acordo com documentos da ETAPAS (1989), o regime militar

²⁰ O Programa Academia da Cidade foi implantado em 2002, pela Secretaria de Saúde do Recife, como uma política de promoção à saúde, com ênfase na atividade física, lazer e alimentação saudável. Fonte: site da Prefeitura do Recife.

empreendeu muitas obras públicas, como os viadutos da Avenida Norte, de Afogados, da Cabanga, João de Barros, Cinco Pontas e Joana Bezerra e também construiu/ampliou as Avenidas Dantas Barreto e Agamenon Magalhães, assim como já foi descrito na primeira parte deste capítulo.

Não obstante, com o argumento de que os moradores sofriam com as cheias que assolavam a Cidade, investiu-se em políticas de habitação que expulsavam a população pobre das áreas mais rentáveis à especulação imobiliária para áreas periféricas, para aonde também se destinava a população migrante das áreas rurais. Este é o momento em que o bairro do Ibura começa a ser ocupado.

No cenário político municipal, assumem a gestão da Prefeitura do Recife Gustavo Krause e Joaquim Francisco, ambos com uma perspectiva de maior abertura para as demandas populares, incentivando a participação popular de forma institucionalizada. De acordo com Etapas (1989), neste período, o número de associações de moradores mais que dobrou.

Os Movimentos sociais passam então, a não ser mais vistos apenas como caso de polícia, mas como campos estratégicos para a contenção e controle da ação das massas.

No Ibura, no início da década de 1990, surgiu a Federação das Entidades de Moradores do Ibura Jordão, uma entidade muito semelhante à Comissão de Lutas do Ibura, mas com uma forma organizativa diferente, posto que esta última compunha-se de coordenações, e a Federação possui uma estrutura na qual os cargos estão dispostos de forma hierárquica.

De acordo com o exposto, o bairro do Ibura se forja na diversidade em variadas formas de ocupação em vários períodos da história da cidade, abrigando uma multiplicidade de modos de viver e construir o espaço urbano. Neste contexto, situaremos a atuação das mulheres nos movimentos populares urbanos.

2.3 A Atuação da mulher no movimento popular: depoimentos sobre a construção da visibilidade feminina no bairro do Ibura

A fim de nos aproximarmos da realidade das organizações populares no Ibura, nos debruçaremos com mais detalhes sobre os relatos da Senhora Severina da Veiga, mais conhecida como Biuzinha, hoje com 59 anos, que atua em movimentos socioespaciais há quase 40 anos.

A sua atuação social começou nas obras de caridade da Igreja Católica, no amparo às pessoas idosas. Estudou numa escola católica e lá também praticava a caridade. Quando solteira vivia na Usina Tiúma, no Município de São Lourenço da Mata, na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco. Aos 19 anos, na década de 1970, casou-se e foi morar em Três Carneiros, uma área do bairro do Ibura. Relatou-nos que, logo que chegou ao novo lugar de moradia, se surpreendeu com as condições de habitabilidade, não havia água encanada e nem luz elétrica. Três Carneiros não foi a única área da cidade que Bilzinha viveu, morou na UR . 2, que dispunha de mais equipamentos urbanos. Porém, em pouco tempo, retornou a viver na área de Três Carneiros com o objetivo de lutar pela melhoria das condições urbanas do lugar. Em suas próprias palavras %Aí eu fiz uma reflexão e vi que não era justo, eu lá numa boa e o pessoal aqui tudo sofrendo. O relato da entrevistada demonstra a força do sentimento de coletividade que é marcante da época. Revela ainda a moral católica, que promovia com ênfase a solidariedade e a ajuda com os mais pobres.

Após retornar a viver numa região mais precária do Ibura, Três Carneiros, a entrevistada afirma que ingressou na Comissão de Lutas do Ibura e dali em diante, não cessou a sua militância. Atualmente, participa de várias frentes de mobilização comunitária, como Conselho Municipal de Saúde, Conselho de Desenvolvimento Urbano, Fórum da Reforma Urbana, participa do Fórum do PREZEIS e é representante nas Comissões de Urbanização e Legalização da Posse da Terra (COMUL), atua ainda como Presidente da Federação de Entidades de Bairro do Ibura/Jordão. E sobre a história desta última organização relata a militante popular:

Aí, 20 anos atrás, surgiu a Federação, que era o grupo, justamente, dos homens. [...] No qual nós mulheres fomos contra. [...] Porque a gente não pregava a questão de divisão, era pra unificar, na cabeça da gente, no momento que criava ia ter um racha e isso não é bom para o movimento popular. Aí foi quando foi criada, a gente não entrou, mas continuou participando do mesmo jeito, que na verdade continuava do mesmo jeito, só que tinha nome e a Comissão de Luta funcionava do mesmo jeito que funcionava o Clube de Mães, era uma comissão. Então ninguém poderia dizer eu sou mais que ninguém, não. Eu sou igual a você. [...] A gente continuou participando e tal. Aí há uns 6 ou 8 anos atrás, a Federação estava se afundando e foi quando a gente assumiu. Tava com uma dívida, num sei o quê. A gente assumiu e levantou a Federação (Informação verbal).

Podemos identificar que Biuzinha denominou a Federação de Entidades de Bairro do Ibura/Jordão, no momento da sua fundação, como o %grupo dos homens+e

explica a identificação do grupo com o sexo masculino através da forma organizativa, que tinha uma estrutura hierarquizada. A maior parte das mulheres militantes da região se organizava através da Comissão de Lutas do Ibura e do Clube de Mães, os quais atuavam através de comissões sem hierarquia. Esses grupos eram ligados às lideranças da Igreja Católica que, na época, promoviam a Teologia da Libertação.

O Clube de Mães de Três Carneiros foi uma das primeiras organizações específicas das mulheres na área. Apesar de não debater sobre questões referentes à desigualdade de gênero, contribuía para a organização das mulheres, viabilizando a sua participação na vida pública. Desse modo, contribuiu para que as mulheres do local atuassem enquanto sujeitos coletivos, intervindo na constituição do espaço urbano. Propiciava também a criação de alternativas para a sobrevivência e o reconhecimento social daquela população. Sobre a história do Clube de Mães, relata Biuzinha:

Então a gente não tinha uma sede, não tinha um clube, não tinha nada. A gente via a necessidade do povo e de juntar. O que é que a gente fez? A gente alugou uma casa para fazer a sede do Clube de Mães, que na época quando a gente chegou para morar aqui, ele existia, mas era aquele clube de mães que só fazia rezar o terço nas casas. Entendesse? A gente conseguiu tirar o Clube de Mães do fundo da casa do pessoal, alugou uma casa e botou vários cursos profissionalizantes. [...] Nessa pesquisa teve 15 ou 20 mulher na Igreja. Porque a gente usava muito a Igreja (Informação verbal).

O Grupo de Mães oferecia cursos profissionalizantes e de alfabetização de adultos. As mulheres que participavam reuniam-se com frequência, discutindo temas religiosos e os problemas da localidade, como é comum nos grupos sob a influência da Teologia da Libertação. Após, a consolidação política da organização, reivindicaram do poder público que assumisse a gestão da escola, construindo-se um prédio adequado para o seu funcionamento. Isto deu origem à Escola Severina Bernadete Teixeira, cujo nome foi escolhido pela população local para homenagear uma componente do Clube de Mães que já havia falecido.

Fazer com que a escola deixasse de ser uma obra filantrópica para integrar a rede de ensino municipal não foi uma reivindicação simples de ser formulada, tampouco, de ser atendida. Houve um duplo esforço, tanto no convencimento da população quanto da gestão municipal. A população já estava acostumada com o serviço que era prestado com o zelo e a proximidade de quem vive a realidade local

e temia que houvesse a descontinuidade do serviço, pois não havia escola pública na localidade, o poder público assumia funções sociais na localidade. De outra parte, o Município realmente não tinha a intenção de assumir a responsabilidade, especialmente numa área pobre da Cidade. Eis o depoimento da entrevistada sobre a questão:

Quando o curso estava acontecendo, no decorrer do curso, a gente, uma vez por semana, parava o curso, fazia uma reflexão, lia o evangelho. Entendeu? Para poder conquistar o povo para a luta. Botou alfabetização pra adultos. E aí não tinha dono, como não tem até hoje. [...] Depois de 8 anos que tava com alfabetização, a gente descobriu de que não era o nosso papel, a gente tava fazendo o papel do Governo e da Prefeitura. Aí a gente passou dois anos para conscientizar as mães, fazer essa reflexão com eles. Depois de dois anos, a gente conseguiu parar a alfabetização e lutar pelo uma escola. [...] Não tinha nenhuma escola municipal aqui (Informação verbal).

Atualmente, a escola oferece Ensino Fundamental e se destaca dentre as demais escolas municipais, até hoje se presta para a organização comunitária e também como uma área de lazer para a população local, por dispor de uma pequena quadra de esportes.

Naquele momento, a Igreja Católica se constituiu como um espaço estratégico para a participação das mulheres na vida pública do bairro, posto que a associação das ações políticas com as atividades religiosas conferia uma aura de respeitabilidade para um sujeito cuja imagem não poderia desvincular-se da família. Deste modo, este espaço político-religioso tornou-se momentaneamente estratégico quanto à legitimidade da mulher perante a sociedade, as instituições públicas e também para dirimir conflitos na família ~~no~~ seu sair de casa+.

De acordo com os relatos da militante, as mulheres não dispunham de legitimidade política junto aos órgãos governamentais, sendo necessária a presença de um padre - homem e representante de uma instituição social poderosa - na apresentação das demandas sociais ao Estado.

[...] Porque naquela época era difícil mulher ser ouvida e marcar a audiência e a COMPESA não vinha nas comunidades. Audiência com a Prefeitura, COMPESA, com quem fosse! Era difícil. E o que a gente fazia? Sempre levava um padre com a gente, que era pra poder ele marcar as audiências. Porque se fosse mulher que marcasse não era atendida (Informação verbal).

A entrevistada identifica que, desde o princípio da sua militância, já atuavam muitas mulheres, porém ressalta que para está à frente das organizações populares elas eram obrigadas a aceitar - como estratégia - que os homens assumissem os

maiores postos para não se prejudicarem eleitoralmente. A militante expõe sua percepção sobre as causas desta falta de legitimidade da mulher na vida pública:

[...] Porque o machismo hoje ainda domina, né? Mas naquele tempo era muito pior. Até os próprios homens da comunidade não acreditavam nas mulheres. Dizia que a gente era desocupada, cada um que dissesse uma coisa. Que a gente tava com outros objetivos. Tanto é que pra gente assumir a associação a gente teve que botar um vice (pausa) um presidente e eu ser vice. Pra quê? Pra quando ele saísse, pra mim assumir. Porque mulher não votava em mulher. Como até hoje não prevalece (Informação verbal).

Além das dificuldades com a falta de reconhecimento da mulher como sujeito político, a Presidenta da Federação de Entidades Ibura/Jordão aponta outros empecilhos para a sua participação femininano movimento, Cita o peso do trabalho doméstico e os embates no interior das relações familiares (onde com o marido exerce um controle rigoroso sobre a vida da mulher).

Era dificuldade de confiança mesmo, do povo confiar. Porque veja, a gente tinha dificuldade porque os maridos não queriam, porque tinha que fazer as coisas em casa, deixar tudo feito, aí tinha que sair nas comissões e levar filho pra escola. Então na verdade era (pausa) da própria organização. Porque se a gente queria tá organizada, isso requer muito tempo teu. E você tem que deixar de cumprir a sua ob..., ob..., ob... A sua responsabilidade feminina. Que é cuidar da casa, do marido, filho, levar filho pra escola (Informação verbal).

Apesar dessas dificuldades, que a militante do movimento popular denuncia como questões ainda não superadas, identificam-se avanços tanto no que se refere à participação das mulheres nas lutas urbanas quanto às chamadas pautas de reivindicações de gênero.

Atualmente, a diretoria da Federação é composta por doze pessoas e os cargos estão divididos em igual proporção entre homens e mulheres. Quanto à participação enquanto base do movimento popular, assim como tem sido historicamente, as mulheres são maioria.

Rememorando o momento do início da organização popular no bairro na perspectiva da atualidade, a entrevistada relata que sempre o Clube de Mães comemorou o Dia da Mulher. Compara também outros fatos que aludem ao avanço que está sendo construído quanto à visibilidade feminina.

A entrevistada relata que ainda na época em que atuavam através da Comissão de Lutas do Ibura, as mulheres do bairro organizaram um evento comemorativo ao dia 8 de Março. Sobre este evento, a entrevistada avalia como uma conquista a participação de muitas pessoas da área, dentre homens e mulheres, o que foi interpretado como um reconhecimento social do Clube de Mães.

Na época, a expectativa das organizadoras era de que a comemoração fosse prestigiada apenas pelas integrantes do grupo.

Alguns anos depois, em outra comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ocasião na qual convidaram uma organização não governamental, o SOS Corpo, para ministrar uma palestra sobre o corpo e infecções sexualmente transmissíveis, sofreram represálias por parte de companheiros das participantes do evento. De acordo com Biuzinha, ela própria foi acusada pelos homens de que ~~estava~~ estava botando a mulher dele a perder+. E, então, o Clube de Mães resolveu ~~dar~~ dar uma parada+ nas discussões de gênero para evitar o esvaziamento da organização.

Ainda com relação às atividades empreendidas em razão do dia 8 de março, há cerca de 5 anos, a comemoração contou com a discussão de dois temas: a Lei Maria da Penha e a Diversidade Sexual. Ocorreram debates acalorados, através dos quais a população expôs seus posicionamentos, inclusive com alguns presentes expressando a violência contra a mulher, conforme relata a entrevistada:

[...] deu tanta confusão. Porque os homens disse que a gente lutou para fazer a Lei Maria da Penha e que eles também iam fazer uma lei. Xingando, sabe? Que com essa Lei era muito melhor em vez de dar na mulher é melhor matar. Porque foi questionado porque está morrendo mais mulher do que antes. Aí os homem diz: ~~porque~~ porque agora existe muita defesa da mulher pela Lei Maria da Penha, então eles tão matando mais [...]. Então é melhor matar, livra o flagrante e depois se apresenta, aí é melhor. Menina, na diversidade, quando foi falar de Diversidade, assim, a falação das pessoas, das próprias mulheres era uma coisa que você não acreditava no que estava ouvindo (Informação verbal).

Através dos relatos, podemos constatar a dificuldade de objetivação da garantia legal no combate à violência contra a mulher, demandando equipamentos que efetivem o direito. Ressaltamos ainda, a importância da ação educativa dos movimentos sociais, em especial, o movimento popular, que levou o tema para ser discutido no bairro.

Em 2010, foi realizado junto à população outro debate com temáticas sobre a Mulher e também sobre a Diversidade Sexual, ocorrendo com mais fluidez. A militante compara as diversas experiências ao longo dos anos no que se refere à tentativa de inserção das pautas de gênero no movimento popular e avalia que mudanças significativas já puderam ser percebidas, especialmente como se segue:

[Na] cabeça das mulheres. Já estavam começando a valorizar. Os questionamentos eram com mais clareza. Assim, elas sabiam que não tinham obrigação disso e daquilo. Por que eu lavo a minha calcinha e o

homem não pode lavar a zorba²¹ dele? Começou a sair essas coisas e não teve tanta briga, sabe? (Informação verbal).

Com base em notícias publicadas pela Prefeitura do Recife em seu site, aos 9 de julho de 2010, a atividade citada se constituiu numa mesa de debates ocorrida no Seminário Políticas Públicas: novas demandas considerando diversidades. Esse evento foi realizado pela Federação em parceria com a Etapas e contou com a participação da Gerência da Livre Orientação Sexual (Glos), da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã (SDHSC) da Prefeitura.

Ainda de acordo com a notícia citada anteriormente, o seminário que tinha a diversidade sexual como temática transversal, contou com a participação de vários representantes de organizações comunitárias dos dois bairros e também representantes do PREZEIS, delegados (as) do Orçamento Participativo e alguns integrantes de Conselhos, de fóruns e de redes sociais.

Essa atividade, realizada através da parceria de diversos sujeitos, evidencia que as pautas e reivindicações do movimento popular permanecem assim como no seu surgimento com a influência de sujeitos externos, que podem ser organizações sociais ou até mesmo setores do próprio poder público. No ano de 2011, como demonstração dessa influência nas pautas populares, de acordo com a Presidente da Federação, na ocasião do planejamento das atividades da organização foi demandado por seus membros, dentre as primeiras ações, outro Seminário sobre diversidade sexual.

Concluimos a apresentação e a análise destes ricos relatos que são ilustrativos das contradições existentes no processo de construção da visibilidade da mulher como sujeito político e social. Os mesmos demonstram a importância do movimento popular na construção de identidades femininas mais autônomas. Assim, de acordo com a avaliação da militante popular a partir da sua vivência cotidiana, a realidade das lutas urbanas para as mulheres: %a.] mudou muito. Agora, as mulheres precisam ser muito trabalhada, muito, muito mesmo, assim, a sua libertação. Porque nenhuma tem, se recicla, né?+

Tal declaração indica que a superação da desigualdade de gênero é um processo social que envolve homem e mulheres, mas tem a mulher como principal sujeito de transformação social. Transformação essa que é sempre uma construção

²¹Zorba é uma marca de cuecas cujo nome se tornou popular a partir da década de 1980, em razão de uma propaganda bem humorada.

coletiva que se (re)faz cotidianamente. Essas reflexões nos remetem à mais conhecida frase de Simone de Beauvoir: *“não se nasce mulher, torna-se mulher!”*, declaração tão cara à luta das mulheres, conforme procuraremos analisar no capítulo que se segue.

A propósito da luta das mulheres no feminino, devemos levar em consideração os esforços, perdas e ganhos vivenciados no processo de superação do sexismo, do patriarcalismo pelas pioneiras e suas seguidoras.

O caminho de casa à rua, do espaço doméstico ao espaço público significou o enfrentamento de obstáculos, de práticas discriminatórias e de múltiplas restrições de ordem moral e social. Exigiu coragem, *“peito”* e implicou no reconhecimento da necessidade de se promover a igualdade, na diferença.

3 HISTÓRIAS DAS LUTAS URBANAS DA CIDADE DO RECIFE NO FEMININO

Aqui apresentamos a história de vida de uma mulher chamada Mauricéada Silva Dias²², hoje representante comunitária eleita da área chamada *27 de Novembro* no bairro do Ibura. Mauricéa é recifense, tem 51 anos, mãe de 3 filhos e avó de 8 netos. Participa do cuidado direto e educação dessas pessoas da família, sendo reconhecida como responsável e provedora. Assim sendo, sua história de vida foi por nós utilizada como instrumento metodológico de pesquisa na presente Dissertação de Mestrado.

A mãe de Mauricéa trabalhava como lavadeira, também era chefe de família e a adotou quando tinha 4 anos de idade. Mauricéa, até o momento da sua adoção, vivia numa casa abrigo, a Casa da Amizade, localizada em Santo Amaro, bairro do Recife.

Esta filha do Recife casou-se em 1978 e, após ter tido três filhos, quando vivia no Alto do Pascoal, Zona Norte da Cidade do Recife, transferiu-se para o Ibura, passando a residir numa habitação alugada.

Ingressou nas lutas sociais urbanas mais ativamente no ano de 1987, em busca do acesso à habitação. Desde então, vem construindo uma trajetória de lutas no/pelo urbano, especialmente no Ibura, mas também em outras localidades do Recife. Atualmente, Mauricéa reside no Conjunto 1º de Maio, resultante da ocupação do Centro de Apoio Integrado à Criança - CAIC, no Ibura, ocupação da qual participou ativamente e até hoje ainda encampa lutas por garantia de direitos para o local. Em busca do acesso à habitação, Mauricéa desabrochou para o mundo e, inconformada, dedica até hoje seus dias a mudá-lo.

A história de Mauricéa se entrelaça com a história do Ibura, e mais, com a história recente da Cidade do Recife. Isto porque sua militância extrapolou os limites do seu bairro e foi determinante em vários conflitos, cujos resultados materializaram-se em algumas configurações urbanas recifenses, verdadeiras expressões da resistência da classe trabalhadora.

Através da construção da história de vida desta mulher trabalhadora, negra, militante, mãe e responsável pela família, analisaremos a história das lutas urbanas do Recife no feminino, especialmente as ocorridas nos fins da década de 1980, no

²² A entrevistada não se opõe à exposição do seu nome real, inclusive, até o momento fazendo questão de que ele seja explicitado no estudo.

Ibura. Buscaremos analisar as contradições presentes na relação do ser mulher com a constituição do espaço urbano, a partir da perspectiva de uma mulher que o vive e o produz de uma maneira sobremodo ativa.

Primeiramente, versaremos a respeito da constituição do movimento popular no bairro do Ibura, recompondo o histórico da ocupação de três importantes áreas do citado bairro e também de outras áreas próximas ao mesmo.

O histórico dessas ocupações, empreendidas em terrenos públicos e particulares em articulação com diversos sujeitos, remonta a alguns dos momentos mais importantes da vida da protagonista Mauricéa. Essas lutas contaram substancialmente com a sua atuação como representante comunitária. E, a partir delas, analisaremos a participação das mulheres no movimento popular de bairro, identificando as contradições presentes nesta participação e a sua importância para a construção do reconhecimento social das mulheres enquanto sujeito coletivo.

Abordaremos, primordialmente, a constituição da mulher enquanto sujeito político no âmbito urbano. Desta feita, não podemos abrir mão de avaliar as contradições vividas no âmbito privado, através das mediações de suas relações familiares e de amor e de outras mais, como trabalho e educação profissional, uma vez que as lutas urbanas e o ser mulher necessariamente nos remetem a questões que articulam as dimensões do público e do privado.

Versaremos sobre a história de Mauricéa, o que se configura como uma metáfora muito apropriada para o nosso estudo, posto que trataremos da constituição do espaço urbano do Recife no feminino. Ressaltamos que a Cidade do Recife já foi conhecida por Cidade Mauricéa, nos tempos holandeses da história pernambucana.

3.1 Ocupações no bairro do Ibura e a atuação da mulher nos rumos da configuração urbana do Recife

A atuação militante de Mauricéa se iniciou na Comissão de Lutas do Ibura, motivada pela necessidade de habitação, pois pagava aluguel. Em 1987, aos 24 anos, começou a se reunir com um grupo de mulheres na Igreja Católica na UR-3, Bairro do Ibura. A partir desses encontros, organizaram a ocupação de um grande terreno, que estava desabitado, o que veio a se tornar o Conjunto 27 de Novembro. A área desocupada há mais de 30 anos, segundo Mauricéa, pertencia a uma

imobiliária carioca, chamada Ferlei, que não estava regular quanto ao pagamento dos impostos ao poder público.

Naquele momento vivia-se uma efervescência das lutas urbanas. Assim, a luta pelo direito à moradia articulava-se com a de outros direitos reivindicados pela população pobre.

Conforme já mencionamos anteriormente, Mauricéa ingressou na Comissão de Lutas do Ibura em 1987, que havia sido fundada em 1982. A partir do seu ingresso nesta organização, começou a se formar politicamente. Indagada sobre as pessoas que lhe serviram de referência neste momento inicial, Mauricéa se refere a diversos nomes, dentre homens e mulheres, porém quando reforça a importância destes (as) parceiros (as), fala no feminino. O que é identificado em sua fala, a seguir:

Teve uma amiga chamada Joana²³, Luiz, Sâmia, Suelem, Sueli, que eu costumo dizer que elas foram minhas professoras de luta. Elas moravam na UR . 3. Elas faziam parte da Comissão de Luta, inclusive uma delas era assistente social, tava se formando para assistente social e a outra, jornalismo. E aí elas me incentivaram a participar dessa luta e me ensinaram a nunca me corromper (Informação verbal).

De acordo com as avaliações da entrevistada a respeito do momento inicial da sua atuação militante, a mesma indica a importância do seu contato com as mulheres que já tinham atuação política. Desse modo, ela identifica como sendo uma atuação mais ampla do que aquela do movimento de bairro, pois naquele momento ela não tinha envolvimento político, apenas tinha envolvimento na comissão, como podemos verificar a seguir:

Na época eu não tinha envolvimento político, eu tinha envolvimento com a comissão. Eu não entendia de política, eu não me envolvia em política, eu não sabia que era política. Mas as minhas amigas sabiam o que era política, já tinha envolvimento, né? Eu não tinha envolvimento com política. Eu era ainda mal informada. Eu estava começando a engatinhar, né? (Inf. verbal).

As diversas associações de moradores no Ibura, que são os agentes coletivos mais próximos da população nos bairros, passaram gradualmente a articular a sua intervenção, assim como vimos no Capítulo II. Isto contribuiu para a formação de agrupamentos mais gerais, como é o caso da Comissão de Lutas do Ibura e a Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife - FEMEB. Esta característica do Ibura - que é um bairro extremamente diverso, onde seus sujeitos

²³ Todos os nomes aos quais nos referimos neste capítulo, com exceção dos de Mauricéa e Alessandra (vulgo Sandra) e das pessoas públicas, foram trocados a fim de preservar a identidade de pessoas que não tiveram a oportunidade de opinar sobre o uso dos seus nomes pela pesquisa.

buscam a articulação desta enorme diversidade em nome de uma identidade coletiva e mais geral do bairro . contribuiu para a compreensão das vivências particulares no espaço urbano para uma consciência com relação à produção coletiva da cidade.

Os movimentos sociais se comunicavam e apoiavam-se. O espaço urbano favoreceu a multiplicidade dos agentes coletivos em se reconhecer e atuar cooperativamente em vários momentos.

Os sindicatos, o movimento estudantil, assim como setores progressistas da Igreja Católica, como a Comissão de Justiça e Paz, eram grandes parceiros do movimento popular. Esta articulação foi importante para o sucesso da ocupação do 27 de Novembro. De acordo com Mauricéa: *quem conseguiu inclusive um primeiro advogado nosso foi João Paulo²⁴, que fazia parte, na época, do Sindicato dos Metalúrgicos. [...] Tinha um outro advogado da Justiça e Paz que era... Agora eu esqueci o nome dele.*

A Comissão de Justiça e Paz, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Igreja Católica, foi fundada no Brasil em 1967, com o objetivo *de despertar a comunidade dos católicos para que promovam o progresso das regiões indigentes e a justiça social entre as nações²⁵.* No momento mais violento do Regime Militar no Brasil, a organização acolheu e protegeu organizações e pessoas perseguidas pelo regime autoritário.

A organização popular cada dia tornava-se mais complexa, o que contribuía para o surgimento de mais entidades locais, tal fenômeno se inseriu no contexto da redemocratização do Brasil, cuja importância já avaliamos neste estudo. Podemos citar, de acordo com os relatos de Mauricéa, a Comissão de Terras, formada por onze moradores, a qual tinha por suporte a Comissão de Lutas do Ibura.

A Comissão de Terras foi uma organização que atuou no início da ocupação do 27 de Novembro e que se desfez. Segundo os relatos de Mauricéa, os seus membros tiveram uma grave discordância quanto a uma reivindicação , ocasião em que alguns membros foram acusados de recuar na defesa de pautas, em troca de benefícios pessoais.

²⁴ O João Paulo ao qual Mauricéa se refere é o ex-prefeito da Cidade do Recife, eleito duas vezes consecutivamente nos anos de 2000 e 2004.

²⁵ Citação disponível na página virtual <http://www.cbjp.org.br/index.php/sobre/historia-da-cbjpde>, retirada da *Comissão Brasileira Justiça e Paz . 1969-1995 . Empenho e Memória* . Candido Mendes e Marina Bandeira, Editora EDUCAM . 1996.

Mesmo apontando a corrupção de alguns membros do movimento como uma das maiores dificuldades para a organização popular, Mauricéa reforça que o momento histórico era de forte congregação das massas. Ela afirma que:

O que ajudava era a força do povo, a união do povo. E assim, a gente se sentia organizado, com força, né? Por conta da ajuda do povo, que estava ali do lado da gente (Informação verbal).

Com o passar dos anos, Mauricéa foi se afirmando enquanto representação comunitária no processo de consolidação do movimento popular. Dada sua capacidade de liderança e sua firmeza para com os princípios coletivos, esta militante participou de diversas lutas, expandindo a sua atuação política por outros bairros da Cidade.

A troca de experiências e apoio entre diversos grupos populares foi possível também através Movimento dos Trabalhadores sem Teto - MTST, do qual Mauricéa também participou.

No entanto, a militância da entrevistada sempre esteve fortemente focada no movimento mais local. No depoimento que se segue, ela relata sua insatisfação sobre alguns procedimentos dos movimentos sociais mais amplos.

Hoje a gente não participa mais. Porque a gente acha que a luta tem que ser uma luta completa e não pela metade. A gente percebeu que esse pessoal usava o povo como massa de manobra e não é isso que a gente quer para o povo. Quando a gente entra numa luta, a gente entra pra participar e ficar ali com eles até a luta se concretizar, né? Até ver acontecer o projeto e não fazer uma ocupação por fazer e deixar o povo lá a ver navios, se matando, sem ter experiência de nada, sem aprender a se defender. E a gente percebeu que esse povo fazia ocupação por fazer e só aparecia ali na hora que a imprensa chegava pra aparecer politicamente (Informação verbal).

De acordo com notícias veiculadas por um jornal de grande circulação no Estado de Pernambuco, em dezembro de 2001, os membros do MTST questionaram a liderança do movimento após a ocupação da antiga sede da Cruz Vermelha, na Encruzilhada, por cerca de 60 pessoas sem-teto, imóvel que no ano de 2001 estava abandonado há cerca de 10 anos.

O questionamento partia de lideranças locais que acusavam a direção geral do movimento de contrariar as decisões coletivas. Foi acordado que seria reduzido o número de ocupações para se poder organizar as já existentes. Na fala de um entrevistado pelo jornal: ~~%~~ Havíamos decidido que não faríamos a ocupação, mas ele foi. Temos problemas demais do jeito que está. Com violência nos locais de ocupação e a falta de acompanhamento+. A coordenação do movimento, na pessoa

de Marcos Cosmo . ex-pastor anglicano e líder do movimento - defendeu-se: %Não podemos parar com as ocupações, senão perdemos a concepção de movimento e nos tornamos uma instituição+.

O conflito entre liderança e base do movimento é demonstrativo de uma contradição vivida pelos movimentos sociais como um todo quanto à concepção organizacional. Questionar-se até que ponto é estratégico avançar e recuar no estabelecimento das lutas, visto que estas não atingem apenas os opositores do movimento, mas também são desgastantes para os seus membros, em alguns casos frustrando muitos deles no sentido de darem continuidade.

Podemos verificar, ainda, outra questão que é o envolvimento de religiosos com os movimentos sociais e a política em geral. Há algumas décadas, a presença da Igreja Católica era constante, mas com o avanço da adesão às Igrejas Evangélicas, novos líderes religiosos adentram a arena política, o que está permeado de várias contradições. Esses novos sujeitos religiosos que buscam articulação com o social e político podem ser identificados nas imagens do cadastramento para o acesso a uma Política Habitacional no Ibura, realizado dentro de um espaço da igreja evangélica (um ponto de pregação).

Figura 3-Cadastramento da População Ocupante do CAIC.



Figura 4 - Ponto de Pregação Assembléia de Deus - Cadastramento da População.



Retornando ao exame da atuação política de Mauricéa, que atualmente preside o Conselho de Moradores do 27 de Novembro, mas não abre mão de apoiar outras lutas urbanas para além desta localidade, em especial a do Parque dos Milagres, outra área do bairro do Ibura. Eventualmente, participa de reuniões da Federação Ibura-Jordão, que congrega, atualmente, cinquenta e seis entidades de bairro entre as duas localidades (Ibura e Jordão).

Na visão de uma militante como Mauricéa, que vive cotidianamente as lutas sociais urbanas, para as quais dedica expressiva parte do seu tempo e empenho, aparece a avaliação de que, atualmente, a organização popular está fragilizada. Atribui a esse enfraquecimento à cooptação de alguns líderes populares.

Olhe, a organização não está muito bem como no passado não. Mas o 27 de Novembro continua organizado, mas as outras comunidades que participavam das lutas não vejo muita organização. Até porque se atrelaram politicamente. Como diz a história, tão com o rabo preso. O Ibura hoje não faz muito movimento, não organiza o povo pra ir pras ruas, né? A única comunidade que consegue ainda se organizar e sair nas ruas, no Ibura, é o 27 de Novembro. No Recife, do mesmo jeito, porque antigamente, na época que a gente saía pras ruas, a gente conseguia organizar e levar 30 a 40 ônibus pro centro da cidade e fazer um manifesto, por exemplo, no Dia Nacional de Luta pela Moradia. [...] Hoje a gente não vê esses movimentos organizados, esse movimento forte assim (Informação verbal).

Contudo, a militante acredita que há a necessidade do movimento popular se reorganizar. Desse modo, resgatando o espírito de luta coletiva, na contramão da

atual ideologia do *salve-se quem puder*, que leva muitos militantes buscarem apenas os ganhos individuais, até mesmo utilizando-se das organizações populares.

No dizer de Mauricéa:

Acho que o pessoal tem que ver o movimento como eu vejo ainda hoje. Porque o pessoal participa do movimento e começa a querer se beneficiar, só se beneficiar. Não está pensando no conjunto. Tá pensando em participar do movimento, conduzir, para, em troca disso, ser beneficiado. E aí tem que começar a se organizar o movimento e ver como se via antes (Informação verbal).

Por intermédio das lutas durante a ocupação e pela urbanização do 27 de Novembro, Mauricéa tornou-se uma lutadora corajosa e não cessou mais a sua ação política. Examinaremos, a seguir, algumas das principais lutas das quais a entrevistada participou, quando precisou mostrar sua força, até mesmo em meio a tempestades . que aqui não se trata de mera metáfora. Ao lutar no urbano, Mauricéa contribuiu com mudanças nos rumos da constituição do urbano do Recife e, ao mesmo tempo, forjou para si e para a coletividade novos elementos do interminável tornar-se mulher.

3.1.1 Lutas pelo solo urbano recifense: o caso do Conjunto Residencial 27 de Novembro no Ibura

O 27 de Novembro constituído por uma reunião de diversas áreas ocupadas, desde o final de 1980 até os anos 2000, no bairro do Ibura. Atualmente, a área que corresponde ao Conjunto 27 de Novembro abarca parte da área de Dois Carneiros, Loteamento, UR-2, Lagoa Encantada, UR-1, Pantanal, Maracanãzinho I e II, Marca-passo, Coração, Vila Todos por Todos e a Ocupação do CAIC . atual Residencial 1º de Maio.

No momento da ocupação do 27 de Novembro, Mauricéa acabara de nascer politicamente. Em suas próprias palavras, *estava ainda engatinhando*. Deste modo, teceremos a partir da narrativa de Mauricéa, o histórico das lutas pela ocupação do Conjunto Residencial 27 de Novembro.

A ocupação surgiu a partir das reuniões na Comissão de Lutas do Ibura, com um grupo de moradores, em maioria, advindos da UR- 3. A área estava há muito tempo desocupada e pertencia a proprietários privados. Então no dia 27 de Novembro de 1987, em meio a muitos conflitos, com a intervenção do Batalhão de Choque da Polícia Militar, a área começou a ser ocupada. A respeito do confronto

com a Polícia, Mauricéa relata que os moradores valeram-se de apitos e também cavaram buracos para dificultar a entrada dos cavalos e dos cães da polícia utilizados para impedir a ocupação.

A luta pelo 27 de Novembro não cessou com sua ocupação. As famílias ocupantes fizeram uma manifestação em frente ao Fórum Tomás de Aquino, com o objetivo de garantir a posse da terra ao povo, na ocasião de uma audiência com o proprietário da terra e o Governo do Estado, na época sob a segunda gestão de Miguel Arraes (1987-1990). As famílias foram vitoriosas, como relata Mauricéa: %o governador desapropriou a área de Ferleí. A gente levou pra frente do Fórum Tomás de Aquino mais de 10 ônibus. E a gente não levou mais porque não tinha condições de ter mais ônibus para levar a gente+.

A partir da organização para ocupar o 27 de Novembro, surgiu a Comissão de Terras que, de acordo com Mauricéa, era composta por 11 membros e reivindicava a urbanização do local. No entanto, a organização se desfez, após um conflito entre os seus membros a respeito do tamanho das unidades dos lotes para cada família, na partilha de um terreno público. Na versão da nossa entrevistada, alguns dos seus membros %e venderam por muito pouco+ e recuaram em uma negociação com o Governo do Estado. Em troca de benefícios pessoais, as lideranças deveriam convencer os moradores a aceitar a divisão dos lotes num tamanho menor. E então a maioria dos membros da comissão aceitou tal proposta, que também foi direcionada a Mauricéa, que não concordou e assim relatou o acontecimento:

Então eles tentaram convencer o povo que deveria aceitar o menor lote e a gente não aceitava. E aí eles foram na minha casa, tentaram me comprar. Construir a minha casa do tamanho que eu quisesse, do jeito que eu quisesse pra mim convencer o povo aceitar o lote que eles queriam dar, pequeno. E eu disse que um dia eu poderia até me vender, mas meu preço era muito alto e eles não iam poder pagar (Informação verbal).

Este acontecimento é relatado com lamento por Mauricéa, mas não a desestimulou a continuar no movimento popular. A recifense encampou reivindicações pelo transporte público para área - o ônibus UR-3/Pantanal - pela inclusão da área pobre do Ibura denominada Pantanal em um projeto de eletrificação, entre outras reivindicações que trataremos a seguir.

Nos primeiros anos da década de 1990, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, executou um projeto de eletrificação no 27 de Novembro. No entanto, o projeto só beneficiava a parte situada mais alta do terreno, ficando de

foraas áreas mais pobres, localizadas na parte mais baixa, como por exemplo: o Pantanal, Maracanãzinho I e II, Marca-passo e Coração.

Diante disso, os moradores - ainda mais indignados com a morte de uma criança por conta de uma ligação clandestina de energia - uniram-se e impediram a inauguração do projeto, reivindicando a eletrificação também das áreas mais pobres.

Para a recomposição da história do 27 de Novembro também buscamos a origem da nomenclatura das suas %subáreas+, com base nos relatos de Mauricéa. As áreas dos Maracanãzinhos possuem estes nomes porque, na ocasião do término da divisão dos lotes na parte de cima no 27 de Novembro, as famílias remanescentes foram alocadas numa área terraplanada, na parte mais abaixo, próximo de onde hoje é o Conjunto 1° de Maio. Após a terraplanagem, de acordo com Mauricéa: %p.a.] ficou assim, bem redondinha parecendo o campo do Maracanã, não é? Aí a gente botou Maracanãzinho I. Aí teve que fazer a outra parte, o Maracanãzinho II pra caber o restante do pessoal+.

Após o povoamento das áreas dos Maracanãzinhos I e II, ainda havia mais famílias sem moradias, então, foi preparado outro terreno num local com muitas árvores. Na ocasião de uma reunião com seus moradores, ocorreu uma forte chuva que provocou o alagamento do espaço e uma moradora bradou: %Eu que não vou morar aqui nesse Pantanal+!

Há mais duas áreas no Conjunto 27 de Novembro, cujos nomes foram dados pela relação solidária entre os moradores nas ocupações. Após os conflitos gerados numa área ocupada de parte do 27 de Novembro, moradores que não estavam envolvidos diretamente contribuíram com a ocupação, passando-se a identificar essas áreas como "Coração" e "Marca-passo", posto que uma ajuda o outra para manter-se pulsando.

Outra área é a Vila Todos por Todos, uma intervenção habitacional do Governo do Estado destinada a famílias que ocuparam uma barreira no bairro do Ibura, em meados da década de 1990. Em decorrência de fortes chuvas, as famílias ficaram desabrigadas, refugiando-se no prédio do CAIC, que ainda não havia sido depredado. Os moradores foram realocados numa área mais acima do 27 de Novembro, próxima ao lugar de maior concentração do comércio.

Há ainda outra área que compõe o Residencial 27 de Novembro chamada originariamente de ocupação do CAIC. Hoje, nesse local, está o Conjunto Residencial 1° de Maio, sobre o qual versaremos com mais detalhes mais adiante,

em razão da importância da luta aí travada para a história de vida da entrevistada, que será recomposta pelo nosso estudo.

A recomposição das dimensões históricas das subdivisões do Residencial 27 de Novembro nos dá a dimensão da complexidade do bairro do Ibura, cujo território foi ocupado a partir de diversas iniciativas, assim como já abordamos no Capítulo II. A história dos nomes eleitos para as comunidades também são significativos da organização, da luta e interação dos população pobre do Recife pelo seu direito ao solo urbano.

Atualmente, Mauricéa é presidente da Associação de Moradores do 27 de Novembro. Local originado pelas lutas que a determinaram enquanto mulher militante, conforme buscamos analisar. Mauricéa, em suas palavras, ressalta a importância do lugar para si:

Na minha vida foi o 27 de Novembro que foi lá onde eu consegui ter uma moradia e aí eu consegui ter mais ânimo, ter mais força para lutar pelas outras pessoas que não tinham, né? Hoje a gente tem, hoje o 27 de Novembro é uma cidade, tem comércio, tem loja de móveis, tem tudo o que você imaginar (Informação verbal).

Muitas outras lutas urbanas no Recife contaram com a atuação de Mauricéa e, através de algumas delas, analisaremos a seguir as histórias recentes que trazem em si as contradições urbanas da Cidade do Recife.

3.1.2 A área do Parque dos Milagres no bairro do Ibura e suas dimensões históricas

Outra localidade que contou com a atuação política de Mauricéa foi a denominada Parque dos Milagres, localizada no Ibura, às margens da BR- 101. Segundo relatos da nossa entrevistada, parte da área já estava habitada e havia uma sobra de terreno, da qual os moradores tiveram notícia que seria utilizada por alguns vereadores do Recife como moeda política. No entanto, os moradores, com a participação de Mauricéa, mobilizaram-se para ocupar toda a área.

A ocupação sofreu ofensiva violenta da polícia e as moradias improvisadas dos ocupantes foram demolidas, mas os moradores resistiram, o que se expressa nas palavras de Mauricéa: “[...] enquanto existir bambu na mata, a gente tá levantando os barracos!” A ocupação ocorreu ainda na Gestão Estadual do então Governador Joaquim Francisco (1991-1995) que, após intenso conflito, cadastrou as famílias ocupantes. No entanto, a área só veio ter uma intervenção urbana por parte

do Estado com o Projeto Habitar Brasil II, quando Arraes já havia assumido o Governo do Estado numa terceira gestão, na segunda metade da década de 1990.

3.1.3 A ocupação da Avenida Recife e Coliseu: a atuação de Mauricéa extrapola os limites do bairro do Ibura

Ao passo em que Mauricéa se legitimava politicamente, sua atuação se expandia pela Cidade. Ela relata uma luta mais recente, importante para a Cidade e também marcante para a entrevistada, que foi a ocupação de um terreno sem construção, localizado na Avenida Recife, nos limites entre os bairros do Ipsep e do Ibura²⁶, que estava registrado em nome do proprietário da empresa Armazém Coral, de acordo com os relatos de Mauricéa.

A ocupação foi uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores sem Teto - MTST e, de acordo com noticiário local, de 11 de novembro de 2000, a ação contou com a participação de cerca de 250 famílias da Imbiribeira, Ipsep, Vila Tamandaré e de outros bairros da redondeza (Jornal Diário de Pernambuco).

Mauricéa foi convidada por um amigo para apoiá-los, em razão da sua experiência com este tipo de movimento. Foram emitidas várias reintegrações de posse, ocorrendo conflitos com a polícia. Os moradores estabeleceram a estratégia de deslocar a ocupação para locais próximos, como outros terrenos vazios e também prédios públicos. A respeito da violência dos embates com a polícia, diz Mauricéa:

Tinha a Guarda Municipal, Batalhão de Choque. Foi muita gente preso. Foi quando eu conheci Alessandra, que é minha amiga que me ajuda hoje na luta. Conheci Alessandra com o braço quebrado da lapada do Batalhão de Choque, tinha nego preso na delegacia do Jordão e aí a gente saiu juntando todo mundo pra ir pro Hospital, pra prestar queixa do que tinha acontecido e ela foi solta por recibo, que a nossa advogada chegou e soltou ela por recibo. Se comprometendo com a polícia que ela não ia mais participar, né? E a advogada soltou. E aí a gente saiu em caminhada até a Prefeitura no mesmo dia, e aí, como a gente não tinha mais pra onde ir a gente ocupou o subsolo da Prefeitura. Isso aí ficou de meio dia até às 2 e meia da manhã, quando fomos recebidos por bomba de gás, pela madrugada, bala de borracha, bala de verdade (Informação verbal).

A resposta do poder público municipal para aquelas famílias sem habitação veio através da força policial. Podemos observar no relato de Mauricéa, que também foi presa em meio à ação, o posicionamento hegemônico do Estado em prol dos

²⁶Não confundir com a Ocupação Josué de Castro, ocorrida em setembro de 2008, que também se localiza na Av. Recife, na divisa entre o IPSEP e o IBURA.

mais abastados e na defesa intransigente da propriedade. E isso se fez com o uso da violência para dispersar as estratégias dos trabalhadores, diante dos conflitos que definem o espaço urbano.

Naquele momento, o Prefeito da Cidade do Recife era João Paulo, eleito com apoio dos movimentos populares e com uma plataforma comprometida com estes. Questionada sobre tal contradição, nossa entrevistada declara:

A gente ficou decepcionado porque fomos nós que construímos aquela prefeitura, né? Ajudamos a ele a chegar lá e pra nossa surpresa a gente se viu num beco sem saída. Poxa, quem a gente mais ajudou agiu daquela forma. Só que depois a gente descobriu que era perseguição política de alguns secretários (Informação verbal).

Mauricéa passou por outra experiência de prisão, na ocupação do terreno do Coliseu em Boa Viagem, no ano de 2001, também liderado pelo MTST. A militante, assim como na ocupação da Avenida Recife, também foi convidada a dar apoio à ação.

A ocupação contou com aproximadamente 800 pessoas acampadas e, de acordo com o noticiário, para dar visibilidade à ocupação, parte dos ocupantes e militantes do MTST fecharam a Avenida Mascarenhas de Moraes em protesto. A manifestação foi enfrentada violentamente pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar e várias pessoas foram presas e agredidas, até mesmo baleadas. Mauricéa descreve os conflitos da ocupação do Coliseu como *um massacre*. Passados dez anos desde a ocupação, os moradores estão recebendo auxílio moradia e de acordo com Mauricéa, ainda não têm perspectiva de beneficiamento através de uma política de habitação definitiva.

3.1.4 A ocupação do CAIC e o surgimento do Conjunto Residencial 1º de Maio

A ocupação do Centro de Atenção Integral - CAIC à Criança está entre as lutas mais significativas na vida de Mauricéa. Lugar onde atualmente ela reside e também os seus filhos com suas respectivas famílias.

A ocupação foi iniciada no ano de 2000, tendo contado com a liderança de Mauricéa, que até o momento é identificada como representante política do Conjunto Residencial. Observemos as imagens da ocupação abaixo:

Figura 5 - Barracos Ocupação do CAIC



Figura 6 - Vista de Cima Ocupação do CAIC



Figura 7 - Criança em Meio aos Barracos Ocupação do CAIC



As famílias que ocuparam o prédio do CAIC eram advindas do próprio bairro e, posteriormente, outras famílias foram incorporadas por não terem moradias, como algumas daquelas que iniciaram relação com Mauricéa por ocasião da ocupação da Avenida Recife.

O local foi escolhido para ser ocupado porque estava em ruínas há cerca de seis anos, sendo progressivamente depredado e utilizado como refúgio para a prática de atividades ilícitas, agravando o quadro de violência urbana do local.

Os CAICs foram construídos pelo Governo Federal, mas geridos pelos Governos Estaduais ou Municipais, porém o CAIC do Ibura nunca entrou em funcionamento. De acordo com o noticiário, o Estado declarava que o lugar era tecnicamente inviável para o seu funcionamento - sobretudo argumentava sobre a impossibilidade do fornecimento de água encanada . de outra parte, a Prefeitura se dizia sem condições de arcar com os custos do Centro.

A argumentação da inviabilidade técnica do local na verdade encobria a falta de compromisso político dos governos locais da época no provimento de políticas sociais para a área pobre. Este argumento foi utilizado pelo Poder Estadual, posteriormente, para que a área não fosse urbanizada através de políticas públicas.

Vale ressaltar que o CAIC é uma política social que atende crianças pobres, o que é de interesse crucial das mulheres chefes de família, condição que já

examinamos neste estudo. A população reconhecia a importância do projeto social. A ocupação da área foi, na verdade, uma estratégia para que a mesma fosse destinada à satisfação das necessidades daquela população. Indagada sobre a escolha da área para a ocupação, afirma Mauricéa:

Ocupamos a área do CAIC porque já não existia mais projeto, que ele já estava no chão, em ruínas. E a gente sabia que ele não ia funcionar, a gente sempre soube. Aquele elefante branco! A gente sabia que aquilo ali era só ilusão. O projeto era muito bonito pra o governo fazer pra filho de pobre, né? (Informação verbal).

O abandono do CAIC do Ibura era denunciado por toda sociedade, o que foi registrado pela imprensa do Estado. Assim a obra foi inaugurada pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC no final do governo Collor, pelo então Ministro da Educação Murilo Hingel, tendo custado aos cofres federais cerca de R\$ 1,5 milhão (Diário de Pernambuco, 5 de Julho de 1998). As imagens a seguir, ilustram o CAIC sem funcionamento, que passou a ser depredado em razão dessa ausência do Estado.

Figura 8 . Fachada Frontal do Prédio do CAIC.

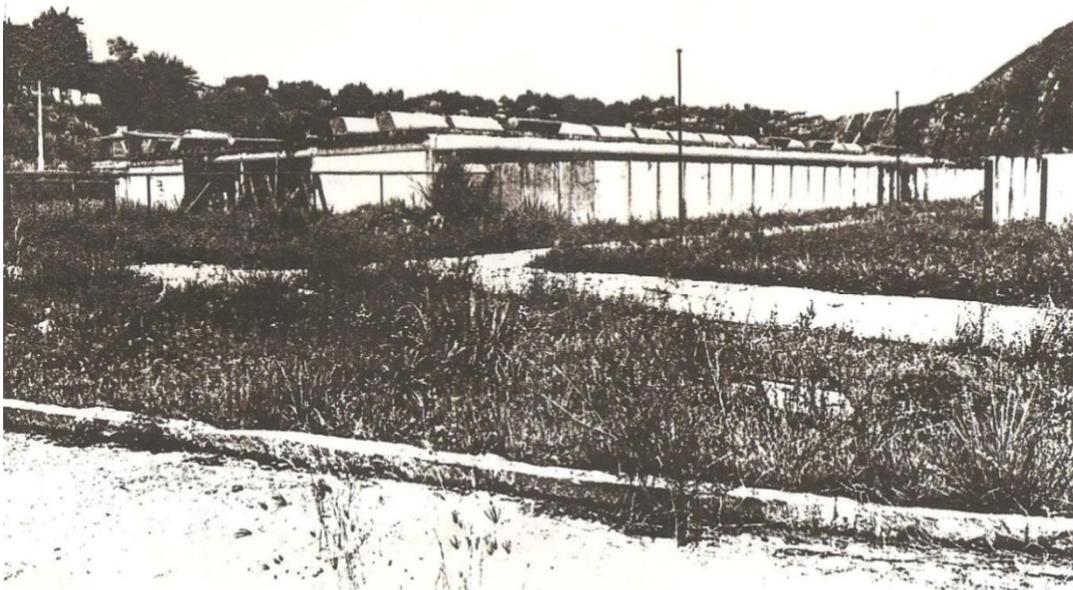


Figura 9 - Fachada Frontal do Prédio do CAIC II

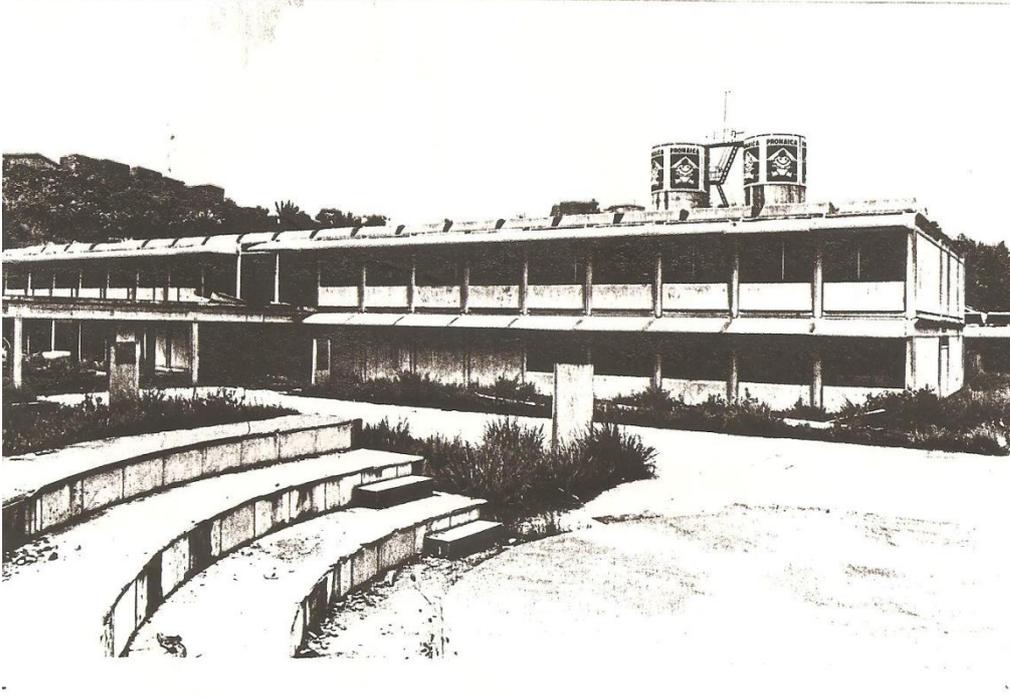
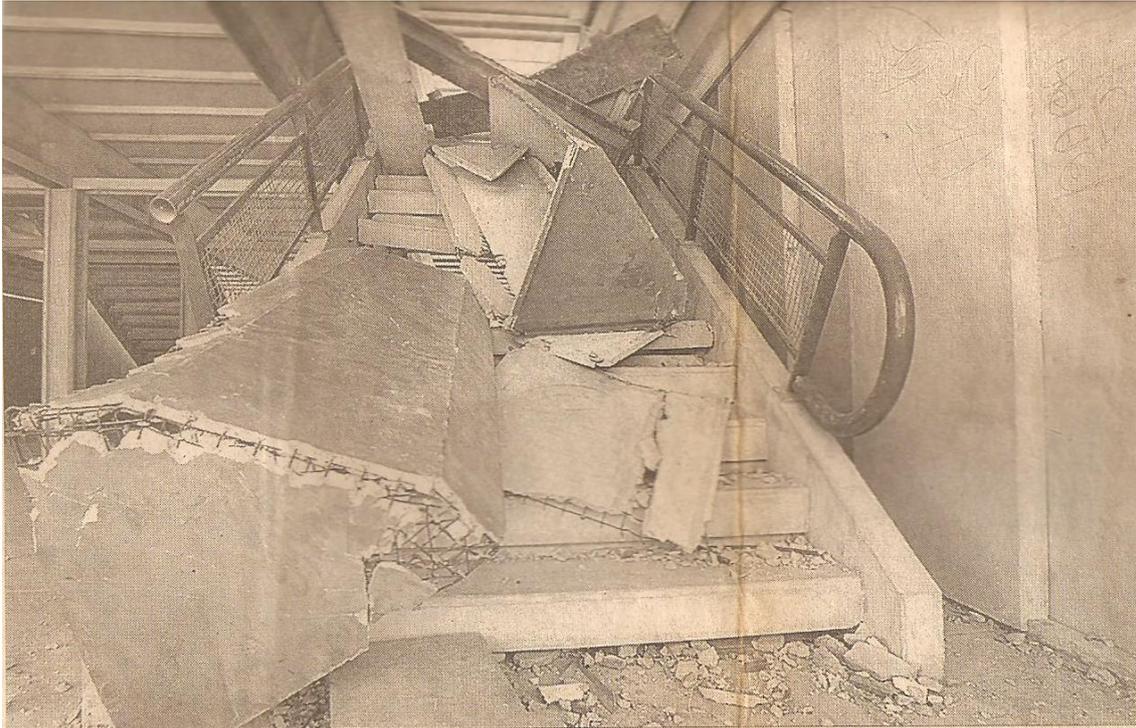


Figura 10 . Parte Interna do Prédio do CAIC em Ruínas.



Figura 11 - Parte Interna do CAIC em Ruínas.



O desinteresse do Estado na utilização social do local resultou no aumento da violência urbana na região. Este fato desmistifica o ideário corrente de que a pobreza está diretamente identificada como causa da violência urbana, muitas vezes de maneira a estigmatizar a população pobre e negra. A violência urbana, especialmente como se expressa na contemporaneidade, relaciona-se, dentre outros determinantes, à ausência da atuação social do Estado nas áreas pobres. De acordo com a nossa perspectiva teórico-metodológica, o território define-se a partir do embate entre as classes. A urbanização da área do CAIC - que ainda ocorre em meio a intricados embates - é uma expressão vitoriosa da exigência da classe trabalhadora pelo seu reconhecimento por parte do Estado - hegemonicamente dominado pela classe concentradora da riqueza. Isto se expressa na escolha do nome do Conjunto residencial que resultou da ocupação - Residencial 1º de Maio. A entrevistada relata sobre a escolha deste o nome:

1º de Maio foi o dia que eu ocupei a área, foi no dia dos trabalhadores de 2000. Porque era uma data histórica. Eu já vinha olhando a área e vendo como ia ocupar. [...] 1º de Maio é uma data que se comemora o dia de luta pelo trabalho e algumas conquistas que os trabalhadores tiveram (Informação verbal).

Quando a ocupação já estava estabelecida, iniciou-se um longo processo de reivindicações pela instalação de um Projeto Habitacional. O Governo Estadual, na

época gerido por Jarbas Vasconcelos, reiterava o argumento da inadequação da área para um empreendimento no local. A população, então, valeu-se de uma articulação com a Prefeitura do Recife, que na época tinha como Prefeito João Paulo Cunha. Desta articulação conquistaram: 1 . um estudo do solo, cujo parecer era favorável à instalação das habitações; 2 . a construção dos muros de arrimos, pois a área é rodeada por barreiras; 3 . a construção de 32 unidades habitacionais para iniciar a ocupação do espaço. Tal fato é bastante demonstrativo da importância de governos populares nas gestões locais da cidade.

As imagens a seguir mostram, respectivamente, a fachada das moradias construídas pela Prefeitura e a chegada de algumas famílias nas habitações. Algo marcante das imagens é a presença constante da população feminina e negra.

Figura 12 . Fachada Frontal do Bloco do Residencial 1º de Maio.



Figura 13 - Relocação dos Moradores para o Residencial 1º de Maio.



As primeiras 32 habitações foram edificadas através da Operação Trabalho, projeto da Prefeitura que utilizava a força de trabalho da própria população. Mauricéa descreve: “[...] na Operação Trabalho era a própria comunidade que construía. Um instrutor que ensinava. Eram 38 mulheres e 18 homens, que foram capacitados para construir as primeiras”.

O Governo Estadual negou-se a intervir no local até às vésperas do afastamento de Jarbas Vasconcelos, para a sua posterior candidatura à reeleição. Assim, autorizou a construção de mais 32 residências e parte da infra-estrutura. Esta ação foi uma resposta às reivindicações dos moradores, que viram o momento eleitoral como “[...] a única arma que a gente tinha para fazer pressão”, [quando] “[...] a gente não tinha nem vez e nem voz”.

Atualmente, o Conjunto 1º de Maio é composto de 104 habitações, já tendo sido licitada pelo Estado a construção de mais 102 unidades, assim como a infra-estrutura urbana, incluindo o saneamento, uma praça e uma creche. Através da Prefeitura do Recife, será construída uma Academia das Cidades.

Mauricéa avalia a importância da conquista dos equipamentos urbanos além da moradia, que contribuem para a superação do direito de morar como o direito apenas de possuir uma casa, então afirma:

A gente não tem nenhuma área de lazer no 27 de Novembro. A creche é importante por conta das crianças, umas porque não têm condições

financeiras e outras porque as mães precisam trabalhar para poder sustentar a família, porque a maioria é mãe solteira na comunidade.

As imagens que se seguem mostram mais detalhes do Conjunto Residencial 1º de Maio no ano de 2008:

Figura 14 - Vista de Cima dos Blocos do Residencial 1º de Maio.

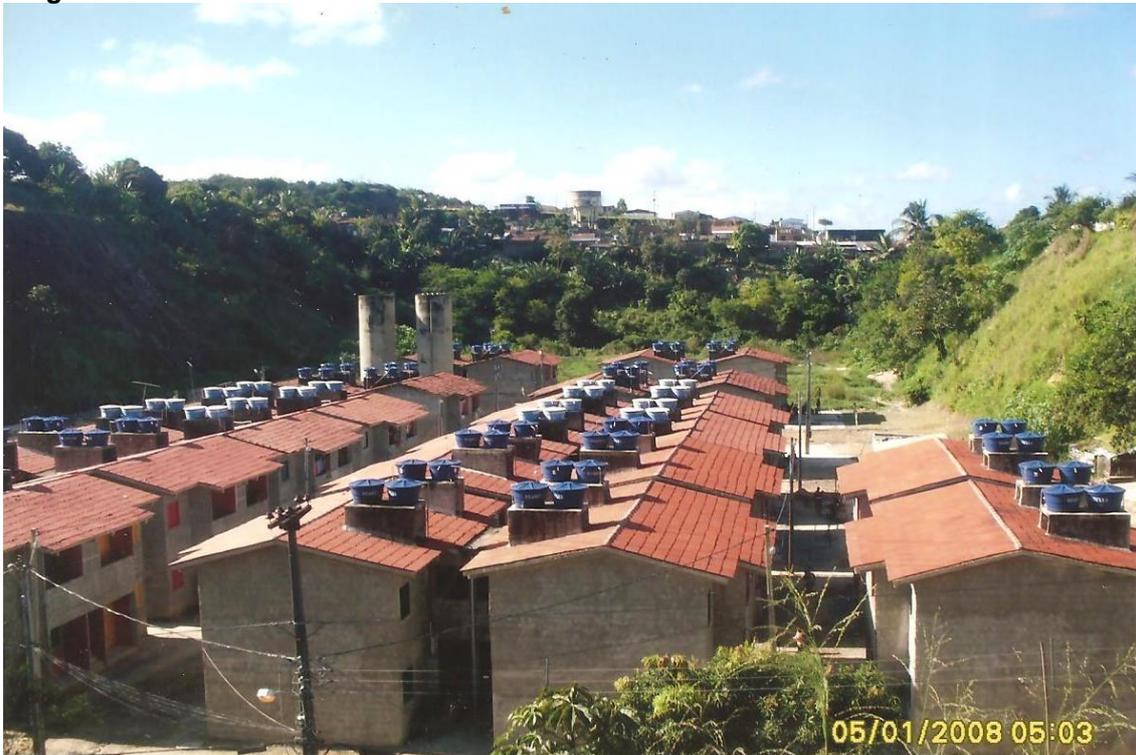


Figura 15 - Crianças Empinando Pipa na Barreira e Vista da UR-2.



Destacamos um dado presente na fala de Mauricéa, a identificação da *mulher solteira* ou mulher responsável pela família enquanto maioria nas áreas pobres. Esta realidade, notadamente um fenômeno urbano, é importante para a nossa análise, pois demonstra a presença massiva das mulheres nos movimentos sociais urbanos. Na próxima parte deste estudo faremos análises sobre o movimento popular e as relações de gênero, no intuito de qualificar a presença da mulher nas lutas sociais urbanas.

3.2 Movimento popular urbano e relações de gênero: depoimentos sobre ser mulher militante

Observamos que as mulheres são uma presença massiva nos movimentos populares urbanos, fenômeno avaliado nos capítulos anteriores. No entanto essa larga participação feminina não exclui a desigualdade de gênero no interior das lutas e organizações populares. Concordamos com Danièle Kergoat (2009, p.149) quando afirma que *as relações sociais de sexo impregnam permanentemente todos os movimentos [sociais] e que essa consideração deve estar sempre presente quando se analisam tais movimentos*.

No intento de analisarmos esta questão, evocamos a percepção de Mauricéa a respeito do ser mulher na política, com ênfase no movimento popular urbano, no qual se formou politicamente e atua até o presente momento.

Inicialmente, é válido identificar a concepção de ser mulher e ser homem para a nossa entrevistada, que nunca militou numa organização específica de mulheres, com as quais teve apenas contatos esporádicos. Indagada sobre o assunto, a mulher que se demonstra em todo tempo forte e incisiva se demonstra tímida e cautelosa, e então afirma em meio a sorrisos:

O que é ser mulher? [Risos]. Fica meio complicado, viu? Ser mulher pra mim é ser mãe, é fazer parte do movimento. Não tenho muito o que dizer de ser mulher. Ser mulher pra mim é fazer parte do movimento, não é diferente do homem como antigamente que só o homem tinha o direito de trabalhar, de movimentar, de criar sindicato, de criar movimento. Hoje, a mulher tá participando de tudo, né? Ser mulher eu acho que é isso mesmo, participar, se organizar, ser mãe, trabalhar, se manter, não depender. [...] E ser homem, ah, [pausa]. É meio complicado, viu? Que até hoje o machismo ainda impera no meio deles (Informação verbal).

Mauricéa define ser mulher a partir das funções sociais mais significativas, para si mesma: ser mãe, militante e trabalhadora - funções que se entrelaçam, posto que as reivindicações do movimento popular referem-se, em princípio, às necessidades familiares dos trabalhadores. A entrevistada destaca que ser uma mulher autônoma, que se mantém e participa da vida pública, como atualmente se define, nem sempre foi possível, apontando que o machismo ainda é real na atualidade.

A protagonista da história de vida recomposta pelo nosso estudo, não teve atuação nas organizações específicas de mulheres, mas, ao longo da sua trajetória estabeleceu contatos com estas lutas. Logo no início da sua militância política declara: %Participei, faz muito tempo, do Encontro das Mulheres do Sertão, que foi lá em Trindade. Foi uma caravana de Arraes+. Indagada sobre a razão de não atuar em lutas com pautas específicas para as mulheres, relata:

Eu participei de movimento, mas de mulheres nunca participei não. Cheguei a ir pra uma reunião, duas. Teve uma pauta que era: mulheres vítimas de agressão. Foi criada aquela casa Clarice Lispector, foi na delegacia da mulher, que não funciona muito não. Acho que deveria ter uma coisa mais específica pra mulher, porque tem agressão, tem agressão psicológica que é pior que uma tapa. A minha filha mesmo sofreu uma agressão durante muito tempo do marido e acho que a agressão maior que ela teve, uma depressão. E ele dizia: %quem quer tu, uma mulher derrubada? Quer eu que sou bonito. As mulher tudinho dá em cima de mim.+Hoje ele vê diferente, viu? [Risos]. Desde que um homem bonito se apaixonou por ela (Informação verbal).

Através da fala citada, a entrevistada reconhece a insuficiência da assistência à mulher, quanto às violências físico-psicológicas de que são alvo. Referindo-se a uma situação vivida pela sua filha, destaca: %em agressão psicológica que é pior que uma tapa+. Quando se refere ao fato de sua filha ter superado uma determinada situação de violência conjugal, no entanto, Mauricéa justifica que o poder de outro homem foi fundamental. Desse modo, deixa de reconhecer que é a tomada de consciência da mulher agredida que lhe dará as condições objetivas/subjetivas de romper com o ciclo de violência. Mas também aborda a importância das relações sexuais e afetivas no processo de constituição de autonomia da mulher. Estas dimensões explicitam parte da complexidade do processo de construção da autonomia feminina. É válido ressaltar a importância dada a esta questão pela entrevistada, para que as nossas análises não percam de vista a dimensão da violência de gênero, o que empobreceria a contribuição das narrativas para o nosso estudo.

Podemos observar que Mauricéa reconhece a importância da organização específica das mulheres e a necessidade de políticas direcionadas para as mesmas. No entanto, em sua narrativa aborda este aspecto com pessimismo, pois "não funciona muito não", demonstrando que há uma dificuldade em reconhecer que a opressão sexista é um componente estrutural da constituição do espaço urbano nas cidades, se demonstrando constantemente nas negativas do Estado em reconhecer mulheres de áreas pobres enquanto sujeitos de direitos e, conseqüentemente, suas necessidades enquanto prioridade. Este aspecto é relevante para demonstrarmos a importância da articulação "gênero" e "espaço urbano" e de levar tal discussão, com mais veemência, para o interior das lutas e políticas públicas urbanas.

A nossa entrevistada expressa que há distinções na atuação política de homens e mulheres e aborda tanto as desigualdades como as diferenças:

Há diferença! Ainda existe o preconceito que mulher tem que tá em casa, cozinhando, lavando e dirigindo fogão, né? Ainda há o preconceito. Mas eu acho que a gente tem que se organizar pra derrubar isso aí. Porque são tão poucas mulheres no poder, mas tanto homem. Acredito que a mulher atua de um jeito mais honesto, a mulher é mais honesta em tudo, até no dirigir, na volante, ela comete menos erro. E na política eu acho que a mulher é melhor que o homem (Informação verbal).

Mauricéa elucida, as diferenças no fazer político por parte de homens e mulheres fazendo referência a como as mulheres guiam um carro. Essas últimas são apresentadas como mais responsáveis e mais solidárias quando ocupam a arena política, em razão de terem sido historicamente subordinadas sem acesso a este espaço. Ao final, refere-se ao preconceito quanto à participação das mulheres em atividades profissionais tradicionalmente realizadas pelos homens, como a sua atual ocupação - vigilante. Sobre estas questões, observemos as afirmativas abaixo:

Elas fazem as coisas com mais cuidado, elas tentam errar menos. Elas tentam ser mais respeitadas porque foram, por muito tempo, desrespeitadas. [...] Eu acho que a gente deveria se organizar mais, pra ter mais mulheres lá. Eu acredito que as mulheres conquistaram seus espaços, as mulheres na política são mais honestas, são mais positivas, criam mais coisas pra defender tanto as mulheres como os outros. [...] A gente passou muito tempo pra conquistar (pausa). Até o espaço de vigia. Quando eu chego nas agências que perguntam: - qual é a sua profissão? Eu digo vigia. Olha aqui a carteira assinada de vigia! - E quem é que viu a mulher vigia? (Informação verbal).

No que se refere à participação das mulheres na militância popular, afirma que desde que iniciou sua militância as mulheres já atuavam em maioria. Sobre isso, afirma: %a mulher participava mais, já participava mais. Mais do que o homem, tinha

menos medo do que o homem já+. E quando indagada sobre as razões para essa maior participação, discorre:

Ah porque a mulher quer conquistar seus espaços, só o homem tinha espaço, só o homem podia falar, só o homem podia ser um candidato e a mulher hoje tem que conquistar seus espaços, cada vez mais. Conquistar o seu espaço e ter os seus direitos garantidos, lutar pelos seus direitos como Maria da Penha [LEI] e outros direitos mais que a mulher não tinha. Que antigamente, quando a mulher se separava do homem, os filhos era tomado, porque ela não podia ficar com os filhos. Hoje é diferente, né? (Informação verbal).

Podemos observar, a partir desta declaração, que as motivações das mulheres para participarem das lutas populares urbanas não se limitam à preocupação com a sobrevivência familiar, mas, sobretudo, relaciona-se com seu desejo de se estabelecer no espaço público, exigindo o seu reconhecimento enquanto sujeito, construindo a sua visibilidade. Este processo engloba também a garantia de direitos por mais autonomia, inclusive para vivenciar a maternidade e as relações afetivas em novos arranjos familiares.

Aqui fazemos, ainda, uma constatação a respeito do poder masculino na família, em particular, na questão das separações de casais ao longo da história, quando nossa entrevistada relata: %Antigamente, quando a mulher se separava do homem, os filhos era tomado, porque ela não podia ficar com os filhos+. Esta impossibilidade relaciona-se com a sua experiência pessoal de ter retornado a viver com o marido para não se separar dos filhos visto que, na época, a sua compreensão era de que não dispunha de autonomia suficiente para educar os filhos sem estar casada com pai deles. Este momento da vida da nossa entrevistada será relatado mais detalhadamente mais adiante.

As imagens a seguir demonstram que a relação da maternidade com o fazer político das mulheres nas lutas sociais urbanas é um fenômeno complexo e, por muitas vezes, paradoxal.

Comparamos a seguir, as imagens da entrega das primeiras habitações do Residencial 1º de Maio, realizada pela Prefeitura do Recife como estratégia de forçar o governo do Estado a assumir a política de habitação para o local.

O discurso proferido pela representante comunitária do citado residencial foi assistido por grande parcela da população local, mas, bem à frente se posicionavam em maioria as mulheres negras com crianças nos braços e, ao fundo, outros homens e mulheres. Estas imagens revelam que as principais interessadas naquele momento político foram as mulheres chefes de famílias com crianças na primeira

infância. Tal realidade urbana foi anteriormente analisada no Capítulo I deste nosso estudo.

Figura 16 - Mauricéa Dias Proferindo Discurso no Conjunto 1º de Maio.



Figura 17 - Moradoras Assistindo ao Discurso de Mauricéa.



Figura 18- Moradoras Assistindo ao Discurso de Mauricéa II.



As imagens que se seguem mostram outro momento político semelhante, no qual as mulheres se fizeram presentes também associando a função política à figura materna. Trata-se da entrega das chaves da maior parte das habitações do Conjunto Habitacional 1º de Maio, desta vez, construídas pelo Governo Estadual. O ato político contou com a presença de vários políticos do Estado.

Figura 19 -Mauricéa na Entrega das Chaves do Residêncial 1º de Maio.



Figura 20 - Moradora na Entrega das Chaves do Residencial 1º de Maio.



As fotografias apresentadas mostram como se pode usar politicamente o fato de que são as mulheres aquelas que estão mais presentes nas lutas urbanas. Nas inaugurações e outros atos políticos . em especial em períodos eleitorais (e pré-eleitorais) . é muito comum a presença da mulher, enquanto mãe, em destaque. Assim, é reforçada a maternidade como função social associada . indissociavelmente . à figura feminina. Se observarmos as fotografias da inauguração dos primeiros blocos, evento que contou com uma menor presença de políticos do Estado de Pernambuco, Mauricéa faz o seu discurso e se apresenta enquanto liderança comunitária.

Quanto aos postos de direção do movimento popular, no momento do ingresso de Mauricéa nessas lutas, identificamos que as mulheres já se constituíam maioria no movimento e ocupavam cargos de direção, embora os homens sempre estivessem ocupando os cargos mais altos, situação que também avaliamos no segundo capítulo com os relatos da militante Bilzinha. Questionada sobre as dificuldades para as mulheres se estabelecerem na direção do movimento, afirma a entrevistada:

Não tinha diferença. Mas na direção do movimento sempre tinha um homem, né? A direção maior, como diz assim, o Presidente, tinha um homem sempre. Não tinha dificuldade, mas assim, na cabeça, encabeçando sempre era o homem. [...] Acho que tava começando ainda, era em 87 ainda. Mas tinha umas amigas minha que era bem danada mesmo, que nunca comeu nada de ninguém e que me ensinaram e passaram isso pra mim (Informação verbal).

A nossa entrevistada, mesmoinicialmente negando que não havia diferenças entre homens e mulheres na direção do movimento, logo reconhece que os homens estavam sempre presentes nos mais altos postos de direção. Referindo-se ao momento em que ingressou nas lutas sociais, destaca a presença de outras mulheres que lhe serviram de referência para que a hegemonia masculina não lhe impedisse de perseverar em ocupar a direção das organizações populares.

Quando se refere à legitimidade atribuída a mulher representante comunitária por parte das próprias mulheres, afirma:

Ainda falta muito pra elas se adaptar, pelo menos as mulheres que não participam de movimento, não procuram se atualizar, as próprias mulheres agem com preconceito contra a mulher (Informação verbal).

Apesar de identificar o preconceito da parte das próprias mulheres, ressaltando as que não têm atuação pública organizada, nossa entrevistada avalia que as discriminações são majoritariamente advindas dos homens.

Os homens nem se fala. Sai da frente que aí na frente vai uma mulher, até dirigindo um carro, né? Só porque tá dirigindo devagar, diz: olha aí ela atrapalhando o trânsito! Mas ela tem mais responsabilidade do que ele no trânsito (Informação verbal).

Para se estabelecer no movimento popular enquanto liderança, Mauricéa encontrou vários empecilhos pelo fato de ser mulher. Narra que em uma ocasião em que se elegeu presidenta de uma associação de moradores no bairro do Ibura, no ano de 1993 ou de 1994, foi impedida de assumir porque outro grupo político local articulado a uma entidade chamada FEMOCOHAB deu um golpe contra o seu grupo. A entrevistada associa o fato de ser mulher como motivação para lhe terem, em suas próprias palavras, roubado o mandato:

[...] foi na época que eu ganhei as eleições, não tinha experiência e me roubaram a eleição, me roubaram o mandato. Foi em 1993, 1994. E me roubaram o mandato e existia uma máfia e a máfia era bem organizada. E tava só eu, Carlos e Do Carmo, e me roubaram o mandato. Quem ganhou as eleições fui eu, mas eles tinham amizade com um delegado da delegacia²⁷ que levaram as urnas dizendo que tinha que contar os votos na FEMOCOHAB e aí me roubaram os votos. [...] Por ser mulher. E aí eles chegaram pra mim e começaram a gritar: que nada, mulher, vai-te embora que lugar de mulher é dirigindo fogão e lavando prato! E eram vários que gritavam, vários homens! (Informação verbal).

A desconfiança de que a mulher fosse capaz de assumir a função de representante pública não advinha apenas dos grupos adversários, mas também de

²⁷ O pleonasma utilizado pela entrevistada demonstra a sua preocupação em nos dizer que o Delegado que estava falando era o da Polícia, para que não se confundisse com outro tipo de delegado, os representantes dos coletivos em congressos e conferências. Destacamos este ponto para evidenciar a riqueza da fala popular.

peessoas próximas, como é o caso do pai da sua amiga Alexandra, que é atualmente sua principal companheira de luta. Este senhor vendo as dificuldades na organização da ocupação à qual já nos referimos, ocorrida na Avenida Recife, deslegitimava a representação de Mauricéa por ela ser mulher.

[...] uma vez, eu tava no CSU [Centro Social Urbano] e, nas reuniões, o pessoal tinha muito respeito por mim na ocupação, não respeitava os homens quando falava. A maioria me respeitava quando eu falava, aí o pai dela disse: ~~essa~~ essa mulher vai conseguir nada! Se os homens não vai conseguir, imagina isso aí. E assim, hoje a gente mostrou que foi as mulheres que conseguiu, né? (Informação verbal).

Apesar das dificuldades apontadas quanto à legitimidade das mulheres na atuação no movimento popular, a entrevistada avalia que a mulher ocupou o seu espaço, sendo atualmente reconhecida a sua importância.

O movimento popular já tem uma outra visão, porque a maioria do movimento popular são pessoas politizadas e vê a gente de outra forma diferente. Acho que o movimento popular, hoje, vê a gente com bom olhos.

3.2.1 O movimento popular enquanto espaço de encontro e reconhecimento entre as mulheres

A participação nas ocupações urbanas foi o principal escopo para que Mauricéa se tornasse uma mulher de luta e, em meio às batalhas, encontrou outras mulheres. No entanto, a sua narrativa recorrentemente refere-se a si mesma e mais três amigas: ~~Nós éramos quatro~~. Quatro mulheres que se encontraram em meio às lutas, trocaram experiências, e seguiram rumos diferentes.

Iniciaremos pelo encontro com uma das amigas, Alessandra, que ocorreu durante a ocupação da Avenida Recife. Mauricéa então encontrou pela primeira vez sua companheira de luta e confidente até hoje. A partir do citado encontro, as histórias das duas mulheres seriam diferentes. Alessandra ingressou nas lutas urbanas e passou a ser o apoio mais firme na luta de Mauricéa.

Conheci Alessandra com o braço quebrado da lapada do Batalhão de Choque. [...] Foi na época da luta da Avenida Recife que a gente conheceu Alessandra. E aí naquele meio eu detectei quem servia pra participar com a gente da luta. Alessandra não participava, era só uma moradora, era só ocupante. [...] Foi quando eu consegui botar Alessandra também pra fazer parte da comissão, que no final ficou eu e ela. O resto correu tudinho. [...] O jeito, a maneira que ela se expressava, a garra que ela tinha de lutar. Então eu disse: não, essa eu detectei que é boa pra briga (Informação verbal).

Após a ocupação daquela área na Avenida Recife, vários moradores se associaram à ocupação do CAIC, inclusive Alessandra, que atualmente reside no Conjunto 1º de Maio, originado desta ocupação.

No momento em que conheceu Alessandra, Mauricéa já compartilhava a luta com outras duas amigas, das quais uma significou um desencontro e a outra, uma triste despedida.

Uma delas, a amiga do desencontro, sobre o qual Mauricéa exprime decepção, afastou-se do movimento popular após ser individualmente favorecida em troca de um documento que os moradores usariam para pressionar o poder público para continuar a construção das moradias do Conjunto 1º de Maio.

A amiga da "triste despedida", Silvia Maria, foi a companheira de momentos muito expressivos nas lutas de Mauricéa. Denominada pela amiga também como "boa de briga", Silvia Maria²⁸ cometeu suicídio, desfecho de uma vida angustiada nas resistências cotidianas diante da desigualdade de gênero e das lutas pelo urbano.

Silvia era casada, tinha filhos e morava em um apartamento num bairro próximo, o Conjunto Marcos Freire, um bairro popular do Município de Jaboatão, construído na década de 1980, através de uma parceria entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura. Atuava nas lutas por moradia, o que não era aprovado pela família. Mauricéa relata sobre Silvia:

Ela era muito nervosa. [...] Porque o problema dela estava em casa e ali no meio daquele povo era o lugar onde ela se sentia bem. Mas a família não queria. [...] Ela dizia que a família falava assim: - Sai do meio daquele povo, daquela senzala, que ali tu nunca vai conseguir nada. [...] Só que eles só tratavam ela como louco e ela colocou na cabeça que era louca. E o marido que enlouquecia ela também (Informação verbal).

Silvia era estudante de um curso técnico em enfermagem e, após formar-se, teve dois vínculos empregatícios na sua área de formação, que Mauricéa afirma que intermediou. Sobre isto diz: "foi quando a família viu que a senzala deu alguma coisa pra Silvia".

Podemos perceber que a área pobre, da qual Silvia se aproximou era identificada com preconceito de classe social e racismo por parte de sua família. Tal atitude foi ironicamente criticada por Mauricéa: "foi quando a família viu que a senzala deu alguma coisa pra Silvia".

²⁸ Reiteramos que este nome é fictício, assim como os outros aqui citados, com excessão dos nomes das personalidades públicas, o de Mauricéa, Alessandra e Maria Severina (Bilzinha) pois fizeram questão de que os seus nomes fossem citados.

Ao falar sobre como define a cor da sua pele, afirma: *“Eles dizem que é parda. Mas parda não existe essa cor, não é? Eu me identifico negra!”*

Em junho de 2005, a ocupação do CAIC já estava estabelecida e já havia iniciado a construção das primeiras casas, através da Operação Trabalho. Mas embora a obra estivesse paralisada. As fortes chuvas inundaram as moradias improvisadas.

Naquele momento, Mauricéa relata que passava por problemas familiares, tinha acabado de separar-se do companheiro e que cuidava da mãe que esteve acamada por dois anos e veio a falecer. Este momento muito marcante da história de vida de Mauricéa, ao qual se refere como "o mais emocionante" de sua trajetória militante e também "como o único momento em que sentiu medo". Sobre seu estado emocional, diz:

[...] olhe, eu estava tão deprimida nesse dia, que eu sabia que no CAIC estava chovendo de inundar e nesse dia eu me acovardei de descer para ver a situação do povo (Informação verbal).

Mauricéa foi procurada em sua casa pela amiga Silvia, que a alertou da situação, mas respondeu à amiga que não iria, pois não encontrava, em si, coragem ao menos para olhar o alagamento. Apesar disso a amiga a motivou: *“Você tem [coragem], que você me ensinou a ter coragem”*. Então resolveu agir:

[...] aí eu descí, que eu olhei, era uma tragédia, minha filha. Tudo alagado. Era só água, você via a metade dos barraco. E o povo tudo dentro da água. Era de chorar. Eu nunca vi o CAIC naquela situação, por conta da limpeza das galeria que não tinha sido feito, que a gente já tinha solicitado (Informação verbal).

A partir de então, Mauricéa e Silvia lideraram a luta pelo atendimento emergencial daquela população, que sofreu dura repressão, inclusive com uso da força policial. Tendo participado desta luta ativamente, Silvia passou cerca de quatro dias sem voltar à própria casa e, quando retornou, não foi bem recepcionada por seu companheiro. Em seus relatos, Mauricéa afirma que tal situação contribuiu para piorar seu quadro psiquiátrico. Assim, mesmo tendo passado a frequentar um Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, Silvia resolveu encerrar a própria vida.

A importância de registrar esses destinos articulados à história de Mauricéa, refere-se ao fato de que nas suas narrativas, recorrentemente, destaca o encontro com outras mulheres. Sendo assim, cita os desfechos da relação que teve com suas três amigas que a acompanharam mais de perto.

Ressaltamos o fato de que o âmbito das lutas sociais urbanas tem sido fértil para que as mulheres se encontrem, se reconheçam, problematizando suas questões para, então, buscarem caminhos para forjar outras formas de ser mulher. Desse modo, rompendo com o padrão que define a mulher como ser para o outro, dentro da lógica da opressão sexista.

3.3 Aspectos da vida privada de uma mulher militante

Mauricéa é mãe de três filhos e uma filha, sendo que todos vivem com suas próprias famílias. Também é avó de oito netos, dos quais dois vivem cotidianamente com ela, uma adolescente nos seus 17 anos e um menino na primeira infância, com quatro anos. Declara-se responsável por sua família assim dizendo: %Eu sou o pai e a mãe+!

Quanto a sua responsabilidade familiar, não demonstra uma visão romantizada, revelando o peso que esta função lhe confere cotidianamente, e compara com o encargo das atividades militantes.

Não é tranquilo porque resolver o problema da família da gente e a barra da família da gente é muito pior que o da ocupação. Todos os problemas juntos da comunidade para o da família é fichinha. Porque é muito mais fácil você resolver o dos outros do que o seu (Informação verbal).

Apesar da consideração de que a maternidade ainda lhe é um peso, mesmo após os filhos serem adultos, mas também vê em sua família um reconhecimento pela sua trajetória de lutas. Na sua fala, demonstra que procurou passar para os filhos a visão de mulher como sujeito autônomo e busca incentivar que os filhos vivenciem o âmbito político, visto que a atuação deles ainda está vinculada à da mãe: %A briga que eu estiver, eles tão no meio+. Visualizemos o que diz a entrevistada sobre estas questões:

Valoriza! Meus filhos me admiram muito, inclusive eles são também militantes. A briga que eu estiver, eles tão no meio. As mulheres são vistas do jeito que eu ensinei a eles [risos]. As mulheres são vistas como mulher independente, que vão pra luta (Informação verbal).

Para compreender esta sobrecarga que a entrevistada demonstra, abordamos as responsabilidades familiares somadas às suas outras atividades, que a impedem de ter mais momentos de lazer. Sobre isso afirma:

Lazer pra mim é uma vez perdida, passo um mês, dois meses pra sair, pra ir numa casa de forró, pra ir numa praia, pra ir num barzinho, tomar uma cervejinha. Pra mim, lazer é isso aí. Mas é difícil de acontecer, porque quando não tem grana não faz, né? E, às vezes tem grana e não pode sair

porque João é pequeno e não pode ficar só. Às vezes a minha neta fica, mas às vezes ela também quer sair, então ela é jovem e ela tem que ter mais oportunidade do que eu (Informação verbal).

Além da preocupação com o bem estar dos filhos e netos, a nossa entrevistada reforça o trabalho doméstico é identificado como um desprazer, estes serviços são desempenhado por ela e pela neta adolescente com a qual vive. No dizer de Mauricéa, o trabalho doméstico:

É chato. Eu já fui tão dona de casa que hoje eu não tenho saco pra tá dentro de casa. Eu já fui dona de casa... Não! Na verdade, no passado, eu era Amélia! Mas eu deixei de ser Amélia (Informação verbal).

O desprazer de Mauricéa no desempenho dos afazeres domésticos revela mais que uma mera preferência por outras atividades e o cansaço que advém deste fazer. A atividade lhe remete a uma parte da sua vida em que estava submetida a um casamento infeliz, sem direito de realizar os seus desejos, de ser autônoma na vida, condições fundamentais para ser uma mulher que constantemente reitera a sua importância, o seu valor.

Mauricéa faz uma diferenciação quanto a condição de ser *dona de casa* e de ser *Amélia*, ambas desempenham atividades domésticas, porém uma delas, a Amélia, o faz de forma ainda mais subalternizada, o que é revelador do que a condição exclusiva de trabalhadora doméstica pode significar para as mulheres. Essa reflexão nos remete às análises dos dados sobre *divisão sexual do trabalho e família* realizada no primeiro capítulo deste estudo.

Observemos o que diz a música *Ai, que Saudades da Amélia*, uma composição de Atila Iório e Mário Lago, que foi incorporada pelo vocabulário popular:

Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Nem vê que eu sou um pobre rapaz
Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê, você quer
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
Quando me via contrariado
Dizia: "Meu filho, o que se há de fazer!"

Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade

A música é um lamento, em primeira pessoa, de um trabalhador que se separou da sua companheira para ficar com outra mulher, supomos que se separou da "Amélia" para ficar com a "Dona de Casa". Observemos que a diferença entre as duas está na maneira de reagir à mesma situação de alienação no que tange ao dinheiro da família, que está no controle do homem. Este homem; mesmo sendo um trabalhador angustiado com a manutenção material da família, o que é uma expressão da sua condição de explorado, está num patamar de superioridade às duas mulheres. E nesta relação de poder ele revela a sua predileção por Amélia, que de tão subalternizada, sentia-se feliz e conformada com sua dupla exploração de classe e gênero. Este assunto também já foi tratado por nós no primeiro capítulo.

O divisor de águas para a sua "vida de amélia", e a sua "vida de lutas", na opinião da própria Mauricéa, caracterizou-se pela vivência de um grande amor. Após conhecer um amor intenso, reprovado pela sua família e pela sociedade. o rapaz tinha 17 anos e ela já havia completado 23 - mudou-se com seu amor para a Cidade de São Paulo, onde pode conhecer uma nova forma de viver.

Naquele momento, início da década de 1980, assim como Mauricéa, vários nordestinos buscavam a realização melhores condições de vida e trabalho na grande capital brasileira.

Ao chegar em São Paulo, Mauricéa foi morar na casa de uma amiga que a acolheu. Destacamos, mais um vez, a importância do apoio mútuo na trajetória das mulheres em busca de autonomia. Trabalhou pela primeira vez de forma remunerada, como auxiliar de maquiagem numa grande emissora de televisão, enquanto seu companheiro foi trabalhar em uma indústria metalúrgica.

Em razão da sua ousadia, foi muito criticada pela sua família. Na visão familiar, havia abandonado um casamento estável e ainda seus quatro filhos que, na época, estavam ainda na primeira infância. Recorda que: %a família não queria, não aceitava, escolhambava, mas eu não me preocupei com isso não+. Na visão da emigrante, a sua família agia% por conta do preconceito. Achavam que eu devia casar e ficar até morrer com a pessoa que eu era casada+. Avalia ainda sobre este casamento, que não hesitou em desfazer:

Eu casei muito nova. Eu fui obrigada a casar porque ele era um rapaz direito, não era um maloqueiro, era um homem que eu deveria casar.

Depois que meu pai adotivo morreu e aí eu fui obrigada a casar com esse homem. E ele me tinha não era como uma esposa, ele me tinha como se fosse a filha que ele mandava, que ele gritava e que eu tinha que tá com a casa arrumada e a comida pronta quando ele chegasse. E quando ele chegasse eu tinha que colocar a comida na mesa. Mas um dia, eu cansei de ser Amélia, me apaixonei por outra pessoa e aí eu criei coragem de deixar de ser Amélia (Informação verbal).

Apesar de Mauricéa ter encontrado motivação na relação com um outro homem para libertar-se da condição de "Amélia", ponderamos que a vivência de uma relação afetiva que pressupunha, primordialmente, apenas a troca de afeto por afeto ofereceu-lhe as condições para o questionamento da sua relação conjugal e, conseqüentemente, da desigualdade de gênero.

Tal fato nos remete às análises do processo de alienação ao qual o capitalismo submete as pessoas, que não se limita apenas ao estranhamento entre o trabalhador e o produto do trabalho, mas também %aliena os homens [e mulheres] uns em relação aos outros, insegurizando-os, tornando-os hipercompetitivos e solapando as bases da solidariedade humana+(KONDER, 2009, p. 94).

Esse processo de alienação que se expressa nas diversas formas de se relacionar afetivamente na atualidade, o que se coloca como um aspecto útil para a manutenção da sociabilidade urbana no capital. A respeito da relação entre alienação e amor, analisa Konder a partir dos Manuscritos Econômicos Filosóficos de Marx:

%Se supomos o ser humano como ser humano, colocado numa relação humana com o mundo, ele só pode trocar amor por amor, confiança por confiança etcq Nas condições de *alienação*, todavia, o *dinheiro* . poder alienado da humanidadeq. quantifica e relativiza tudo, subverte todos os valores: ¶Transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude.+ (MARX apud KONDER, 2009, p. 95).

O sonho de ter uma vida nova na grande metrópole do Brasil acabou para a protagonista dessa história, assim como muitos outros migrantes nordestinos. Mauricéa, não suportando a idéia de estar longe e perder o vínculo com seus filhos, terminou por ceder às chantagens do então ex-marido e retornou a viver com ele no Recife. Lamentando a sua volta, tanto para o casamento, quanto para a cidade do Recife, explica:

[...] Eu fui obrigada a voltar pra ele, que na época meus filhos era tudo pequeno. Ele fazia chantagem e fez eu voltar pra ele novamente. Na época, eu não tinha a experiência que eu tenho hoje, porque se eu tivesse, eu não tinha voltado. E com medo de não ver mais meus filhos, eu tive que voltar. (Informação verbal).

O regresso de São Paulo consolidou a mudança radical que Mauricéa havia impulsionado à própria vida. Ela retornou para a mesma vida, mas não da mesma forma. Viveu ao negar um arranjo familiar tradicional, tendo que enfrentar toda a sua família de origem, trabalhar e viver numa grande metrópole - num momento em que a capital paulista era o principal expoente da efervescência das lutas urbanas no país - trouxe em si mesma os elementos de uma grande experiência de luta pela liberdade, de questionamento do lugar subalterno da mulher, constituindo um grande passo na sua identidade enquanto trabalhadora urbana.

Ao fim da década na qual viveu esta experiência tão marcante, Mauricéa começou a participar de um grupo de mulheres da Igreja Católica no bairro do Iburá, demonstrando a importância de organizações específicas das mulheres nos processos de entrada das mesmas na vida política. Mas afirma que não deixou totalmente a "vida de Amélia", sobre isso diz: %quando eu voltei, passei muito tempo sem trabalhar que meu marido não deixava+.

No entanto o casamento não resistiu a mais uma investida sexista do seu marido que, vendo a sua companheira destacar-se nas lutas urbanas intimou-a: %o.]. ele mandou eu escolher: - ou eu ou o seu movimento. Eu disse está escolhido, é o meu movimento.+.

Mauricéa retornou ao trabalho remunerado somente no ano de 1996, quando trabalhou como auxiliar de desenvolvimento social, em uma das unidades da instituição que atualmente é intitulada FUNASE. Atualmente trabalha como vigilante nas obras que estão sendo executadas, no conjunto residencial onde vive. Apesar do seu trabalho não lhe oferecer estabilidade, sente-se satisfeita por estar trabalhando. E diz: %o.]. hoje eu dependo de mim, não dependo de ninguém. Porque eu acho que a gente mulher tem que ter autonomia, tem que ter independência também+.

Mauricéa concluiu o ensino médio e até pretende continuar estudando, mas o cotidiano repleto de atividades a impede. Afirma: %eu pretendo estudar, mas é que o cansaço é tão grande que a noite eu [pausa]. Mas eu pretendo estudar. O meu sonho era ser advogada+. Apesar de todas as perdas e de todos os obstáculos que teve que enfrentar - e ainda enfrenta - para se afirmar enquanto sujeita da própria história e das lutas sociais, Mauricéa significa a sua existência de maneira feliz. Sobre isso, Mauricéa pondera:

Até aqui, eu me sinto uma mulher feliz. Às vezes, tenho um pouquinho de solidão, mas a felicidade nunca é completa. Mas eu me sinto uma mulher feliz. Eu gosto do que eu faço! Um pouquinho da minha infelicidade só se trata de família, que são filhos. Mas se não fosse isso, eu era totalmente feliz (Informação verbal).

Podemos extrair uma rica observação a partir da declaração da entrevistada. A sua satisfação com relação a própria vida associa-se diretamente a sua condição de mulher no urbano, nas lutas urbanas, o que apesar das dificuldades lhe confere realização, "Eu me sinto uma mulher feliz. Eu gosto do que eu faço!" E nos traz uma ponderação, de acordo com todas as reflexões apresentadas por este estudo, sobre o peso, "a infelicidade", que o trabalho doméstico e a responsabilidade familiar confere às mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas com a construção da história de vida de Mauricéa, pudemos apreender elementos importantes da constituição do território urbano da cidade do Recife, ressaltando a vivência das mulheres das camadas populares - em especial as pobres, negras e chefes de família.

As cidades e a vida urbana como um todo, nos marcos do capitalismo contemporâneo, se (re) constroem tendo como um dos seus fundamentos a divisão sexual do trabalho. Este reconhecimento é importante para compreender, de modo mais complexo, como se constituem as nossas cidades, quais são os sujeitos deste processo e em que posição se localizam no jogo do poder.

Neste estudo também pudemos observar que as ausências do Estado na elaboração de políticas públicas voltadas para as populações de áreas pobres estão fortemente atravessadas pelas relações de gênero e étnico-raciais. Há uma negativa do Estado em reconhecer as mulheres de áreas pobres enquanto sujeitos de direitos e, conseqüentemente, suas pautas políticas e necessidades.

As lutas socioespaciais são uma expressão das contradições urbanas, âmbito de exercício do poder no qual as mulheres tem estado massivamente presentes. O movimento popular urbano além possibilitar a luta por direitos das populações mais pobres, também são um espaço rico para o questionamento do machismo pelas mulheres, para o seu reconhecimento enquanto sujeitos coletivos, para a identificação da sua condição de subalternidade social.

Esta maioria numérica das mulheres no movimento popular não implica dizer que nestes movimentos as desigualdades de sexo/gênero foram superadas. As mulheres militantes enfrentam vários obstáculos; na sua afirmação como sujeitos - dentro do movimento e também perante a sociedade e o Estado. Desde modo, entendemos que as lutas urbanas populares, como todo espaço político desta sociedade, estão atravessadas pela hegemonia do masculino.

Várias foram as estratégias que as mulheres utilizaram para ocupar o espaço público, que não estão isentas de contradições. Destacamos as articulações com a Igreja Católica e os Clubes de Mães, que reafirmavam a associação do ser mulher com o ser mãe. Essa característica revela a própria natureza das lutas populares, pelas quais se reivindicam melhores condições para que as famílias continuem se

reproduzir, geralmente reforçando a responsabilidade (subalternizadora) da mulher por esta reprodução.

No entanto, as lutas socioespaciais urbanas não podem ser entendidas como mera politização da maternidade, mas sim como um processo pelo qual as mulheres exigem seu reconhecimento enquanto sujeitos sociais inteiros. E este processo de conquista da autonomia da mulher é legado, fortemente, pela ação dos movimentos feministas e de mulheres que questionam a desigualdade das relações de gênero, o que também pôde ser visto neste estudo.

A história de vida que tivemos a oportunidade de observar, que a constituição da autonomia das mulheres envolvem processos que articulam lutas e resistências na vida privada e pública, e para as mulheres de camadas populares, estas dimensões estão mais intimamente articuladas.

Concluimos, portanto, reforçando a importância de se estudar, compreender e questionar as relações de gênero no contexto urbano e a vivência das mulheres na cidade. Pois o espaço urbano, contraditoriamente, aprofunda e complexifica o processo de subjugação das mulheres, mas são um ambiente fértil, do ponto de vista das condições objetivas/ subjetivas, para que as mesmas ocupem os espaços de poder que historicamente estavam excluídas, como o econômico e o político.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Evolução do emprego feminino e equidade de gênero na América Latina: avanços e permanências nos anos 90. In: _____. **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, 2002.p.79-96
- ARAÚJO, C.;SCALON, C. (Orgs.). **Família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro:FGV, 2005.
- ÁVILA, M. B. **Divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico**. Recife: SOS Corpo, 2009.
- BERNADES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, v.3, n.5, jan./jun. 2001.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade: repensando a geografia**. 8.ed.São Paulo: Contexto, 2007a.
- _____. **Lugar no/do mundo**. São Paulo: Eletrônica/ LABUR, 2007b.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: _____. **Perspectivas antropológicas da mulher: sobre mulher e violência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.v. 4
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. Petrópolis:Vozes, 2008.
- COMBES, D.; HAICAULT, M. Produção e reprodução:relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY, A. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DEVREUX, A.Família.In: LABORIE, LE DOARÉ; SENOTIER (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.p.98-101.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, E. B ;WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.11-32.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 4. ed. São Paulo: Ed.Global 1989.

ETAPAS. **O movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a Prefeitura entre 1955 e 1989**. 2.ed. Recife: Etapas, 1989.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do. **O PRONASCI no Recife**. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/474.rtf>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

RIQUE, C. D. G. et al. **A criminalidade no Recife**: um problema de amplitude nacional. Recife: Gajop; Bagaço, 2005.

GODINHO, T. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Míriam (Orgs.). **Gênero nas políticas públicas**: impasses e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000. p. 26-37

GOUVEIA, T. **Mulheres**: sujeitos ocultos das / nas cidades? 2005. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>> Acesso em: 22 out. 2009.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. In: _____. **Um debate crítico a partir do feminismo**: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002. p. 27 . 35.

IBGE. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil**: 2000. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA; UNIFEM; SPM. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**: análise preliminar. 3. ed. Brasília, 2008.

IBGE .**PNAD 2009 - primeiras análises**: investigando a chefia feminina de família. Brasília: IPEA, 2010. Comunicados do IPEA, n. 65.

JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena;LABORIE, Le Doaré;SENOTIER (Orgs.).**Dicionário crítico do feminismo**.São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p.71-75.

KONDER, L. Marx e o amor. In: _____.**O marxismo na batalha das ideias**.São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.93-102.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo, 2001.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Revista GEOUSP -Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109 . 123, 2008.

LIMA. R. M. C. de. **A cidade autoconstruída**. 2005. Tese(Doutorado) . Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LUCENA, M. de F. G. de. **Saúde, gênero e violência**: um estudo comparativo Brasil e França sobre a saúde da mulher negra. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MARSIGLIA, R.M.G.Famílias de baixa renda na periferia do município de São Paulo: questões para os serviços de saúde. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.71, 2002.

MONTAGNER, M. I.**Mulheres e trajetórias na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp**: vozes singulares e imagens coletivas.2007. Dissertação (Mestrado em Medicina) . Faculdade de Ciências Médicas, PUC, Campinas,SP, 2007.

MONTENEGRO, A. T.; FERNANDES, T. M. **História oral**: um espaço plural. Recife: UFPE, 2001.

MOTA, A. E. ; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NARVAZ, M. G.; KOLLE, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista Espaço e Debates**, n. 6, jun./set. 1982.

_____. Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. (Ed.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z. ; LAMPHERE, Louise (Coords.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSKY, J. (Org.). **O Brasil no contexto 1987 Ë 2007**. São Paulo: Contexto, 2007.

PICANÇO, F. S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, C. ; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.149-172.

PINTO, Luciano César Garcia Pinto. **A cidade** etimologizada: os sentidos acerca do espaço urbano nas etimologias de Isidoro de Sevilha. **Revista archai: revista de estudos sobre as origens do pensamento ocidental**. Brasília, n. 3, Jul. 2009.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: _____. **Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PNUD. **Atlas de desenvolvimento humano do Recife**. Recife: PNUD, 2005.

SÁ, M. E. R de. BARBOSA, M. J. de S. A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.72, 2002.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2007.

SCOTT, P. Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOBARZO. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, E. B ; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.11-32.

SOS Corpo. **Homicídios de mulheres em Pernambuco, 2002-2004**: uma caracterização a partir de notícias de Jornais. Recife, 2005.

_____. **Ser, fazer e acontecer**: mulheres e o direito à cidade. Recife, 2008.

TAVARES, R. B. Forma urbana e relações de gênero. In: _____. **Ser, fazer e acontecer**: mulheres e o direito à cidade. Recife: SOS Corpo, 2008.

TOLEDO, C. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Ed. Xamã, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.